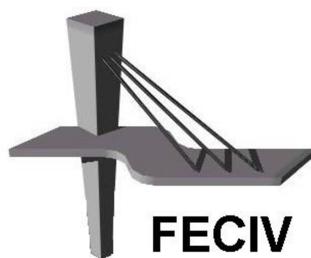


**Qualidade de vida em Tupaciguara - MG:
diretrizes e novos rumos para o planejamento
urbano**

MARAÍSA COSTA DA SILVA



FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL
Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil



Maraísa Costa da Silva

**Qualidade de vida em Tupaciguara - MG: diretrizes
e novos rumos para o planejamento urbano**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia Civil**.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Nágela Aparecida de Melo

Coorientadora: Prof.^a. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia, 29 de agosto de 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586q
2016 Silva, Maraísa Costa da, 1986-
 Qualidade de vida em Tupaciguara – MG : diretrizes e novos rumos
 para o planejamento urbano / Maraísa Costa da Silva. - 2016.
 113 f. : il.

Orientadora: Nágela Aparecida de Melo.
Coorientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.
Inclui bibliografia.

1. Engenharia civil - Teses. 2. Qualidade de vida - Tupaciguara
(MG) - Teses. 3. Planejamento urbano - Tupaciguara (MG) - Teses. I.
Melo, Nágela Aparecida de, 1976- II. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952- III.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil. IV. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÉMICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL - PPGEC

ATA Nº: 165/2016

CANDIDATO: Maraisa Costa da Silva

Nº. Matrícula: 11412ECV011

ORIENTADOR: Prof.^a Dr.^a Nágela Aparecida Melo

TÍTULO: "Qualidade de vida em Tupaciguara-MG: diretrizes e novos rumos para o planejamento urbano"

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Engenharia Urbana, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

LINHA DE PESQUISA: Planejamento e Infraestrutura Urbana e de Transporte

PROJETO DE PESQUISA: Infraestrutura Urbana

DATA DA DEFESA: 29 de agosto de 2016

LOCAL: Sala de Projeções Prof. Celso Franco de Gouvêa, bloco 1Y,

HORÁRIO INÍCIO/TÉRMINO: 13:15

Reuniu-se na Sala de Projeções Prof. Celso Franco de Gouvêa, bloco 1Y - Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do PPGEC, assim composta: Professores Doutores: Hélio Carlos Miranda de Oliveira – FACIP/UFU; Janes Socorro da Luz – UNUCSEH/UEG e Nágela Aparecida de Melo orientadora da candidata. Ressalta-se que a Prof.^a Dr.^a Janes Socorro da Luz participou da defesa por meio de video conferência e os demais membros da banca e o aluno participaram in loco.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa Prof.^a Dr.^a Nágela Aparecida Melo apresentou a Comissão Examinadora e concedeu à discente a palavra para a exposição do trabalho. A seguir, a senhora presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata aprovada. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada foi assinada pela Banca Examinadora.

Nágela Aparecida de Melo

Professor Orientador: Prof.^a Dr.^a Nágela Aparecida Melo – FECIV/UFU

Janes Socorro da Luz

Membro externo: Janes Socorro da Luz – UNUCSEH/UEG

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Membro interno: Hélio Carlos Miranda de Oliveira – FACIP/UFU

Uberlândia, 29 de agosto de 2016



A minha mãe Maria Abadia (*in memoriam*) que sempre me incentivou

AGRADECIMENTO

À Deus pela força

A professora Dra. Nágela Aparecida de Melo, pela orientação, dedicação e compreensão. A professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares, pela coorientação, pelas inúmeras sugestões e amizade.

Universidade Federal de Uberlândia, a Faculdade de Engenharia Civil e Capes pela oportunidade de realizar o curso de pós-graduação.

Ao amigos e familiares que me ajudaram diante das dificuldades. Em especial Karol Borges, que auxiliou nas difíceis disciplinas de programação e a Aline Martins Pinheiro, que juntas me ajudaram a ter força para terminar o mestrado.

Com carinho aos amigos Jéssica Fernandes Lemes, Vanessa Borges de Souza, Suelém Marques, Kênia Alessandra da Silva, Karla Guirelle da Silva e Josimar dos Reis de Souza.

Em Tupaciguara, Neimar Silva Costa, Emiliano Costa, Rosana Coelho, que auxiliaram com levantamento de dados e pela amizade A José Miguel da Silva, Maria das Graças Silva e Sérgio Henrique da Silva que me acolheu em sua casa durante as atividades de campo.

O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
ROSA, J.G.2006, p.318.

Silva, M. C. Qualidade de vida em Tupaciguara - MG: diretrizes e novos rumos para o planejamento urbano. 113 p. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

RESUMO

O trabalho teve por objetivo analisar a qualidade de vida na cidade de Tupaciguara – MG e propor diretrizes para o planejamento urbano. A partir dos objetivos específicos definidos, conhecer a realidade socioambiental de Tupaciguara, analisar qualidade de vida no município e discutir planejamento urbano voltado para qualidade de vida. Para alcançar os resultados esperados iniciou com revisão bibliográfica, sobre urbanização, planejamento urbano e qualidade de vida, cidades sustentáveis, saudáveis e pequena cidade. A partir da revisão buscou realizar um diagnóstico para conhecer o município de Tupaciguara, com foco na área urbana, desde sua formação socioespacial, o contexto populacional, as condições ambientais, análise espacial e sociocultural, economia, as moradias, o planejamento e a gestão urbana. Além desse levantamento foi possível realizar uma análise comparativa da qualidade de vida com municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes. Em seguida realizou-se uma discussão acerca do planejamento em Tupaciguara com proposta de diretrizes. Os resultados alcançados foram, em primeiro momento descrição dos pontos positivos e negativos, que auxiliou na construção da matriz FOFA que indicou as ações prioritárias, entre elas, gestão mais adequada da área ambiental de Tupaciguara. Em segundo lugar identificação dos cenários atual e desejado que serviu de base para confecção da tabela de diretrizes. Ao final dos resultados conclui-se que em Tupaciguara, a qualidade de vida é mediana, sendo necessário uma maior atenção na área ambiental e de saúde, para que a cidade busque promover uma melhor qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: Planejamento urbano, qualidade de vida, cidades saudáveis e pequena cidade.

Silva, J. P. Life's quality at Tupaciguara, MG: guidelines and new directions for the urban planning. 113 pp. MSc Dissertation, College of Civil Engineering, Federal University of Uberlândia, 2003.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the life's quality at Tupaciguara-MG and to propose guidelines for urban planning. One of the specific objectives, is to know the social-environmental reality at Tupaciguara. Other objective is to analyze the life's quality at the city and discuss urban planning focused on life's quality. The study began with literature review; about urbanization, city planning and urban life's quality, sustainable cities healthyand small town. A diagnosis to know the city was done based on the bibliographic discussion, focusing on urban area, since its formation, the socio-spatial context of population, environmental conditions, and socio-spatial analysis, economics, housing, urban and planning management. In addition to this, a comparative analysis of quality of life was made with municipalities at Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG region, those which have total population between 10,000 to 30,000 inhabitants. Afterwards was discussed about planning at Tupaciguara with proposals of guidelines. At first result was made a description of positives and negatives points, which supported in the formulation of the FOFA (COLOCAR O QUE SIGNIFICA), what says the priority actions, including the most appropriate management of the environmental area of Tupaciguara. At second result was highlighted the present and intended scene that formed the guidelines table. Concluding life's quality is median at Tupaciguara, what requires bigger attention with environmental and health area, to improve the life's quality for the population.

Keywords: Urban planning, life's quality, health cities and small town.

ILUSTRAÇÕES, TABELAS E SIGLAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - critérios utilizados para definição oficial em alguns países da Europa e da América Latina, 2008.	17
Quadro 2 - Belo Horizonte: indicadores utilizados para mensurar a qualidade de vida, 2009	27
Quadro 3 - Critérios utilizados pelo método WHOQOL – 100.	27
Quadro 4- Qualidade de vida e indicadores sociais e ambientais, segundo autores selecionados.	29
Quadro 5 - Semelhanças entre os Movimentos Cidades Sanitaristas e Cidades	36
Quadro 6 - conferências internacionais para promoção da qualidade de vida.	38
Quadro 7 - Continuação dos dados das conferências internacionais para promoção da qualidade de vida.	39
Quadro 8 – Tupaciguara: componentes do diagnóstico para a análise da qualidade de vida, 2016.	48
Quadro 9 - Tupaciguara: vias de acesso a grandes centros urbanos, 2015.	51
Quadro 10 - Tupaciguara: evolução da população, 1991 a 2010.	51
Quadro 11 - Tupaciguara: eventos culturais. 2015.	61
Quadro 12 – Tupaciguara: população residente: número de pessoas por religião.2010	64
Quadro 13 – Tupaciguara: domicílios particulares permanentes por existência de telefone em percentual, 2010.	65
Quadro 14 - Tupaciguara: antenas de telecomunicação. 2015.	66
Quadro 15 - Tupaciguara: escolas.	67
Quadro 16 - Tupaciguara: percentual de docentes com curso superior na rede de ensino, 2014.	68
Quadro 17 – Tupaciguara: taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupos de idade (%) de 2000 a 2010.	69
Quadro 18 – Tupaciguara: distribuição dos PSF na cidade, 2015.	72
Quadro 19 - Tupaciguara: atividades de serviços, 2014.	78
Quadro 20 – Tupaciguara: rendimento nominal mensal <i>per capita</i> para domicílios particulares permanentes em valores percentuais em 2010.	80
Quadro 21- Tupaciguara: dados de habitação de 2010.	81
Quadro 22 – Tupaciguara: instrumentos de planejamento e gestão urbana,2016.	84
Quadro 23 – Tupaciguara: levantamento dos pontos positivos e negativos, 2016.	85
Quadro 24 – Continuação Tupaciguara: levantamento dos pontos positivos e negativos, 2016.	86
Quadro 25- Tupaciguara: matriz SWOT, 2016.	87
Quadro 26 – Continuação da Matriz SWOT de Tupaciguara. 2016.	88
Quadro 27 –Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes	91
Quadro 28 – Critérios de classificação da qualidade de vida.	96
Quando 29- Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: índices utilizados na comparação da qualidade de vida dos municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.	96
Quadro 30- Tupaciguara: Cenários voltados para o planejamento territorial, 2016.	98

Quadro 31 – Tupaciguara: diretrizes para o planejamento urbano, 2016.	99
Quadro 32 – Continuação Tupaciguara: diretrizes para o planejamento urbano, 2016.	100
Quadro 33 - Sugestões para avaliar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, 2016.	102
Quadro 34 – Continuação das sugestões para avaliar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, 2016.	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: evolução da população de 1950 a 2010.	19
Gráfico 2 - Tupaciguara: distribuição da população por gênero, 2010	52
Gráfico 3 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IDH dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.	92
Gráfico 4 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IMRS dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.	93
Gráfico 5 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IVS dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.	94
Gráfico 6: Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IQVU – BR dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.	95

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Tupaciguara: localização do município, 2016.	12
Organograma 2- Síntese do IDH.	26
Figura 3 - Requisitos para alcançar o desenvolvimento sustentável.	32
Figura 4- Princípios do Desenvolvimento sustentável.	33
Figura 5 - Áreas para implementar a promoção da saúde nas cidades.	35
Figura 6 - Requisitos para cidades saudáveis.	35
Figura 7 - Objetivo das conferências internacionais para melhoria da qualidade de vida.	40
Figura 8 - Fases para construção de município/cidade saudáveis.	41
Organograma 9 - Tupaciguara: metodologia da Pesquisa Análise da Qualidade de Vida, 2016.	46
Figura 10 - Tupaciguara: área do aterro controlado, 2015.	55
Figura 11 - Tupaciguara: praças, 2015.	56
Foto 12 - Tupaciguara: equipamentos urbanos, 2015.	57
Foto 13 - Tupaciguara: árvores antigas na rua Cel.Joaquim Mendes, 2016.	57
Foto 14 - Tupaciguara: Árvores novas na rua Pres.Antônio Carlos, 2016.	58
Foto 15 - Tupaciguara: biblioteca da Câmara Municipal de Tupaciguara, 2015.	62
Foto 16 - Tupaciguara: igreja do Rosário, 2015.	63
Foto 17 - Tupaciguara: Casa da Cultura “Tias Polveiras” e o Museu Histórico “Chico Ribeiro”, 2015.	63
Foto 18 – Tupaciguara: igreja Nossa Senhora da Abadia, 2015	64
Mapa 19 – Tupaciguara: raio de abrangência para as escolas, 2016.	70
Mapa 20 – Tupaciguara: raio de abrangência dos postos de saúde, 2016.	72
Mapa 21 –Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG: localização da Mesorregião, 2016	90
Figura 22 - Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal. 2013.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tupaciguara: taxa de mortalidade infantil por mil de 2010 a 2013.	73
Tabela 2- Tupaciguara: taxa de homicídio/100 mil habitantes no período de 2010/2013.	74
Tabela 3 - Tupaciguara: PIB (1000 R\$) para os anos de 2010 e 2013.	76
Tabela 4 - Tupaciguara: rebanho efetivo, 2014.	76
Tabela 5 - Tupaciguara: produção Agrícola Municipal, 2014.	77
Tabela 6 – Tupaciguara: ocupação de jovens e adultos por setores de 2010 a 2013.	79

SIGLAS

AVC	Acidente Vascular Cerebral
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDHM	Índice de Desenvolvimento Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
IQVU-BR	Índice de Qualidade de Vida Urbana para os Municípios Brasileiros
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
DAE	Departamento de Água e Esgoto de Tupaciguara
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PSF	Posto de Saúde da Família
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ACIUB	Associação Comercial e Industrial de Uberlândia

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Revisão bibliográfica.....	14
2.1 O processo de urbanização e a cidade	14
2.2 Política e instrumentos de planejamento urbano	20
2.3 Desafios urbanos voltados para qualidade de vida	24
2.4 Cidades Sustentáveis	31
2.5 Cidade Saudáveis	34
2.6 Pequena cidade e suas particularidades	42
3. Metodologia.....	45
3.1 Os caminhos da pesquisa em Tupaciguara.....	45
4. Resultados e discussões.....	50
4.1 Conhecendo Tupaciguara	50
4.1.1 A formação histórica e a dinâmica populacional de Tupaciguara	50
4.1.2 As condições ambientais de Tupaciguara.....	53
4.1.3 Análise espacial e sócio – cultural de Tupaciguara.....	58
4.1.4 A economia em Tupaciguara	76
4.1.5 As condições de moradia na área urbana de Tupaciguara.....	81
4.1.6 O planejamento urbano e gestão da pequena cidade de Tupaciguara.....	82
4.1.7 Análise das características socioambiental de Tupaciguara.....	85
4.2 Análise comparativa sobre qualidade de vida de Tupaciguara, em relação aos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba/ MG.....	89
4.3 Novos rumos para o planejamento urbano em Tupaciguara	97
5. Conclusão.....	101
Referências.....	105
Apêndice A	113

1. INTRODUÇÃO

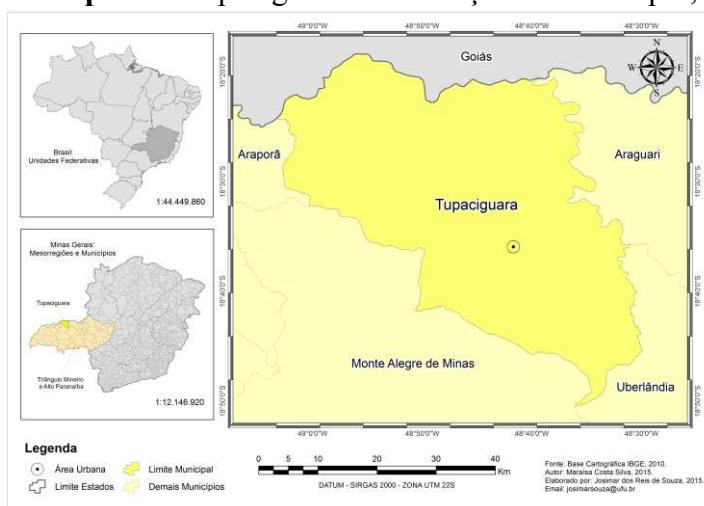
A cidade é muito mais que um simples aglomerado de casas, é o lugar das trocas, das interações e da reprodução da sociedade. As cidades são espaços de socialização, da vivência humana, dos símbolos e das transformações.

Devido à complexidade das relações socioambientais desenvolvidas no ambiente urbano e à intensidade dos problemas de uso do solo, da poluição e contaminação das águas, atmosfera, faz-se necessário buscar soluções para que os centros urbanos ofereçam a sua população um ambiente tranquilo, saudável, sustentável e com melhores condições de sociabilidade.

Para que essa transformação aconteça, o planejamento urbano deve ser proposto e executado nas escalas local, regional e nacional. Entretanto, nem sempre é possível devido à falta de recursos financeiros, interesse político e engajamento popular.

Tendo em vista estas considerações gerais, o presente estudo visa relacionar estudos sobre qualidade de vida urbana e perspectivas do planejamento urbano-territorial. O objeto de estudo escolhido foi a cidade de Tupaciguara-MG, localizada na mesorregião região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG. A referida cidade é sede do município de mesmo nome, o qual tem população estimada, para 2015, de 25.365 habitantes, em área territorial de 1.823,960 km² (MAPA 1).

Mapa 1 – Tupaciguara: localização do município, 2016.



Fonte: A autora. 2016.

O objetivo desta pesquisa é analisar a qualidade de vida na cidade de Tupaciguara e propor diretrizes para o planejamento urbano. Os objetivos específicos são: conhecer a realidade socioambiental de Tupaciguara; analisar qualidade de vida no município; e discutir planejamento urbano voltado para o bem-estar e a qualidade de vida.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de entender as relações sociais, mudança de paradigma da sociedade atual. A cidade de Tupaciguara – MG, foi escolhida por ser uma pequena cidade localizada próximo a uma cidade média Uberlândia - MG, que exerce uma grande atratividade regional. Este trabalho está organizado e apresentado em cinco capítulos. O primeiro capítulo constitui-se a presente introdução.

O segundo capítulo é o que trata da revisão bibliográfica. Neste procurou-se abordar de forma sistemática e resumida, principalmente, sobre o processo de urbanização, sobre o planejamento urbano, a qualidade de vida e pequena cidade. Estas temáticas envolvem diretamente o estudo realizado, visto que as condições de qualidade de vida de uma cidade são resultantes do processo de urbanização que, ao longo do tempo, materializa formas e conteúdo específicos no espaço urbano. Esta produção do espaço, por sua vez, relaciona-se com as decisões dos agentes sociais locais e regionais, bem como sofre influências de um processo socioeconômico geral delineado nas tramas do próprio desenvolvimento do capital. Por outro lado, as pequenas cidades possuem suas especificidades. As vezes elas mesclam elementos de um tempo lento com conteúdos produzidos a partir dos grandes centros urbanos. Assim, refletir sobre qualidade de vida urbana em pequenas cidades é um esforço de entender a partir das suas particularidades.

No terceiro capítulo faz-se apresentação da metodologia usada para a construção desta pesquisa. O quarto capítulo constitui-se na apresentação e discussão dos resultados. Nesta parte do trabalho descreve-se o município de Tupaciguara, abordando sobre sua formação histórica, principais aspectos demográficos, condições ambientais vista especificamente a partir de dados do saneamento básico, os equipamentos urbanos, economia, habitação e planejamento urbano. Após esta descrição, foi possível identificar os principais aspectos (positivos e negativos) que marcam a qualidade de vida de Tupaciguara. A partir disto, estabeleceu-se uma matriz de análise que relaciona os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, tendo em vista a questão da qualidade de vida de Tupaciguara.

Nesta parte, realizou-se também uma análise comparativa de Tupaciguara com demais municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, de porte populacional entre 10.000 a 30.000 habitantes, a partir de indicadores sociais.

Por fim, estabeleceram-se diretrizes para a gestão e o planejamento urbano-territorial de Tupaciguara com objetivo de otimizar a qualidade de vida deste local. O quinto capítulo é onde se reafirmam as principais percepções obtidas neste estudo, bem como se fazem as recomendações gerais. Ressalta-se que este trabalho deixa muitas oportunidades e questionamentos para estudos futuros.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CIDADE

A urbanização é o processo de desenvolvimento das sociedades, caracterizado pela concentração de uma população em aglomerações de caráter urbano. Este processo é resultado do movimento de desenvolvimento das cidades em números e dimensão (BEAUJEU GRANIER, 1997). Entende-se, que a cidade é parte da sociedade que a produz e que ao longo do tempo passa por transformações.

A industrialização atraiu um grande número de pessoas para as cidades. Estas passaram ser transformadas pela atuação dos agentes capitalistas como os industriais, os proprietários fundiários, os comerciantes, o Estado, entre outros. Portanto, a urbanização no sistema capitalista de produção pode ser entendida a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo, apresentando uma grande concentração de pessoas e de capital.

As cidades são essencialmente os lugares das transformações industriais, das relações comerciais, dos serviços, dos sistemas de gestões dos territórios, da inovação e da produção de grande parte dos conhecimentos. Estes espaços centralizam o poder, concentram pessoas, habitações, serviços públicos, indústrias, bancos, instituições dos estados e etc. Conforme Castells (1983), a cidade é o lugar geográfico onde se instalaram os equipamentos sociais, como a superestrutura político-administrativa. Para existência das cidades Castells (1983, p.20) destaca quatro pontos essenciais:

1. de um sistema de classes sociais; 2. de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. de um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne a cultura e técnica; 4. de um sistema de troca com o exterior.

A urbanização, após a consolidação do sistema capitalista de produção, apresentou novas formas de reprodução do espaço, com construções das redes que interligam pessoas, objetos, serviços e intensificou o processo de comunicação. Para Beaujeu-Garnier (1997), a urbanização é um processo complexo de definir.

Para Castells (1983), a urbanização pode ser entendida como uma difusão de valores, atitudes e comportamentos denominados “cultura urbana”. Nessa cultura urbana o ser humano

não está mais ligado ao ritmo da natureza, como no campo. As cidades criam seu próprio ritmo, com grande agilidade na circulação de pessoas, mercadorias e ideias. É regida pelo tempo que as atividades levam para serem desenvolvidas, interferindo nas relações sociais.

A cidade passou a projetar o espaço em direção ao futuro, teve maior capacidade de se modernizar e de impulsionar o desenvolvimento e, também, intensificou o processo de divisão socioespacial do trabalho.

Essas características fizeram com que as pessoas fossem atraídas para as cidades em busca de novas oportunidades. Além de concentrar a população consumidora, os operários para as indústrias e as condições gerais para instalação e produção dos bens manufaturados como toda uma estrutura. Como apresenta Castells (1983) em sua síntese sobre cidade.

[...] fica bem claro que a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural x cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho, chegando a um sistema de distribuição e de troca, que supõe a existência: 1. De um sistema de classe social; 2. De um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento de conjunto social e o domínio de uma classe; 3. De um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. De um sistema de troca com o exterior (CASTELLS, 1983, p. 20).

Nesse sentido, a cidade está em constante mudança, portanto, esta deve ser entendida a partir de sua organização territorial e de sua trajetória histórica. Para Corrêa (2005), o espaço da cidade é cenário e objeto de lutas sociais em busca do direito a cidade, constituído pelos diferentes usos da terra. É preciso entender que as cidades são objetos dinâmicos, pois a suas formas, estruturas e funções se diferenciam no tempo e espaço (MELO, 2008). E seus agentes transformadores são os proprietários dos meios de produção, os latifundiários e as grandes indústrias, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Na atualidade, é possível perceber um novo processo denominado urbanização dispersa. Segundo Limonad (2006), a tendência é um processo de urbanização extensiva, além dos limites do marco construídos das cidades, resultando em um crescente consumo do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais.

Ao que tudo indica essas formas de dispersão da urbanização tem por base as relações sociais de produção ora impostas para a sobrevivência e reprodução do capitalismo na atual etapa de acumulação flexível, que não exigem mais, necessariamente em todas as fases da produção como no período anterior (fordista-taylorista), uma concentração espacial de força de trabalho, infraestruturas e serviços. Muito embora essas exigências permaneçam para certos ramos e setores cujas formas de produção permanecem tipicamente fordistas-tayloristas, como ocorre no ramo de confecções e de calçados, entre outros. Não obstante a diversidade atual de formas produtivas as empresas necessitam estar articuladas globalmente, não importa onde estejam localizadas geograficamente, uma vez que sua produção destina-se ao mercado global. Essa deslocalização industrial verifica-se em várias partes do mundo e marca uma nova etapa na mobilidade espacial do capital. Pode-se, assim, interpretar as formas de urbanização dispersa como uma estratégia de diferentes grupos sociais de maximizar sua mobilidade espacial e acompanhar a crescente fluidez da mobilidade espacial do capital como um meio de garantir sua própria reprodução e sobrevivência; e por que não, vis a vis a uma busca por segurança e por uma melhor qualidade de vida, como não se cansam de apregoar os lançamentos imobiliários (LIMONAD, 2006, p. 40).

A urbanização dispersa, portanto, é uma nova forma de apropriar do espaço urbano, que é resultado das mudanças no processo de produção mais flexível. Assim, o espaço pode ser ocupado para atendendo as demandas da população local. Contudo, como afirma Alves (2013, p. 29).

para além das definições, as cidades foram e ainda são os lócus, por excelência, das transformações sociais, das inovações tecnológicas e organizacionais, das disputas por territórios da produção de riquezas, dos interesses e conflitos de classe.

Outro aspecto importante ligado ao tema cidade são as definições de cidade empregadas no meio acadêmico e no âmbito da gestão e administração dos territórios. Do ponto de vista da ciência, sobretudo da Geografia, a cidade pode ser entendida como aglomerações de pessoas, com funções interdependentes, formando um núcleo unificador, capaz de organizar e dominar a áreas próximas. Para Beaujeu-Garnier (1997, p.11).

o importante é considerar que a cidade é uma concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação ...) , com uma capacidade de organização e transmissão é o mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; são o lugar onde os contatos de toda a natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta função objeto é um verdadeiro papel de intervenção, de função de sujeito.

Para Souza (2005), a definição de cidade é mutável e complexa. Segundo o referido autor, as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados que apresentam uma centralidade econômica, áreas de influências que podem ultrapassar seus limites territoriais. São espaços que possuem uma unidade política administrativa local da qual ela é

sede. As cidades são também agentes polarizadores economicamente dos seus entornos, são espaços de produção não agrícola e que podem ser sede de empresas.

A cidade, no âmbito político administrativo, também pode ser definida pela diferença de densidade demográfica, por sede de poder religioso ou político e pelos diferentes setores da economia. Portanto, a definição oficial de cidade é bastante variável entre os países do mundo. O quadro 1, apresentado a seguir, exemplifica de forma resumida os critérios utilizados em alguns países da Europa e da América Latina.

Quadro 1 - critérios utilizados para definição oficial em alguns países da Europa e da América Latina, 2008.

País	Tipo de Critério	Estrutura da Cidade
Espanha	Tamanho demográfico	Áreas urbanizadas com mais de 10.000 habitantes.
Itália	Funcional	Áreas residências, industriais, comerciais que desenvolvem funções administrativas servindo de referência aos municípios limítrofes.
Portugal	Número de eleitores e equipamentos urbanos	Aglomerados populacionais contínuo, que apresente um número de eleitores superior 8.000. E deve apresentar no mínimo alguns equipamentos (hospitais, farmácias, bombeiros, instalações culturais entre outros).
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidades urbanas que apresente mais de 2000 habitantes.
Brasil	Político-administrativo	Sede do município
Argentina	Tamanho demográfico	Povoados com mais de 2.000 habitantes.
Chile	Tamanho demográfico ou pela distribuição da população economicamente ativa - PEA	Aglomerados urbanos com mais de 2.000 habitantes ou 50 % ou mais da PEA ocupadas em atividades secundária e terciária.
Paraguai	Político-administrativo	Sede do município

Fonte: MELO. 2008.

No Brasil, conforme Silva (1946, p.4), a cidade “é a aglomeração que possui certo estatuto jurídico ou municipal”. Pautado na resolução oficial que fundamenta o Decreto Lei 311 de dois de março de 1938, ficaram estabelecidos no art. 3º e 4º (BRASIL, 2015a).

Art. 3º a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, entretanto, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. Parágrafo único – no mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

A partir desta Resolução, o órgão oficial do governo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceu na Resolução nº 99 de 25 de julho de 1941, na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, as seguintes definições:

Cidade-sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva prefeitura [...]. Vila-sede distrital, ou seja, localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais (IBGE, 2015, s.p)

Além de discutir os conceitos de cidade, é preciso compreender sua dimensão, suas formas, suas especificidades e como os cidadãos fazem uso desse espaço. É necessário analisar as cidades nas suas relações socioambientais, considerando a forma pela qual a urbanização ocorreu e ocorre.

No Brasil, as mudanças econômicas, sociais e políticas que este passou ao longo do século XVIII, levaram ao surgimento das vilas e pequenos povoados. Para Santos (1994, p.19), é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que se vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda de cana”.

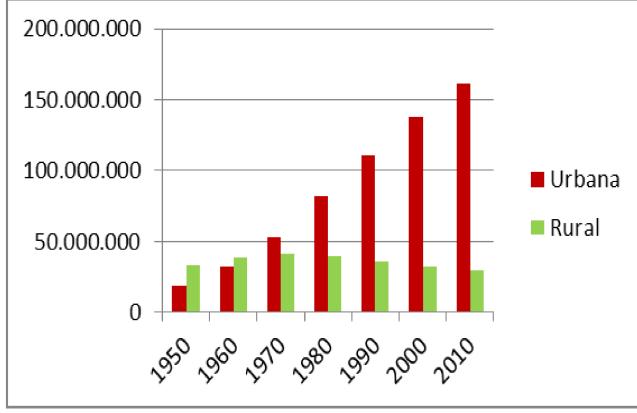
Segundo Maricato (2000), o Brasil já apresentava desde o período colonial cidades, mas foi somente a partir da mudança do século XIX para as primeiras décadas do século XX, que o processo de urbanização se consolidou. Portanto, foi somente no século XIX que transformações significativas foram percebidas, com a fundação de vilas e povoados no interior do país.

Maricato (2000, p. 22) considera como fatores promotores do desenvolvimento da urbanização brasileira, no século XIX, a emergência do trabalhador livre, a Proclamação da República e uma indústria ainda incipiente que se desenrolava ligada às atividades cafeeiras e às necessidades básicas do mercado interno.

Até final do século XIX a cidade tinha grande conotação política, tradicionalmente comandada pelas grandes oligarquias e uma economia exportadora. A partir do início do século XX foram lançadas as bases para modernização do país com a instalação de indústrias, expansão do trabalho assalariado, ampliação do mercado consumidor e um intenso processo migratório do campo para áreas urbanizadas (IBGE, 2015).

No ano de 1960, o Brasil ainda era um país rural, com uma taxa de urbanização de 44,7%. De 1991 a 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se refletiu em uma taxa de urbanização de 78,4% (IBGE, 2015).

No processo de evolução da população brasileira, segundo Santos (1994), entre 1980 e 1990 enquanto a população total tinha crescido 26%, a população urbana teve um aumento de mais de 40 %, isto é perto de trinta milhões de pessoas. Houve, portanto, um rápido crescimento da população urbana em relação da população rural (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Brasil: evolução da população de 1950 a 2010.

Fonte: IBGE 2015. **Org.:** A autora. 2015.

É possível perceber que as cidades brasileiras exerciam uma grande atração sobre os habitantes do campo, muitos migravam em busca de emprego, escolas, assistência médica e lazer. Havia uma ilusão que na cidade as pessoas teriam melhores condições de vida, no entanto, ao chegar nas cidades, a realidade muitas vezes era oposta.

As pessoas que saiam do campo, nem sempre conseguiam emprego fácil na cidade, pela falta de qualificação e instrução, tinham dificuldade de conseguir moradias nas cidades, enfrentavam aluguéis caros, em muitos casos, moravam em barracos improvisados na periferia ou em residências insalubres no centro da cidade e com esses transtornos crescia também os problemas nas cidades.

Para Alves (2013), a cidade é como uma expressão do homem em sociedade, como uma extensão e manifestação da civilização, ou seja, ela é política, histórica e espacial. Com o desenvolvimento do capitalismo, as cidades passaram a ser o centro dinâmico da economia.

Com a Primeira Revolução Industrial intensificou-se a urbanização do planeta, a partir da Inglaterra. Além das mudanças quantitativas – mais pessoas, mais mercadorias, mais problemas – houveram transformações profundas nas sociedades, em sua relação com território e também em suas relações sociais e produtivas. Tais transformações, reforçam na cidade a função de gestão e domínio, a medida em que ela se industrializou. Principalmente, a grande novidade é que naquele momento a produção, também passou a acontecer em território urbano- a fábrica (ALVES, 2013, p. 31).

Segunda Cassilha e Cassilha (2009), os problemas típicos das cidades na atualidade estão ligados a violência no trânsito, disputa de facções, segregação social, a enchentes/desmoronamentos, poluição dos rios e a intensificação da pobreza que está ligada diretamente a degradação ambiental.

Mesmo diante dos problemas enfrentados nas cidades, para Alves (2013, p. 31), “a cidade se popularizou e, com ela, os produtos da industrialização, o aumento das escalas –

territoriais, de produção e de consumo-, o aumento na velocidade da disseminação de ideias, de invenções e de epidemias”.

Para a sociedade brasileira, os principais problemas que devem ser enfrentados estão ligados a falta de emprego, *deficit* e qualidade da habitação, precariedade dos sistemas de transporte urbano, insuficiência e ausência de saneamento básico e diversas questões que envolvem os temas lazer, saúde e educação.

2.2 POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Planejamento urbano é um processo contínuo e permanente, destinado a solucionar os problemas da sociedade de forma racional. Este engloba a compreensão dos sistemas econômico, social, político, ambiental e espacial.

Para Pereira (2008), a origem do planejamento urbano tem relação direta com o sistema econômico.

A historiografia clássica da história da arquitetura e do urbanismo escrita por Lewis Mumford, Leonardo Benévolo, Pevsner, Giedion e outros autores afirma que o surgimento do planejamento urbano moderno origina-se nas experiências do Movimento Moderno e principalmente nos CIAM¹ de 1928 na Suíça e de 1933 de Atenas. Esta interpretação da história do urbanismo e da cidade capitalista procurava colocar o processo do surgimento das novas formas de planejar as caóticas cidades capitalistas na mão dos arquitetos e urbanistas, através do ideário modernista colocado na famosa Carta de Atenas, a qual estabelecia como deveria ser os princípios técnicos para organizar as cidades modernas. (PEREIRA, 2008, p. 44).

Para Wilheim (1976, p. 39), o planejamento urbano “nasceu, como teoria e como prática profissional, do desejo de controlar processos de transformação social e da necessidade de otimizar recursos escassos pelo viés do aumento de eficiência”.

O planejamento urbano desenvolvido na década de 1960 era uma atividade seletiva, “na maioria das vezes, como atividade desempenhada por técnicos, profissionais experientes, portadores de um cabedal de conhecimentos sobre a realidade urbana e capazes de propor as melhores soluções para seus problemas” (MONTEIRO, 2007, p. 46). Sendo difundido nesse período a versão de que o planejamento urbano deveria transformar a cidade, como coloca Pereira (2008, p. 44).

¹ Os congressos internacionais de arquitetura moderna foram fóruns importantes de formulação e divulgação do ideário do modernismo e racionalismo nos anos vinte.

A leitura clássica apresentada pelos manuais de história da arquitetura e do urbanismo difundiu a versão de que o surgimento do planejamento urbano foi fruto do programa e das concepções racionalistas para transformar a cidade capitalista no início do século XX. Na segunda metade de 1960 começou a se desenvolver uma outra interpretação sobre a história do urbanismo, que procurava no processo concreto dos conflitos e na luta de classes que ocorreram na Europa, principalmente no caso Alemão e Russo, outra abordagem para explicar as intervenções urbanas e que produziu as origens desta nova forma de pensar a cidade (PEREIRA, 2008, p. 44).

O planejamento é encarado como processo desenvolvido em várias etapas: diagnóstico, prognóstico, propostas e gestão urbana, materializadas em um plano ou projeto. Ao final do planejamento urbano almeja-se conter os processos de transformação social desordenado e buscar o uso dos recursos naturais com maior eficiência.

Muitos dos planos urbanos proposto para sociedade brasileira não tiveram sucesso pelo descredito dos gestores municipais, por não terem sidos revisados e engavetados, ou mesmo substituídos por novos (VILLAÇA, 1995).

No Brasil, o crescimento acelerado das cidades não foi acompanhado do incremento da infraestrutura, resultando no aparecimento de favelas, cortiços e diversos outros problemas urbanos, aumentando também o número de municípios.

O aumento do número de municípios e de cidades em pouco mais de 50 anos, fez com que o país tornasse urbano, mas com inúmeros problemas. Diante dessa transformação passa ser necessário buscar soluções para enfrentar os problemas urbanos.

Segundo Villaça (2009), o planejamento urbano brasileiro pode ser diferenciado em três fases. A primeira fase de 1875 a 1930, com os planos higienistas e de embelezamento das cidades. A segunda fase de 1930 a 1992, fase mais metódica e com forte embasamento teórico. E a terceira fase que vai de 1993 ao ano 2000, que é um período marcado por discussões sociais e participação popular mais efetivas.

Os planos da primeira fase (1875 a 1930) tinham como objetivo criar novas cidades, modernas e progressistas, em um período de afirmação da classe dominante que tinha recursos financeiros para adequarem às mudanças, “expulsando” a população menos favorecida da área central. Como exemplo, citam-se as reformas de Pereira Passos (1903 a 1906) na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2016a).

Essa primeira fase pode ser dividida em dois momentos. Inicialmente, a fase higienista do planejamento com a limpeza das áreas centrais e o embelezamento de praças e avenidas. Depois, um segundo momento com a fase sanitária, tendo como foco o saneamento, a circulação das pessoas na cidade e o padrão das casas e avenidas (BRASIL, 2016a).

De acordo com Maricato (2000), esse foi um período de intensas mudanças, Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro são cidades que passaram por essas mudanças de saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial.

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “a moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo que a população excluídas desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade (MARICATO, 2000, p. 22).

No segundo período da história do planejamento urbano no Brasil, de 1930 a 1992, os movimentos operários tornaram-se mais presentes, reivindicaram melhorias nas cidades, lutaram por moradias e aluguéis mais baratos. Os planos desse período são mais intelectuais, complexos e com embasamento teórico e científico, cita-se como exemplo o plano Agache do Rio de Janeiro² (BRASIL, 2016a).

Nesse período também teve uma fase menos elaborada entre os anos de 1970 e 1992. Os planos eram elaborados por técnicos das prefeituras, com diagnóstico reduzido, pouco embasamento teórico, sendo menos complexos e muitos até sem mapa (BRASIL, 2016a).

Na terceira fase, de 1993 ao ano 2000, tem-se uma transição dos planos tecnocráticos para os planos políticos, com a institucionalização do Estatuto da Cidade que assume um enfoque amplo, incluindo diretrizes e preceitos sobre os problemas habitacionais a partir do combate a especulação imobiliária e da participação popular no processo de gestão das cidades.

A partir do ano 2000, com Estatuto da cidade em vigor, os novos planos têm obrigatoriedade de apresentar uma gestão mais participativa, regularizar a propriedade informal, buscar parcerias dos gestores públicos com as empresas privadas entre outras, para solucionar os problemas urbanos, como os vazios urbanos, habitações em áreas de risco, entre outros (BRASIL, 2016a).

² O Plano Agache tinha como objetivo, solucionar problemas funcionais da cidade do Rio de Janeiro, como zoneamento e tráfego, promovendo profundas modificações no espaço urbano carioca que desse feições de capital e sensibilizar-se seus moradores para um ideal de modernidade. Para aprofundar no estudo dessa temática, pesquise em Oliveira (2002), Resende (2000), Faria (2011).

Segundo Pereira (2010, p. 103), o urbanismo político, que se presencia na atualidade, é a melhor prática para gerir as cidades, melhor até que os planos com excelência técnica, estética, funcional e racional, defendida pelos moradores.

O Estado é grande indutor no processo de transformação das cidades, mais como traz na Carta de Atenas, as possibilidades de influenciar o destino das cidades, deve passar por uma combinação de fatores, políticos, sociais, econômicos. Nesta Carta, o potencial da arquitetura e da planificação são definidoras das formas das cidades, que devem ser funcionais, ou seja, suprir quatro funções básicas para população como necessidade de habitação, trabalho, disponibilizar espaços de recreação e fomentar circulação entre os espaços (IRAZÁBAL, 2001).

Com a transformação da sociedade, essa cidade funcional, deixa de atender e reconhece que as soluções físicas não resolvem os problemas sociais e econômicos ou mesmo não são suficientes para atender as necessidades da população. Surge dessa mudança o Novo Urbanismo, por entender que a cidade é palco da diversidade social, da circulação de bens, pessoas, mercadorias e ideias na contemporaneidade, esta deve ter acessibilidade ao pedestre, participação democrática e ser uma expressão da cultura local (IRAZÁBAL, 2001).

Para Wilheim (1976), é essencial adotar um planejamento participativo, justo e que seja um vetor de transformação. O Estatuto da Cidade vem de encontro com esse pensamento. O Estatuto fornece parâmetros aos legisladores municipais para a elaboração de suas leis, diretrizes e planos urbanísticos, contando com participação popular.

Com o Estatuto da Cidade, o planejamento urbano no Brasil passou a combinar uma gestão participativa com premissas de sustentabilidade ecológica e econômica. Além de delegar, aos municípios, a função de ordenar o uso do solo nas cidades, para que todos possam ter os direitos básicos da urbanidade assegurados (ROLNIK, 2001). O Estatuto tem também como finalidade fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade urbana, logo, busca coibir a retenção especulativa dos terrenos para evitar a exclusão territorial.

O Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais da política urbana que deve ser colocada em prática no plano diretor com o intuito de atender o bem-estar da população, seguido os princípios da Constituição Federal. Como reafirma os autores Boeira, Santos e Santos (2009, p.702).

O Estatuto da cidade mantém os princípios básicos estabelecidos na Constituição Federal, preservando o caráter municipalista, a centralidade do plano diretor e a ênfase na gestão democrática, fortalecendo a necessidade de um planejamento sistemático e integrado, construindo a partir de um modelo participativo de gestão urbana em todas as decisões de interesse público.

Para Cano (1989), o planejamento deve atender principalmente os requisitos ocupacionais, evitando assim o fluxo migratório, propor políticas mais justas, realizar um balanço crítico em relação aos “benefícios e custos” ou mesmo pensar nas “vantagens e desvantagens” das ações propostas.

Contudo, faz-se necessário entender que a cidade é de todos, que é importante conhecer melhor o espaço urbano, debater seus problemas, propor soluções e buscar oportunidades de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida.

A cidade deve ser vista não como um problema, como coloca Moreno (2002, p. 74), “o objetivo é minimizar as discussões sobre “os problemas das cidades”, propondo em seu lugar debates sobre as oportunidades das cidades”. Entender que em vez de estrutura doente e problemática, as cidades são peças fundamentais do crescimento econômico, social, cultura da sociedade como todo (MORENO, 2002).

As cidades são símbolos de potencialidades, dos avanços e também dos problemas sociais. Para Castriota (2003), as cidades brasileiras são hoje o *locus* da injustiça social e da exclusão, os cidadãos convivem com a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento de saúde, as más condições de habitação, transporte e um meio ambiente degradado.

Apesar do Brasil ser um país injusto e cheio de desigualdades, o planejamento urbano é uma peça para um caminho da mudança. Conclui-se que o planejamento surge como resposta aos problemas das cidades intensificados pelo processo de urbanização. E que, para a efetuação de um bom planejamento, devem serem colocados em discussão os anseios dos agentes sociais envolvidos, como empresas, sociedade civil e gestores. Por outro lado, faz-se necessário um amplo domínio da realidade local, do modelo de desenvolvimento urbano que quer construir e, sobretudo, que as propostas e ações sejam voltadas para construir uma cidade mais justa e sustentável.

2.3 DESAFIOS URBANOS VOLTADOS PARA QUALIDADE DE VIDA URBANA

A cidade idealizada nos planos brasileiros torna-se cada dia mais distante, desconstruídas pelas contradições políticas, sociais, econômicas e ambientais. Segundo Pereira (2010, p. 104), “estamos na sociedade da incerteza, onde os sistemas decisórios devem ser mais flexíveis e abertos, não apenas às diversas possibilidades, como aos atores”.

A qualidade de vida pode ser tratada como sendo o resultado da promoção do bem-estar dos seres humanos. Este conceito é considerado subjetivo, qualitativo e que exprime juízo de valor. Dentre os principais estudiosos deste tema, destacam-se: Almeida (1997), Wilheim (1976), Keinert e Karruz (2002), Morato e outros (2008), Nahas (2009), Ribeiro (2010) e Miranda e outros (2012).

Por séculos, a cidade foi considerada espaço político sobrepondo as configurações econômicas. Com o avanço da tecnologia, esse cenário mudou, passou estabelecer os padrões de uma “nova cidade” mais mercantilizada e industrializada (KEINERT; KARRUZ, 2002). O avanço da tecnologia nos últimos anos ocasionou o avanço da desigualdade e ampliou as precárias condições de vida da população e a degradação ambiental. Para Nahas (2009, p.123).

[...] além de não conseguir erradicar ignorância, a violência e a pobreza, agravou a situação social e ambiental, principalmente nas grandes cidades. Estabelecendo, assim, a urbanização da sociedade e suas problemáticas urbanas, tais como questões referentes à qualidade de vida, à disponibilização e ao acesso aos bens e serviços, aos impactos ambientais, ao emprego e a renda, à segurança, entre outros.

No contexto da urbanização capitalista do final do século XIX e início do século XX, a cidade industrial reproduz e massifica o trabalho humano, intensificando as diferenças entre as classes sociais (KEINERT; KARRUZ, 2002). Para Nahas (2009), esse período de intenso desenvolvimento tecnológico que as cidades passaram após Revolução Industrial, ampliou as desigualdades na distribuição de bens e serviços e impactou nas condições de vida da população urbana, além de ter aumentado a degradação ambiental.

A classe trabalhadora é forçada adaptar-se a esse novo padrão de vida. Esta passou a habitar lugares inadequados (cortiços, sem saneamento), com jornadas de trabalho exaustivas, em um ritmo acelerado de vida, o que ocasionou perda da saúde e da qualidade de vida, sendo necessária intervenção do poder público.

Para Miranda *et al.* (2012), para que as cidades conciliem o crescimento com o desenvolvimento econômico, é necessário mapear a qualidade de vida, com o objetivo de identificar os principais problemas urbanos, áreas prioritárias para intervenção, e assim ser utilizado como subsídio na formulação de prioridades nas políticas públicas.

A partir da década de 1960, a perda da qualidade de vida no mundo tornou-se uma problemática para sociedades urbanas, devido ao rápido crescimento das cidades e a ocupação desordenada desses espaços (NAHAS, 2009).

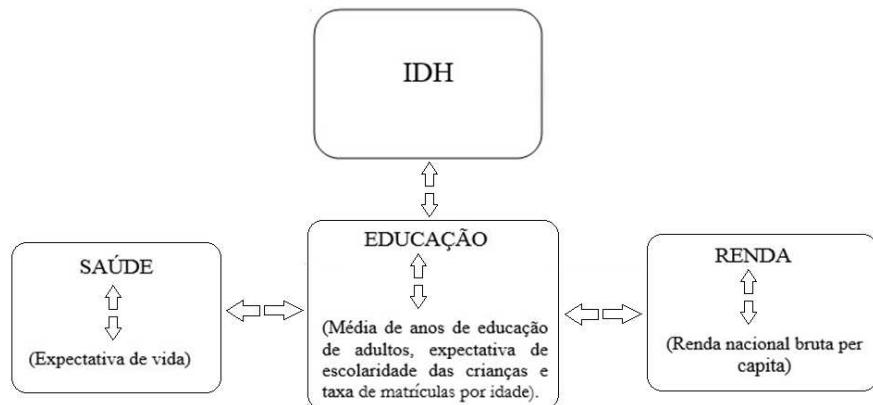
Na década de 1970, gestores e planejadores passam discutir novas alternativas para solucionar esses problemas sociais urbanos, com enfoque inicial sobre as implicações

sanitárias, em busca de melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido as discussões sobre planejamento urbano, qualidade de vida surge como referência nos debates e inúmeras propostas são formuladas para mensurar a qualidade de vida.

Na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir a qualidade de vida dos países. Segundo Minayo, Martz e Buss (2000), o IDH foi criado com a intenção de ampliar o debate sobre o desenvolvimento, com aspectos de natureza social e também cultural. O que representa um novo marco no debate, que até então, era restrito aos aspectos econômicos, como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego.

O IDH é um indicador sintético de qualidade de vida, composto por três indicadores: nível de renda, saúde e educação (PNUD, 2015). Como pode ser observado no organograma 2.

Organograma 2- Síntese do IDH.



Fonte: PNUD, 2015. **Org.:** A autora. 2016.

Os indicadores saúde, educação e renda como coloca Minayo, Martz e Buss (2000), são atribuídos com mesmo grau de importância, para avaliar a capacidade humana. Para que os indivíduos consigam desempenhar suas atividades cotidianas, devem ter o mínimo de condições necessárias para seu desenvolvimento, as quais são, representadas pelos indicadores do IDH.

Na década de 1990 desenvolveu-se também uma experiência de mensurar a qualidade de vida da cidade de Belo Horizonte, a qual abrangeu temas sociais e ambientais (QUADRO 2).

Quadro 2- Belo Horizonte: indicadores utilizados para mensurar a qualidade de vida, 2009

Aspecto	Fatores
Aspectos sociais	Habitação, Saneamento, saúde, educação, renda, taxa de analfabetismo, renda do chefe de família e taxa de mortalidade.
Aspectos ambientais	Cobertura vegetal, risco geológico do terreno, nível de ruídos, poluição atmosférica, drenagem das águas pluviais, tratamento de resíduos sólidos, contaminação do solo, poluição hídrica, presença de “ilhas de calor” e poluição atmosférica.

Fonte: Nahas. 2009.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1997, propôs o método de medir a qualidade de vida em pacientes hospitalizados, em diferentes países onde foram aplicados questionários. Esse método é denominado WHOQOL – 100, uma versão em português dos instrumentos para avaliar qualidade de vida. O método estabeleceu como critérios ou domínios para análise: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, ambientes e aspectos espirituais, detalhados no quadro 3.

Quadro 3 - Critérios utilizados pelo método WHOQOL – 100.

Domínio	Fatores incorporados
Físico	Dor e desconforto, energia, fadiga, sono e repouso.
Psicológico	Sentimentos positivos, pensar, aprender, memória, concentração, autoestima, imagem corporal, aparência e sentimentos negativos.
Nível de independência	Mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicações ou tratamento e capacidade de trabalho.
Relações sociais	Relações pessoais, suporte (apoio) social, atividade sexual.
Ambiente	Segurança física, proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais, disponibilidade e qualidade, oportunidade de adquirir novas informações, participação e oportunidade de recreação/ lazer, ambientes físico (poluição, ruídos, trânsito, clima) e transporte.
Espiritualidade	Aspectos espirituais, religiosos e crenças pessoais.

Fonte: OMS. 2016.

O conceito de qualidade de vida pode ser abordado como sendo as condições necessárias para que as pessoas ou indivíduos cheguem a realizar seus planos de vida. A concretização de seus objetivos fica condicionada ao seu padrão de vida, quanto mais privações esses indivíduos tiverem, pior será a qualidade de vida (ALMEIDA, 1997).

Também as condições inaceitáveis de iniquidade, associadas má distribuição de recursos econômicos e ao precário acesso aos equipamentos sociais, ameaçam a qualidade de vida das populações (MENDES, 2000).

Velázquez (2001), ressalta que é importante sempre diferenciar, qualidade de vida com nível de vida. A segunda expressão refere-se ao nível de consumo que uma pessoa pode alcançar, está ligado a aquisição de bens e serviços. Reforça em seu estudo que em alguns casos, o aumento do poder aquisitivo, necessariamente não representa uma mudança, qualidade de vida.

Para Wilheim (1976, p.135), o conceito de qualidade de vida perpassa pela sensação de bem-estar do indivíduo, que são dependentes de fatores objetivos e externos, subjetivos e internos, sendo analisado as para as características físicas (esporte, repouso, cuidados médicos), recuperação intrapsíquica (silêncio, diálogo, segurança, recolhimento) e satisfação sensorial (perfume agradável, música, paisagem bonita). Entre os fatores objetivos destacam-se a oportunidade, a faixa de renda, o *status social* e o padrão econômico.

O autor anteriormente referido entende que a união dos dois tipos de fatores leva o indivíduo a um sentimento de realização pessoal, a sensação de ser amado e o faz buscar um padrão cultural em conformidade com sua estrutura psicológica e uma orientação moral e ética para o convívio social. Para Velázquez (2001, p.15), qualidade de vida é uma inter-relação entre o social e ambiental.

Para Nahas (2009), a evolução do conceito de qualidade de vida e sua mensuração na área urbana passou a envolver: i) o dimensionamento da equidade de acesso aos bens e recurso urbanos por toda população; ii) a avaliação da qualidade ambiental em *stricto sensu*, a partir de aspectos socioambientais; iii) discussão da sustentabilidade urbana ligada ao desenvolvimento humano.

A análise da qualidade de vida é complexa. Um dos fatores que demonstram esta situação é o fato que terminologias como nível de vida, condições de vida, bem-estar e desenvolvimento humano apresentarem-se como conceitos correlatos (MORATO *et al.*, 2008).

Miranda *et al.* (2012), em sua pesquisa afirmou que é importante, para mensurar qualidade de vida, utilizar das ferramentas tecnológicas, tais como sistemas de mapeamento, realizar um bom diagnóstico é essencial para subsidiar formulações de diretrizes para planejamento.

A baixa qualidade de vida pode ser percebida a partir dos fatores como exclusão social, vulnerabilidade social e privação social. Assim, o conceito de qualidade de vida pode ser analisado em diferentes faces: qualidade de vida urbana, qualidade de vida no trabalho, qualidade ambiental, qualidade de vida na terceira idade, qualidade de vida dos pacientes com determinada doença, entre outras.

Conclui-se que, mesmo em diferentes períodos de tempo e em contextos sociais diferenciados, a definição de qualidade de vida está interligada às condições de sobrevivência humana, reflete o bem-estar e as condições necessárias para o desenvolvimento da vida. Diante do exposto, Almeida (1997, p. 16) reforça ideia de que:

a qualidade de vida é definida de acordo com as convenções de uma dada sociedade não significa, em absoluto, que a mensuração da qualidade de vida seja apenas um exercício subjetivo ou um julgamento de valor, isto porque as convenções da sociedade em questão são matéria de fato.

É consenso que a qualidade de vida é uma variável fundamental para o planejamento urbano, para que os gestores possam desenvolver um meio urbano saudável, contando com participação da população, logo, devem-se incluir na gestão urbana tópicos relativos ao meio ambiente é à saúde (KEINERT; KARRUZ, 2002).

Para mensurar a qualidade de vida, os autores como Keinert e Karruz (2002), Morato (2008), Nahas (2009), Ribeiro (2010) e Miranda e Morato (2012) trabalham com indicadores sociais e ambientais para compor, ao final, o índice de qualidade de vida, como pode ser observado do quadro 4.

Quadro 4- Qualidade de vida e indicadores sociais e ambientais, segundo autores selecionados.

Autor	Índice	Indicadores	
		Sociais	Ambientais
MORATO <i>et al</i> (2008)	Avaliação da Qualidade de Vida Urbana no Município de Embu-SP	Renda, emprego, pobreza, desigualdade social, alfabetização, escolaridade, saúde, longevidade, violência, infraestrutura urbana, energia elétrica, pavimentação, temperatura, grau de satisfação da população.	Abastecimento de água, destino esgoto, coleta de resíduo sólido, áreas verdes.
NAHAS (2009)	Índice de Qualidade de Vida de Belo Horizonte	Assistência social, cultural, educação, esportes, habitação, infraestrutura urbana, saúde, segurança urbana, serviços urbanos.	Abastecimento alimentar, meio ambiente.
RIBEIRO (2010)	Índice de Bem-Estar Urbano	Serviços coletivos, condições habitacionais, mobilidade urbana, aglomerados e densidade domiciliar, tempo de deslocamento casa-trabalho.	Qualidade da água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.
MIRANDA; e outros (2012)	Mapeamento da Qualidade de Vida Urbana em Pouso Alegre - MG	Bem-estar, saúde física e mental, acessibilidade, desenho urbano, segurança, organização social, economia, realização pessoal e profissional, contatos, produtividade.	Uso e ocupação do solo e atividades de lazer.

Fonte: A autora. 2015.

Segundo Nahas (2009), o indicador é representado por dados, informações e valores numéricos que retratam uma situação real. O Índice de Qualidade de Vida Urbana para os Municípios Brasileiros (IQVU – BR) é uma expressão matemática que agrupa as informações numéricas dos indicadores, espacializando as informações no território.

O IQVU- BR é um instrumento que avalia qualidade de vida urbana, utiliza as possibilidades espaciais de acesso aos serviços e recursos urbanos. O mesmo foi construído

utilizando da metodologia do Índice de Qualidade de Vida de Belo Horizonte, para ser utilizado como instrumento de auxílio no planejamento e gestão urbana (NAHAS, 2009).

Entre outros importantes índice, que podem ser utilizados para avaliar a qualidade de vida, são Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e Índice de Vulnerabilidade social (IVS). Os dois índices foram construídos por órgãos estaduais. O IMRS é uma construção da Fundação João Pinheiro (FJP), quanto o IVS foi construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O IMRS utiliza variáveis sociais e ambientais, tem como objetivo auxiliar os municípios mineiros no planejamento territorial.

Embora o conceito de responsabilidade social de uma maneira ampla deva envolver o setor público, o setor privado e os cidadãos, pela dificuldade de medidas comparáveis e confiáveis para esses dois últimos, o índice abrange de forma mais explícita apenas o setor público. E, nesse caso, o Índice se propõe a medir a responsabilidade social conjunta das três esferas de governo. Assim, somente uma análise mais aprofundada pode vir a identificar a responsabilidade de cada uma delas individualmente. A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer (FJP, 2016, s.p.).

Assim, como os outros índices, o IVS tem como objetivo propor reflexões sobre os rumos da vulnerabilidade. O mesmo foi criado para avaliar a insuficiência ou ausência de bens e serviços públicos. O mesmo, possui três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda/trabalho.

subíndice indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda [...]. Adotou-se, para isso, indicadores de mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam. [...]. Percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil (IPEA, 2016).

Assim, neste trabalho a qualidade de vida urbana é entendida como uma “expressão que abrange o conceito de qualidade de vida e o de qualidade ambiental, mas, além disto é conceito espacialmente localizado, reportando-se ao meio urbano, às cidades” (NAHAS, 2009, p. 126). Para alcançar a qualidade de vida nos espaços urbanos, os movimentos cidades sustentáveis e saudáveis, escolhidos nesse estudo, buscam direcionar ações para uma mudança social.

2.4. CIDADES SUSTENTÁVEIS

O termo desenvolvimento sustentável surgiu a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas, na segunda metade do século XX. A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão de Brundtland, que apresentou o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, sobre as mudanças ambientais que vem acontecendo desde a Revolução Industrial (DALY, 2004).

No referido relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi empregado como o modelo de desenvolvimento que deve “atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas”. O conceito de desenvolvimento sustentável foi reafirmado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) na cidade do Rio de Janeiro, em 2012 (DALY, 2004).

Nesse relatório considera que a pobreza generalizada não é mais inevitável, está posta na sociedade, e que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento as necessidades básicas dos seres humanos, ofertar oportunidades de melhoria na qualidade de vida, e principalmente que seja alcançado “equidade” dos processos sociais. É para alcançar “equidade”, a mudança de pensamento dever ser atingido a partir da participação da sociedade na tomada das decisões, ou seja, um processo democrático (BARBOSA, 2008).

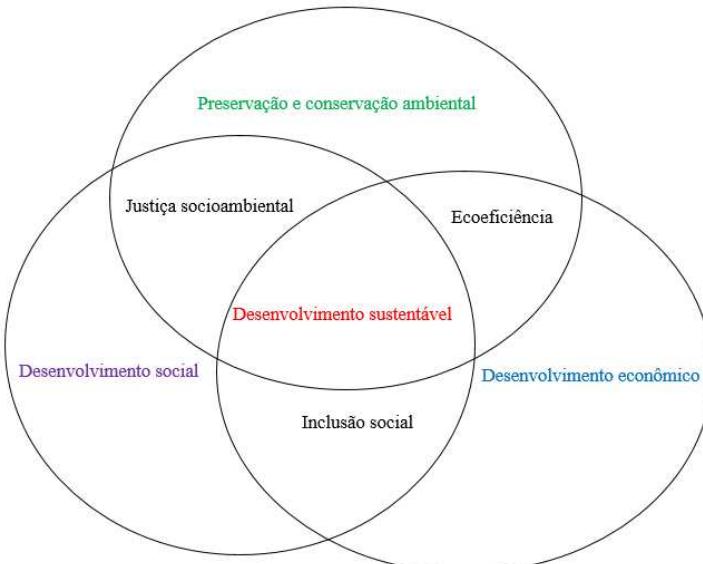
A sustentabilidade, portanto, consiste em desenvolver meios de produção, de distribuição e de consumo dos recursos de forma consciente, economicamente eficaz e ecologicamente viável, além, de priorizar o desenvolvimento social e respeitar a capacidade suporte do meio ambiente (BARBOSA, 2008). Para ser colocado em prática a proposta de sustentabilidade deve ser aprofundar na busca da sinergia entre diferentes fatores.

O modelo de desenvolvimento atual é fundamentado numa visão reducionista, cartesiana e mecanicista para os problemas, guardando uma relação linear de causa e efeito com suas soluções. Por outro lado, o paradigma da sustentabilidade é orgânico, holístico e sistêmico, onde a natureza é entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, de modo que o todo seja formado pela soma das partes e de suas interações, e os seres humanos sejam vistos como sendo inseparáveis dos ecossistemas, em uma profunda sinergia (LEAL, 2015, p. 2).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21 é um conceito ainda em construção, o mesmo foi incorporado em muitas agendas locais, regionais e mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos. Entretanto é um conceito muito questionado pela comunidade acadêmicas, por não definir, quais são as necessidades do presente e quais serão as necessidades do futuro (BARBOSA, 2008).

É para alcançar o desenvolvimento sustentável deve-se buscar novas formas de desenvolvimento econômico, utilizando do padrão tecnológico alcançado sem causar uma redução drástica dos recursos naturais, ou seja, sem danos ao meio ambiente. Nesse mesmo sentido deve almejar um equilíbrio para alcançar o desenvolvimento sustentável, representado na figura 3.

Figura 3 - Requisitos para alcançar o desenvolvimento sustentável.

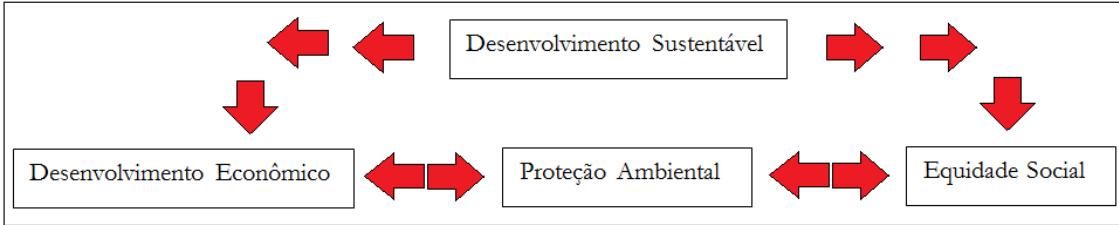


Fonte: Barbosa (2008). **Org.:** A autora. 2016.

Para Acselrad (1997), deve existir uma convergência entre sustentabilidade urbana local e global, tendo em vista que é no plano local que a poluição, degradação e os impactos ambientais acontecem com mais intensidade. Além de ser nessa escala mais fácil identificar as autoridades políticas e os responsabilizar os agentes causadores. Entende-se que o impacto local leva a uma reação em cadeia e a um desequilíbrio.

A insustentabilidade exprime então a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um “desequilíbrio entre necessidades diárias da população e os meios de satisfazê-las, entre as demandas por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura (ACSELRAD, 1997, p. 6)

Para entender melhor esse processo o termo desenvolvimento sustentável vem sendo debatido em várias reuniões internacionais e constitui um desafio para uma civilização que é cada vez mais urbana. Os princípios básicos estabelecidos durante o debate das conferências foram questões econômicas, ambientais e sociais (FIGURA 4). Para alcançar o desenvolvimento sustentável, deve manter o processo de aprendizagem, envolver políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento nacional.

Figura 4- Princípios do Desenvolvimento sustentável.

Fonte: Barbosa (2008). **Org.:** A autora. 2015.

A sustentabilidade urbana pretendida passa pelo prisma da gestão democrática das cidades, regularização do solo urbano, promoção do ordenamento territorial, da equidade do acesso aos equipamentos sociais, da eficiência dos serviços públicos e da preservação dos recursos ambientais. Segundo Barbosa (2008), para alcançar equidade, deve existir a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões.

Como resultado das conferências e debates surgiram novas propostas voltadas para melhoria da qualidade de vida da população, entre elas estão os movimentos cidades saudáveis, cidades sustentáveis, cidades resiliente entre outras. As propostas têm um objetivo comum de discutir os problemas dos centros urbanos.

No Brasil foi implantado o Programa Cidade Sustentáveis, pela Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Rede Nossa de São Paulo e Institui Ethos. Ao todo já são 277 prefeitos que assinaram a carta-compromisso, sendo 26 no estado de Minas Gerais (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2015).

O programa é composto pela Rede Nossa São Paulo Sustentável e a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis que em conjunto lançaram, em 2010, a Plataforma Cidades Sustentáveis, com objetivo de apresentar práticas e inspirar novas ações sustentáveis no país (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2015). O Programa Cidades Sustentáveis propõe diretrizes em forma de agenda, com foco na sustentabilidade urbana, além de apresentar um conjunto de indicadores associados a esta agenda e um banco de práticas, com exemplos nacionais e internacionais de referências para serem seguidas nos municípios (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2015).

As Cidades Sustentáveis que incorporaram ao movimento, firmaram um compromisso de políticas públicas sustentáveis, que tem como objetivo o respeito ao meio ambiente. De modo geral o termo sustentabilidade está presente no discurso político, mas muito pouco vem é percebido de ações concretas que permeia as ações governamentais (BARBOSA, 2008).

O Programa Cidades Sustentáveis aborda diferentes áreas da gestão pública. Como forma de melhor estruturar o Programa, foram propostos doze eixos temáticos que norteiam

as ações dos gestores públicos para alcançar a sustentabilidade, são eles: governança, bens naturais comuns, equidade, justiça social e cultura de paz, gestão local; planejamento e desenho urbano; cultura, educação, qualidade de vida, economia local dinâmica e sustentável; consumo responsável, mobilidade e ações locais para saúde (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS; 2015).

Para Schneider (1982, p.2), “o conhecimento e a compreensão do ambiente natural, nas suas características e interações de seus elementos, é um importante fator para a qualidade do planejamento relativo ao uso dos recursos ambientais”. Nessa perspectiva o planejamento ideal vai ser aquele que equidade social e sustentabilidade ambiental sobreponham ao desenvolvimento tecnológico e ao consumo excessivo dos recursos mantendo a capacidade suporte do ambiente.

O desenvolvimento sustentável deve partir das instâncias de poder nas diferentes escalas, nacional, estadual e municipal em resposta aos anseios da sociedade, priorizar o desenvolvimento social, humano e a capacidade suporte ambiental, não sendo apenas um *slogan* político. Partilhando assim do mesmo pensamento de Schneider (1982) sobre planejamento, ressalta -se que:

um planejamento de organização do espaço geográfico ou de utilização dos recursos naturais, seja a nível municipal ou regional, exige um diagnóstico preliminar destinado a fornecer bases para a tomada de decisões, além de uma legislação eficiente ligada a mecanismos de controlo e punição à ação nociva às condições ambientais. (SCHNEIDER, 1982, p.6)

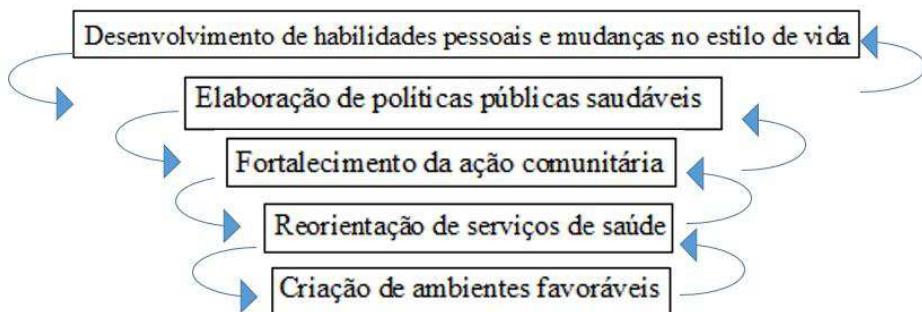
Conclui-se que o Movimento Cidade Sustentáveis é uma iniciativa importante, que busca de transformações social, durável e que inicia pelo compromisso dos gestores em levar os princípios sustentáveis para os seus municípios. E como a transformação social deve ser uma mudança de todos para todos, surge como proposta de transformação da realidade, o movimento cidades sustentáveis. Além desse movimento o movimento cidades saudáveis também busca uma melhoria na qualidade do ambiente e social.

2.5 CIDADE SAUDÁVEIS

O Movimento Cidade Saudáveis faz parte de um conjunto de políticas urbanas, induzidas pela ONU, difundidas e fomentadas pela Organização Mundial da Saúde. O movimento tem como objetivo principal influenciar gestores e planejadores implementar ações voltadas para melhoria da saúde, que surge em 1978 no Canadá, com a divulgação da Carta de Ottawa (ALVES, 2016).

Na Carta de Ottawa são apresentadas estratégias de promoção da saúde que tem como foco a melhoria na qualidade de vida. Definindo assim, cinco áreas para implementar a promoção da saúde (FIGURA 5). Em busca de tirar o foco de atenção da doença para saúde. Contudo a “Construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde (física, social, econômica, política e cultural), reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde” (SPERANDIO, 2003, p. 34).

Figura 5 - Áreas para implementar a promoção da saúde nas cidades.



Fonte: Adriano e outros (2000). **Org.:** A autora. 2016.

Para OMS uma cidade se torne saudável, quando se esforçar para proporcionar aos cidadãos condições e estratégias de promoção da saúde. As estratégias devem efetivar em ações concretas envolvendo gestores e sociedade, e as mesmas, resultem em melhoria da qualidade de vida.

A Cidades/Municípios Saudáveis desenvolve ações visando à melhoria da qualidade de vida para população, tendo como premissa uma gestão participativa e um amplo debate das políticas públicas entre sociedade e o Estado, com enfoque voltado para a saúde (ADRIANO et. Al.,2000). Adotando requisitos mínimos para serem atendidos apresentados na figura 6.

Figura 6 - Requisitos para cidades saudáveis.



Fonte: Adriano et. Al. (2000). **Org.:** A autora. 2016.

É um conceito complexo e muito amplo, dizer que uma cidade é saudável, deve incluir as esferas da vida e ter como requisitos, paz, geração de renda, ecossistema saudável, alimentação adequada, educação de qualidade, recursos sustentáveis para sobrevivência da sociedade, além de existir como ideal a justiça social e a equidade (SPERANDIO, 2003).

O movimento Cidades/Municípios Saudáveis tem a função de mobilizar e motivar, a partir de ações práticas, os governantes e a sociedade para uma gestão participativa. Os gestores têm o papel de implantar projetos, os quais devem ter caráter institucional e intersetoriais que proponham ações efetivas para a melhoria na qualidade de vida.

Segundo Westphal (2000, p. 40), o Movimento Cidades Saudáveis tem como raiz no Movimento Sanitário Europeu que “já reconhecia os governos locais das cidades e as associações comunitárias como importantes agentes do equacionamento dos problemas de saúde”. Existe forte semelhança entre os movimentos Sanitarista Europeu e Cidades Saudáveis (QUADRO 5), pois os dois utilizam de premissas básicas sanitárias, readequando a realidade da época. O Movimento Cidades Saudáveis, por sua vez, ampliou a discussão da promoção da saúde em área urbana.

Quadro 5 - Semelhanças entre os Movimentos Cidades Sanitaristas e Cidades Saudáveis.

Movimento	Objetivos	Movimento	Objetivos
Movimento Sanitário Europeu	Mudanças físicas das cidades.	Movimento Cidades Saudáveis	Paz
	Mudança nos padrões de habitação.		Habitação que atenda as necessidades básicas de abrigo e conforto térmico
	Regulações higiênicas.		Sistema educacional eficiente
	Pavimentação das ruas.		Renda suficiente para as necessidades básicas
	Sistema de abastecimento de água.		Recursos renováveis e ecossistemas manejados de forma sustentável
	Eliminação dos dejetos		

Fonte: A autora. 2015.

Para Westphal (2000, p.43), "a cidade é o espaço de vida de um povo, seu espaço cultural, o espaço do cidadão, de onde devem ser equacionados problemas, planejadas e desenvolvidas ações compartilhadas para melhoria da qualidade de vida". A cidade configura assim, o espaço das relações sociais, da transformação da natureza pela sociedade.

Entre os principais problemas nas cidades estão o uso e a ocupação inadequados de áreas de risco, habitações em zonas de declividade acentuada, deixando população exposta a desmoronamentos e escorregamentos em períodos chuvosos. A produção exacerbada de resíduos, e sua disposição inadequada, vindo a ocasionar a proliferação de vetores, degradação da qualidade da água e a poluição em geral, impactando na qualidade de vida urbana.

Em resposta a esses transtornos socioambientais surgem, em âmbito internacional, encontros para discutir e propor mudanças para a promoção da saúde. Como conceitua o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002, p.20), a “promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação e controle desse processo”.

Os pesquisadores, Westphal (2000) e Mendes (2000) ressaltam que os projetos na área de promoção da saúde devem considerar a realidade local e as possibilidades físicas, financeiras, culturais de cada país ou região. Assim, o projeto de promoção da saúde deve trabalhar com ações comunitárias, auxiliar gestores na tomada de decisão e definir ações prioritárias (BRASIL, 2002).

Na análise de Keinert (1997) sobre as cidades saudáveis é preciso que governo seja capaz de incentivar e propor uma relação mutua do interno e externo. Nessa perspectiva, a saúde deve ser o foco do planejamento da cidade, que envolva todos os agentes sociais, gestores, empresários e que seja um plano de governo, que tenha diagnóstico, prognóstico e ações de correções continuada.

As cidades saudáveis reafirmam em sua política o direito fundamental a ter uma saúde de qualidade, adotando conceitos fundamentais a promoção da saúde, ação ambiental, a mudança no estilo de vida. De acordo com Adriano e outros (2000, p.54), a saúde é resultado de processo social e “ausência de doenças é um estado adequado do bem estar físico, mental e social que permite aos indivíduos identificar e realizar suas aspirações suas necessidades”.

Para que uma cidade alcance o título de cidade saudável é preciso que ela seja capaz de dar respostas às necessidades de desenvolvimento para sociedade, que tenha capacidade de lidar com as crises do sistema econômico, e principalmente que desenvolva condições de atender as exigências emergentes, além de capacitar sua população para tornar-se participativa e poder usufruir das vantagens e do bem-estar proporcionado (MENDES, 2000). E uma estratégia, como coloca Sperandio (2003, p. 62).

Municípios, cidades e ou comunidades saudáveis é uma filosofia e também uma estratégia que permite fortalecer a execução das atividades de promoção da saúde com a mais alta prioridade dentro de uma agenda política local. Uma cidade saudável a definição da OMS, “é aquela que coloca em prática de modo contínuo a melhora de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade. Portanto considera-se uma cidade ou município saudável aquela em que seus dirigentes municipais enfatizam a saúde de seus cidadãos dentro de uma ótica ampliada de qualidade de vida.

Ressalta-se que o debate sobre promoção da saúde tem notoriedade desde a década de 1970 entre as conferências, publicações, declarações e cartas de intenções foram, Declaração

de Alma-Ata, 1978; Carta de Ottawa, 1986; Declaração de Adelaide, 1988; Declaração de Sundsvall, 1991; Declaração de Santafé de Bogotá, 1992; Declaração de Jacarta, 1997; Rede de Megacidades, 1998 e Declaração do México, 2000, com foco na melhoria da qualidade de vida, apresentadas nos quadros 6 e 7 (BRASIL, 2002).

Quadro 6 - conferências internacionais para promoção da qualidade de vida.

Publicação	Local/Año	Reunião	Pré Requisitos	Agentes e/ou Setores envolvidos	Prioridades e/ou Resultado
Declaração de Alma-Ata	Alma-Ata, URSS (1978)	Conferência Internacional sobre cuidados primários da saúde	Atenção primária à saúde, educação, saneamento, prevenção de endemias, doenças traumáticas e medicamentos.	Sociais, econômicos; saúde.	Proteção da saúde é essencial para desenvolvimento econômico, social e para melhoria na qualidade de vida.
Carta de Ottawa	Ottawa, Canadá (1986)	Primeira Conferência Internacional de Promoción da Saúde.	Os recursos fundamentais para saúde são: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecosistema estable, recursos sustentáveis, justicia social e ecuidade.	Sociais, econômicos, organizações de voluntários, governos, representantes da industria, mídia e saúde.	Carta de intenções para se atingir saúde para todos no ano 2000 e subsequentes, além de indicar aos dirigentes e políticos que as escolhas saudáveis são as mais fáceis de realizar.
Declaração de Adelaide	Adelaide, Austrália (1988)	Segunda Conferência Internacional de Promoción da Saúde.	Educação, o nível de alfabetização, saúde da mulher, cuidados com alimentação, nutrição e conservação ecológica.	Governo, organizações não governamentais, organizações comunitárias, representantes de sindicatos, indústria, associações acadêmicas, lideranças religiosas.	Criar um ambiente favorável para que as pessoas possam viver vidas saudáveis.
Declaração de Sundsvall	Sundsvall, Suécia. (1991)	Terceira Conferência Internacional de Promoción da Saúde.	Ações voltadas para educação, transporte, desenvolvimento urbano, produção industrial, agricultura, considerando aspectos físicos, social, espiritual, econômico e político.	Comunidades, governantes e ONGs.	Gerenciamento diário das políticas governamentais, mais justiça social, promoção da saúde, considerando os processos migratórios clássicos do rural para urbano e de conflitos armamentistas.

Fonte: BRASIL (2002) **Org.:** A autora. 2015.

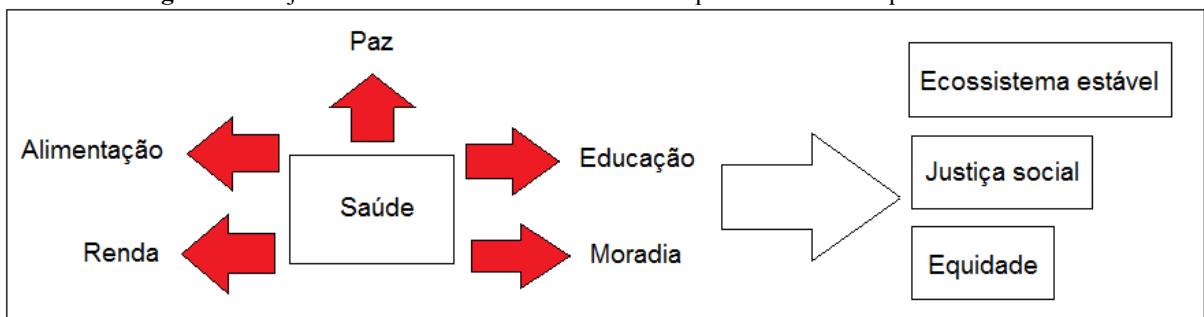
Quadro 7 - Continuação dos dados das conferências internacionais para promoção da qualidade de vida.

Publicação	Local/Ano	Reunião	Pré Requisitos	Agentes e/ou Setores envolvidos	Prioridades e/ou Resultado
Declaração de Santafá de Bogotá	Santaafé de Bogotá, Colômbia (1992)	Conferência Internacional de Promoção da Saúde	Fatores políticos, econômicos, sociais, ambientais e os diálogos entre diferentes culturas.	Agentes sociais e institucionais	Promoção da saúde na América Latina, que garantam o bem-estar, o como propósito do desenvolvimento trabalhar solidariedade e equidade social.
Declaração de Jacarta	Jacarta, Indonésia (1997)	Quarta Conferência Internacional sobre promoção da saúde	Ações voltadas para, paz, abrigo, segurança, relações sociais, alimentação, renda, direito e voz das mulheres, ecossistema estáveis, uso sustentável dos recursos, justiça social, respeito aos direitos humanos e equidade.	Setores privados, governos e sociedade.	Promoção da saúde no século XXI considera saúde direito humano fundamental.
Rede de Megaciudades	Genebra, Suíça (1998)	Encontro para debater a promoção da saúde	Padrões de morbidade, mortalidade, ações voltadas para controle e tratamento de doenças transmissíveis ou não, mudanças demográficas, degradação do meio ambiente e desigualdade na distribuição de renda.	Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Federação Russa, EUA.	Aliança entre os países mais populosos, na busca para incrementar as questões de promoção da saúde na agenda das políticas nacionais como ponto central para o debate.
Declaração do México	Cidade do México, México, (2000)	Quinta Conferência Global sobre promoção da saúde	Busca provisão de serviços de saúde, abordar os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde.	Responsabilidade do governo e compartilhada por todos os setores da sociedade	Quanto maior o nível de saúde possibilitará maior aproveitamento da vida, sendo necessário para promover o desenvolvimento social, e econômico e a equidade, situação e buscar situações equitativas em termos de saúde e bem-estar.

Fonte: BRASIL (2002) Org.: A autora. 2015.

É possível perceber que durante as conferências, o objetivo central dos debates é promoção da saúde, ligada ao planejamento e gestão das cidades, criar ambientes favoráveis para que as pessoas possam viver bem e de forma saudável. As conferências buscam ressaltar a necessidade de se adotarem propostas de intervenção inovadoras e mais abrangentes na implementação de políticas públicas saudáveis (MENDES, 2000). Além de sugerir aos governos que formem alianças no combate aos problemas sociais e ambientais, interligando as diferentes áreas do conhecimento (FIGURA 7).

Figura 7 - Objetivo das conferências internacionais para melhoria da qualidade de vida.



Fonte: A autora. 2015.

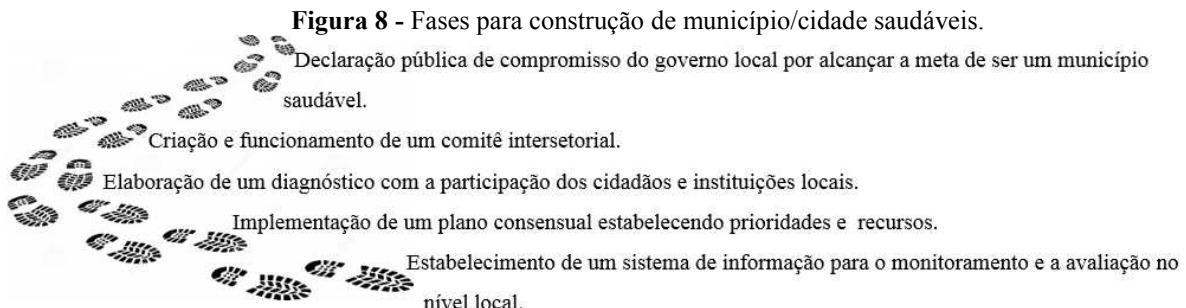
A cidade saudável deve atender o conforto físico, social, fortalecer os recursos comunitários e que possa propiciar aos habitantes o desenvolvimento de seu potencial e a melhoria da qualidade de vida (MENDES, 2000). O movimento cidade saudáveis para os países desenvolvidos tem uma tendência a buscar uma mudança no estilo de vida e propor hábitos mais saudáveis para a população, já que qualidade de vida nesses países é proporcionada pelo avanço econômico e tecnológico. Já para os países em desenvolvimento a prioridade de buscar melhorias nos aspectos quantitativos dos níveis de saúde, dos serviços de saneamento, da moradia e da preservação do meio ambiente (MENDES, 2000).

No Brasil, já 1991 a cidade de São Paulo em parceria com cidade de Toronto no Canadá, firmam um convênio de cooperação técnica para transformar a cidade brasileira em cidade saudável. Em 1994 e 1995 são incluídas na agenda do movimento dez novas cidades no Brasil, onde os políticos passam a adotar em suas agendas projetos com perspectivas saudáveis (Diadema, Campinas, Jundiaí, Santo – SP, Iraquara – BA, Céu Azul, Chopinzinho, Curitiba, Palmeira - PR, Maceió – AL).

O movimento começa a crescer em 1996 e 1997, são incorporadas novas cidades, entre elas, Vargem Grande Paulista, Sobral, Crateús, Fortaleza, Anadia, Arapiraca, Flexeira, Dionísio e São José do Goiabal (MENDES, 2000). Ao longo dos anos os congressos foram

essenciais para que o movimento se estruturasse, com socialização das propostas e resultados alcançados nas cidades.

Para que os municípios/ cidades adotem a proposta de cidades saudáveis, eles devem passar por cinco passos básicos, desde sua declaração a avaliação do projeto. Como apresenta os autores Adriano e outros (2000, p.55), adaptado na figura 8.



Fonte: Adriano e outros (2000). **Org.:** A autora. 2016.

Os resultados alcançados nos projetos em geral foram implantação de usina de reciclagem de resíduos, implantação de estação de tratamento e a mobilização social presenciada nas cidades adeptas ao movimento, como negativo a falta de compromisso dos gestores em algumas cidades. Como pode ser percebido nas leituras que ao mudar de gestão municipal a tendência que o projeto chegue a perder o interesse e acabe (ADRIANO, et.al. 2000).

“O movimento por cidade saudáveis é definido como uma política de saúde a ser implementada” (MENDES, 2000, p.14). Destaca, em 1995, I Congresso de Secretários Municipais de Saúde das Américas, o I Congresso Latino Americano para Cidade e Comunidades Saudáveis em 1996 e o I Fórum Brasileiro de Municípios Saudáveis em Sobral de 1998, todos com objetivo de debater novas propostas de implementação de novos projetos (MENDES, 2000).

Conclui-se que o Movimento Cidades Saudáveis é importante para sociedade à medida que promove sensibilização dos governantes, ao integrar a sociedade nas decisões políticas e ao direcionar a saúde como foco central do planejamento urbano. Como nas grandes cidades as pequenas cidades, também apresentam problemas, que demandam uma atenção maior. O movimento cidade saudável pode vir ser um modelo que auxílios os gestores na organização do espaço urbano e na busca por melhor qualidade de vida.

2.6. PEQUENA CIDADE E SUAS PARTICULARIDADES

A temática pequena cidade insere-se no cerne desta pesquisa em função do objeto de estudo. Ou seja, a cidade de Tupaciguara, espaço investigado neste trabalho, é uma cidade de pequeno porte demográfico que se adequa a condição de pequena cidade no contexto geográfico do interior de Minas Gerais, especificamente da região do Triângulo Mineiro.

A definição de pequena cidade é uma questão complexa e está diretamente ligada a classificação das cidades. Não existe ainda um consenso entre os pesquisadores sobre o que seria uma pequena cidade, ou mesmo, quais critérios que devem ser adotados. Sabe-se que os critérios mais utilizados para classificar as cidades são fatores demográficos como tamanho populacional e densidade demográfica e, também as funções urbanas.

No entanto, estudos acadêmicos têm apontado para importância de se conceituar pequena cidade a partir das relações desta na rede urbana, das funções urbanas e das relações com o campo. Devendo este procedimento ser realizado por meio de comparação que considere as variações do fenômeno, nos contextos espaciais (ENDLICH, 2006; MELO, 2008).

[...]Pois, a pequena cidade, assim como os diferentes espaços que compõem a realidade espacial de uma sociedade, não podem ser conceituados e/ou considerados isoladamente, sendo o espaço produzido socialmente e fazendo parte de uma totalidade socioespacial que se expressa, desigualmente, nos lugares (MELO, 2008, p. 467).

No entanto, o tamanho das cidades é importante para direcionar ações e medidas voltadas para melhoria da qualidade de vida da população de maneira mais efetiva e pontual. Segundo Figueiredo (2008), todo administrador deve conhecer o tamanho e as características da população para fins de planejamento, seja no campo econômico, político, social e espacial.

A pequena cidade pode ser entendida como um espaço territorial com baixa densidade demográfica, onde predominam relações sociais marcadas por intensas ligações com as atividades desenvolvidas no campo, ou seja, apresenta hábitos, costumes, valores e tradições com traços de ruralidade, em virtude da proximidade do seu entorno rural.

Sobre o cotidiano e modo de vida nas pequenas cidades, destacam-se “[...] o predomínio do conhecimento íntimo, da proximidade entre as pessoas e das fortes relações de vizinhança. Há, de fato, o domínio da pessoalidade. Essa situação se estende às diversas dimensões da vida local, como nas atividades comerciais e nas relações políticas” (MELO; SOARES, 2009, *s. p.*)

Segundo Melo (2008), em geral, as pequenas cidades da região de Cerrados, localizadas em áreas não metropolitanas, apresentam alta dependência da população com os gestores municipais, relações intensas entre urbano e o rural e são locais marcados por certa tranquilidade.

De forma semelhante, Silva (2006) destaca que a pequena cidade apresenta uma paisagem ligada a um forte contexto rural. A proximidade com o campo e a interdependência entre rural e o urbano, o que faz com que pequena cidade apresente características particulares. Assim, elas se diferem e são inseridas na rede urbana regional.

Para Soares e Melo (2010), as pequenas cidades tendem a apresentar projetos urbanísticos recriando espaços de proximidade com áreas verdes, aumentando o contato com natureza, segurança, e empreendimentos habitacionais sem supervalorizar o preço do solo.

A pequena cidade também apresenta problemas e fragilidades como falta de emprego, de saneamento, os problemas ambientais e a exclusão social. Segundo Melo (2008, p. 438), o desemprego é o principal problema. A falta de alternativas de trabalho, resulta no esvaziamento das cidades e no intenso processo migratório, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo somente os idosos.

Apesar dos problemas indicados existentes nas pequenas cidades brasileiras, esses espaços ficam às margens do planejamento urbano e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano. O planejamento urbano, na forma do plano diretor, por exemplo, é dispensado para as cidades que apresentam população menor que 20.000 habitantes. Conforme Melo (2008, p. 468),

[...] o Estado Brasileiro não tem apresentado interesse particular pelas pequenas cidades e por suas problemáticas. Isso se confirma tanto pela pouca participação no debate, como pela ausência de política pública específica para essas unidades espaciais, que constituem o maior número de cidades do país. Um exemplo é a não contemplação das cidades com menos de 20 mil habitantes no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), enquanto que, em outros países, esse tema já tem sido pauta de estudos governamentais com vistas ao desenvolvimento de política pública como são os casos de projeto vinculado à União Europeia e ações realizadas na Província de Buenos Aires, na Argentina. A perspectiva do desenvolvimento local e sustentável tem sido o viés principal de inserção da pequena cidade nas políticas públicas, em outros países.

A pequena cidade, pela tranquilidade e pela proximidade entre seus habitantes, passa uma impressão que, nesses espaços, a qualidade de vida é muito melhor do que nas médias e/ou grandes cidades. Entretanto, quando se amplia análise, considerando sobretudo aspectos

socioeconômicos e ambientais, percebe-se que a qualidade de vida urbana nesses locais deve ser mais bem definida, sobretudo levando em conta suas particularidades.

Além dos problemas citados anteriormente, vale ressaltar, de acordo com Figueiredo (2000), outros bastante frequentes nas pequenas cidades brasileiras, tais como: deficiência de infraestrutura básicas (água potável, energia elétrica, rede de esgoto, coleta de resíduos, pavimentação das ruas), baixa qualidade de educação, inadequação da saúde, baixa oferta de atividades culturais, crescente desemprego, violência e a falta de participação coletiva, inúmeras carência de serviços (qualidade/quantidade) e recursos orçamentários insuficientes.

No geral, as experiências de estudos de qualidade de vida urbana são mais bem desenvolvidas para o contexto das grandes cidades brasileiras. Assim, as metodologias de mensuração da qualidade de vida e as variáveis selecionadas não servem para aplicação direta no caso de pequenas cidades.

A partir das reflexões aqui apresentadas é possível concluir que o estudo da qualidade de vida urbana em pequenas cidades deve levar em conta as características, os problemas e as potencialidades próprias destes espaços e de cada um deles em específico.

3. Metodologia

3.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA EM TUPACIGUARA

Toda pesquisa científica é um processo de aquisição e construção de conhecimento. A investigação científica pode ser desenvolvida tendo como cerne diferentes fenômenos sociais e ambientais. De certa forma, os estudos acadêmicos aprofundam o entendimento das relações entre sociedade e natureza e a própria compreensão do mundo.

O pesquisador, em geral, parte de um recorte espacial e temporal para contextualizar e compreender os resultados das transformações ocorridas no objeto de estudo. Nesta pesquisa adota-se, como recorte espacial, o município de Tupaciguara, tendo como enfoque a realidade da área urbana, sua qualidade de vida e reflexões sobre o planejamento urbano, sem traçar um perfil evolutivo da qualidade de vida.

O recorte temporal será basicamente o tempo presente, exceto nos casos e assuntos em que os bancos de dados existentes são de anos anteriores. Nesta condição, buscar-se-á utilizar os dados mais recentes disponíveis.

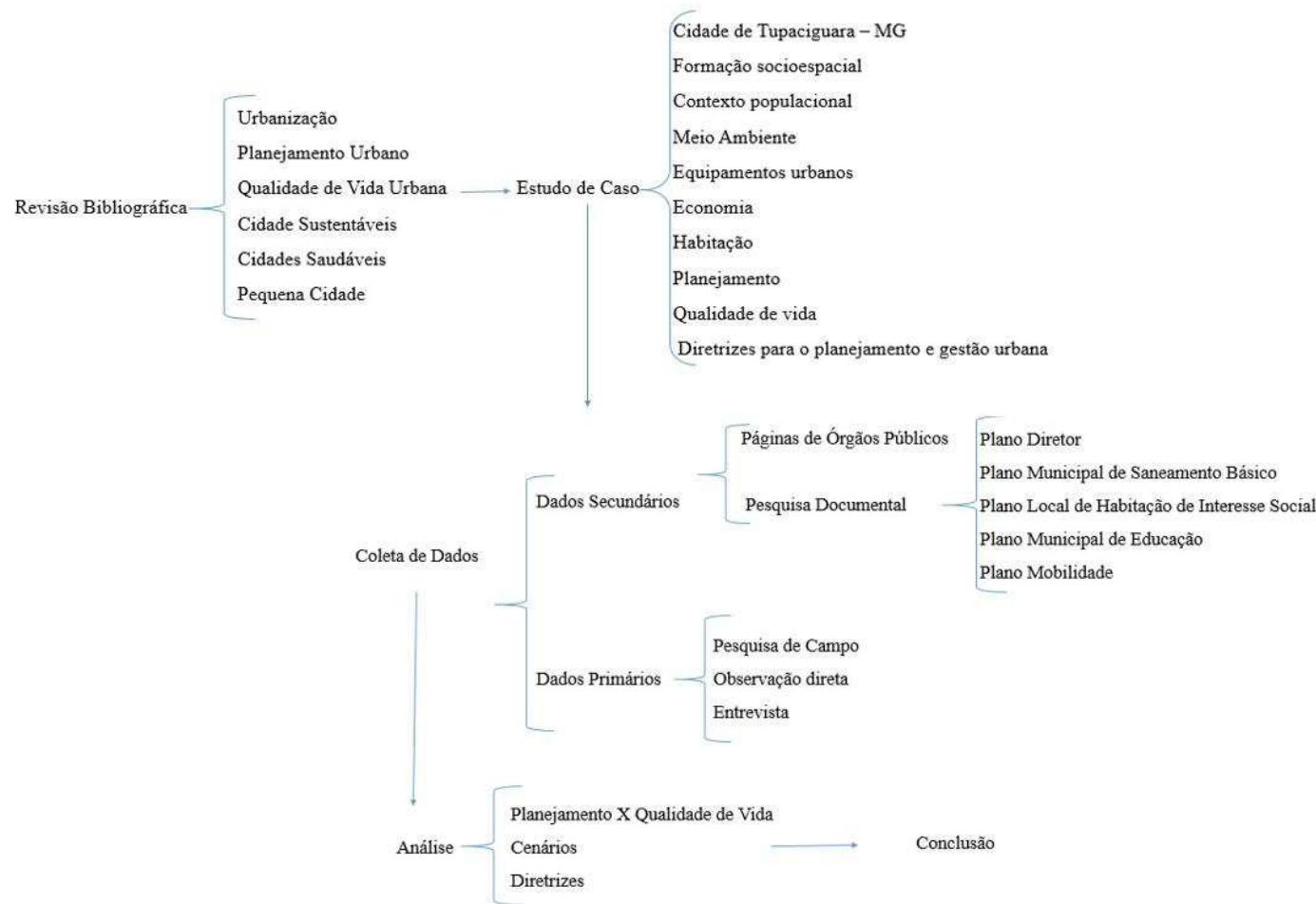
A primeira tentativa de analisar a qualidade de vida em Tupaciguara, foi a partir da elaboração de questionário. Este tinha como finalidade de auxiliar na escolha das variáveis para compor o diagnóstico da qualidade de vida, segundo o grau de importância elegido pela população.

O questionário foi construído utilizando-se de um aplicativo do Gmail, (APÊNDICE A) e divulgado no Facebook. O mesmo foi organizado em três partes, a primeira faz identificação dos entrevistados (gênero, idade, bairro onde reside), a segunda parte como população percebe e/ou considera a qualidade de vida na cidade e a terceira buscou identificar os fluxos de pessoas e a necessidade de deslocamento para outras cidades.

Embora tenha sido divulgado nas redes sociais, por e-mail e em conversas com alguns moradores de Tupaciguara, o mesmo não alcançou resultado esperado, foram cinco respostas. Mesmo assim, as respostas foram importantes para definir as variáveis desse estudo. Foi possível perceber nessa primeira tentativa que os entrevistados avaliam o bem-estar, saúde e segurança como fatores importantíssimos para assegurar boa qualidade de vida na cidade.

Em um segundo momento, defiram-se os demais procedimentos metodológicos adotados, sendo: levantamento bibliográfico, coleta de dados, tabulação e análise (ORGANOGRAMA 9).

Organograma 9 - Tupaciguara: metodologia da Pesquisa Análise da Qualidade de Vida, 2016.



Fonte: A autora. 2015.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em um procedimento que auxilia na fundamentação teórica e conceitual da pesquisa. Neste caso, esta ação baseou-se na busca de materiais bibliográficos publicados em diferentes mídias, sobre os temas urbanização, qualidade de vida, cidades sustentáveis cidades saudáveis, pequena cidade e planejamento urbano.

A partir disto, estabeleceu-se que os conceitos principais que orientam este estudo são qualidade de vida urbana e pequena cidade. O primeiro, apesar das múltiplas abordagens - conforme podem ser conferidas no capítulo dois deste trabalho -, este conceito foi avaliado, para esta pesquisa, como sendo as condições básicas e necessárias para assegurar uma boa qualidade dos serviços sociais e ambientais urbanos.

A pequena cidade, por sua vez, mesmo sendo um conceito complexo e ainda pouco desenvolvido, sobretudo no que diz respeito à realidade brasileira, é descrita a partir da seguinte noção: uma cidade de pequeno porte demográfico, com espaço urbano pouco especializado, com economia, geralmente, marcada pela forte relação com o entorno rural e com relações sociais de proximidade e conhecimento mútuo entre os habitantes.

A partir do estabelecimento desses dois conceitos, anteriormente referidos, e após a análise dos demais temas que compõem a revisão bibliográfica desta pesquisa, estipulou as orientações e os eixos temáticos para a seleção das variáveis a serem utilizadas para conhecer a cidade de Tupaciguara. As variáveis escolhidas são formação socioespacial e contexto populacional, meio ambiente, equipamentos urbanos, economia, habitação e planejamento urbano.

Para conhecer a realidade socioambiental de Tupaciguara buscou dados, desde sua formação socioespacial, o contexto populacional, as condições ambientais, análise espacial e sociocultural, economia, as moradias, a gestão e o planejamento urbano. Entre as principais fontes de pesquisas estão IBGE, DATASUS, ANATEL, Ministério da Educação, além de dados de trabalho de campo e entrevistas nas secretarias do município.

Informações estas sistematizadas, com a finalidade de identificar, organizar e apresentar as características característica socioambientais, econômicas, culturais e gestão e planejamento urbano de Tupaciguara representadas no quadro 8.

Quadro 8 – Tupaciguara: componentes do diagnóstico para a análise da qualidade de vida, 2016.

Eixo temático	Elementos	Fatores analisados
Formação socioespacial e contexto populacional	Contexto histórico e distribuição da população	Formação socioespacial. Composição atual do território. Evolução da população. Composição por faixa etária.
Meio Ambiente	Serviços sanitários e ambientais	População atendida. Forma de abastecimento público de água. Tratamento e controle de qualidade da água para abastecimento público. Plano Municipal de Saneamento. Tipo de esgotamento sanitário doméstico. Sistema de tratamento. Controle da qualidade do tratamento dos efluentes domésticos. Controle de lançamentos de efluentes industriais. Sistema de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (tipos de coletas, tipos de tratamento e destinação final). Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Áreas de APP. Arborização urbana.
Equipamentos urbanos	Circulação e transporte	Terminal rodoviário intermunicipal. Estradas de rodagem para acesso a cidade e desta para as principais cidades da região. Linhas de transporte intermunicipal de passageiros e empresas em atuação. Empresas de transporte de cargas. Logradouros pavimentados. Taxi. Moto taxi. Ciclo vias. Plano Municipal de Mobilidade.
	Cultura e religião	Biblioteca pública, Teatro, Cinema. Espaços para shows e espetáculos, Museus. Templos e instituições religiosas. Crenças pessoais.
	Comunicação	Rede de telefonia fixa. Rede de telefonia móvel. Rede de Internet. Radio transmissão. Radio emissora. Jornal ou periódico impresso. Páginas e blogs locais na Internet. Domicílios com energia elétrica.
	Educação	Ensino fundamental. Ensino Médio. Ensino técnico/ profissionalizante. Ensino tecnológico. Ensino superior. Cursos de língua estrangeira. Raio de abrangência das escolas na área urbana. Cursos de aperfeiçoamento. Índice de alfabetização. Notas das instituições e dos egressos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
	Saúde	Infraestrutura para o atendimento da saúde básica. Número de estabelecimentos. Número total de leitos hospitalares. Taxa de mortalidade infantil. Raio de abrangência dos postos de saúde. Enfermidades. Programa Saúde da Família.
	Renda e emprego	Atuação por setores: primário, secundário e terciário. ICMS Número de pessoas ocupadas/setor econômico/pop. Total ocupada. Desemprego. Renda <i>per capita</i> . Índice de Gini.
Habitação	Moradia	Existência do <i>déficit</i> . Existência de habitações subnormais/precárias. Identificação de ocupações irregulares.
Planejamento	Instrumentos de gestão	Existência do plano diretor. Equipamentos de gestão (Plano de Habitação, educação, saneamento entre outros). Equipamentos de fiscalização

Fonte: A autora. 2016.

Os equipamentos urbanos de educação e saúde considerados de extrema importância para comunidade e que devem atender a toda população. Devem ser instalados de forma que os moradores não tenham que deslocar-se a grandes distâncias para utilizá-los.

Foi adotado nesta pesquisa um raio de 800m, para analisar a distribuição geografia, das escolas e postos de saúde, optou-se por utilizar essa abrangência geográfica como adotado em Alves (2016).

Para realizar o fechamento dessa parte, optou-se por realizar um levantamento dos pontos positivos e negativos, o que auxiliou na construção de uma matriz de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA). Essa matriz tem como objetivo destacar as potencialidades, os desafios, os riscos e as limitações. A matriz indica para os gestores de Tupaciguara, as ações que exigem uma intervenção imediata, as que precisam de acompanhamento ou que estão sob controle.

Em segundo momento, buscou-se realizar uma análise comparativa da qualidade de vida, a partir de índices divulgados por órgão do governo e instituição de ensino superior. Os índices escolhidos para compor esse trabalho foram: Índice de Desenvolvimento Humano, Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Índice de Qualidade de Vida Urbana para os Municípios Brasileiros e o Índice de Vulnerabilidade Social. A comparação foi realizada entre Tupaciguara e os municípios com população total entre 10.000 a 30.000 da Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG.

Como em todo planejamento consiste na elaboração de instruções de propostas, ações, planos ou programas. Neste trabalho optou por descrever os cenários existente e desejado, a partir da elaboração destes, foi possível construir as diretrizes voltadas para o planejamento urbano com foco na qualidade de vida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CONHECENDO TUPACIGURA – MG

4.1.1 A formação histórica e a dinâmica populacional de Tupaciguara

Tupaciguara, enquanto localidade que possui especificidades histórica e espacial, teve origem em 1841. Constituiu-se a partir de um patrimônio religioso, conforme pode se inferir com base em informações históricas de Paula (1987) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

Ressalta-se que o processo de instituição de patrimônios religiosos foi o principal meio de criação de cidades no Brasil ao longo do século XIX, principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo (DEFFONTAINES, 2004).

Os patrimônios religiosos, em geral, eram criados por um fazendeiro ou grupo de fazendeiros que doavam terras – patrimônios – à Igreja em nome de um santo de devoção. Nessas, era edificada uma capela ou uma igreja e, entorno desta, constituía-se um núcleo de povoamento, o qual formava, com o passar do tempo, uma vila que poderia evoluir a categoria de cidade.

Foi assim, portanto, que ocorreu a formação do povoado que deu origem a cidade de Tupaciguara. No caso específico, em 1841, o fazendeiro Manoel Pereira da Silva, sua esposa senhora Maria Teixeira e outros fazendeiros vizinhos deles constituíram um patrimônio dedicado à Nossa Senhora da Abadia, na época dentro do território do município de Monte Alegre de Minas. No referido patrimônio foi construída uma capela, entorno da qual surgiu o primeiro arraial de Tupaciguara, anteriormente denominado Abadia de Monte Alegre ou Abadia de Bom Sucesso³. No ano seguinte, em 12 de junho, o padre Júlio Mamede, pároco de Monte Alegre de Minas, passou a celebrar missa nesse arraial (IBGE, 2015; PAULA, 1987).

O território que hoje é denominado de Tupaciguara, foi elevado à categoria de distrito pela Lei Provincial número 900 do ano de 1858, subordinado ao município de Monte Alegre, com o nome de Abadia do Bom Sucesso (IBGE, 2015; PAULA, 1987). Em 1911, o distrito

³ A origem do nome Abadia do Bom Sucesso está relacionada a um fato ocorrido com o pároco Joaquim de Sousa Neiva, em 7 de abril de 1843. Quando ele entrava no arraial, seu carro de boi tombou, não tendo ferimentos ou danos materiais, chamou a localidade de “bom sucesso” em razão deste acontecido (PAULA, 1987).

de Abadia do Bom Sucesso foi desmembrado do município de Monte Alegre de Minas. Pela Lei Estadual número 823 de 1923, a vila de Abadia do Bom Sucesso passou adotar a denominação de Tupaciguara⁴. Em 1925, a vila foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Tupaciguara (IBGE, 2015). Atualmente o município, possui dois povoados, localizados na área rural, sendo Balsamo e Brilhante.

A cidade de Tupaciguara é cortada pelas rodovias BR-452 e MG-223. Esta possui localização privilegiada, pois é interligada por rodovias que possibilitam acesso a grandes centros econômicos do Brasil (QUADRO 9). O município de Tupaciguara localiza-se a 613 km de distância da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais e tem como municípios limítrofes Araporã, Monte Alegre de Minas, Uberlândia, Araguari e Itumbiara (IBGE, 2015).

Quadro 9 - Tupaciguara: vias de acesso a grandes centros urbanos, 2015.

Rodovia	Centro Urbano	Trajeto
BR 365	Uberlândia	Tupaciguara, Uberlândia.
BR 365/452/262	Belo Horizonte	Tupaciguara, Uberlândia, Araxá, Belo Horizonte.
BR 365/050 e SP 330	São Paulo	Tupaciguara, Uberlândia, Uberaba, São Paulo.
BR 452/153	Goiânia	Tupaciguara, Itumbiara, Goiânia.

Fonte: IBGE. 2015. Org.: A autora. 2015.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2015), o município de Tupaciguara possui uma população total de 24.188 habitantes. A população urbana é formada por 22.042 habitantes e a rural por 2.146 habitantes. A estimativa populacional total para o ano de 2015 é de 25.363 pessoas.

Conforme dados do IBGE (2015), houve diminuição da população do município de Tupaciguara entre os anos de 1991 a 2000 (QUADRO 10). Esse ocorrido pode ser explicado, em parte, pela emancipação do distrito de Araporã ocorrida em 27 de abril do ano de 1992. (IBGE, 2015).

Quadro 10 - Tupaciguara: evolução da população, 1991 a 2010.

MUNICÍPIO	Evolução da População								
	1991			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Tupaciguara	26.527	20.030	6.497	23.117	20.621	2.496	24.185	22.045	2.140

Fonte: IBGE. 2015. Org.: A autora. 2015.

Com a autonomia política e administrativa de Araporã, o município de Tupaciguara sofreu impactos também na economia. Entre as importantes perdas estão as da compensação

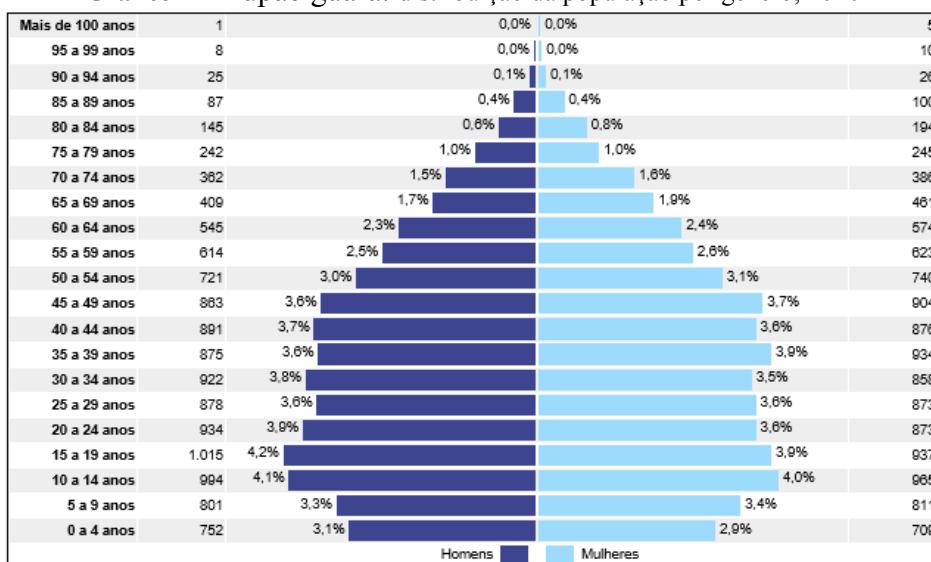
⁴ Tupaciguara nome cuja etimologia é de origem indígena (*Tupã-ci-guarda*) que significa “Terra da Mãe de Deus” (IBGE, 2015).

financeira e dos *royalties* pela utilização de recursos hídricos, provenientes da Usina de Itumbiara que está localizada no rio Paranaíba entre os municípios de Itumbiara e Araporã⁵.

Na década de 1990, o município de Tupaciguara também passou por um intenso processo de êxodo rural e urbanização. De 2010 a 2014 a população total do município cresceu a uma taxa média anual de 1,102% (FJP, 2016). O índice de urbanização deste município é aproximadamente 91%, em uma área territorial de 1.826 km², com uma densidade demográfica de 13,26 hab./km² (IBGE, 2015).

Em relação à composição da população por gênero e faixa etária, observa-se a predominância de uma população jovem e adulta com maior número de indivíduos são do sexo masculino (GRÁFICO 2). A base da pirâmide é mais estreita, representa o percentual de crianças na composição da população total do município. A taxa de fecundidade para Tupaciguara é de 2,1 filhos por mulher, compatível com a taxa de reposição da população brasileira que é de 2,1 filhos (PNUD, 2015).

Gráfico 2 - Tupaciguara: distribuição da população por gênero, 2010



Fonte: IBGE. 2015.

As crianças de 0 a 10 anos e os jovens de 15 a 19 anos de idade representam 28,9 % da população total do município. Esse resultado é importante, pois os jovens são força de trabalho do futuro, ou seja, a faixa etária que será produtiva ou economicamente ativa para o município.

Em geral, as pequenas cidades brasileiras apresentam dificuldades para manter essa população. Esse fato é explicado pela falta de oportunidades de trabalho e ou de estudos, pela

⁵ A compensação financeira é assegurada pela Constituição Federal de 1988 (Art. 20) a todos os municípios que tenham áreas alagadas por reservatórios associados a hidrelétricas. São pagos mensalmente 6,75% sobre o valor total da energia produzida multiplicada pela tarifa atual de Referência, fixado pela ANEEL anualmente (BRASIL, 2007).

baixa especialização da economia e dos serviços nesses locais. Assim, acaba sendo muito frequente a saída de jovens das pequenas cidades, os quais buscam melhores condições de vida nas médias e grandes cidades.

A população com 60 anos de idade ou mais, apresentada na parte superior da pirâmide, representa 15,8% da população total do município. A esperança de vida ao nascer em Tupaciguara, passou de 73,9 no ano 2000 para 76,8 em 2010. No mesmo ano, a população de Minas Gerais alcançou uma esperança de vida de 75,3 anos e a média para a população brasileira foi de 73,9 anos (PNUD, 2015). Ou seja, com esperança de vida de 76,8 anos, representa uma melhora das condições de vida. Nesse sentido é preciso que exista condições ambientais favoráveis a manutenção da qualidade de vida.

4.1.2 As condições ambientais de Tupaciguara

Em Tupaciguara o órgão responsável pela área ambiental é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Parte do sistema de saneamento da cidade é de responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto, instituído pela Lei municipal nº 175/1989 (TUPACIGUARA, 2016). O qual tem como objetivo realizar a gestão do sistema de abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário.

Segundo o Departamento de Água e Esgoto de Tupaciguara (DAE), 100% da população é atendida com abastecimento de água. O município tem duas fontes de abastecimento, a captação de água superficial na represa dos Buritis e em poços tubulares (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2015).

A proporção da população com abastecimento de água por rede geral, em domicílios particulares permanentes, passou de 96,37% no ano 2000 para 97,05% em 2010. Apesar dos esforços, o município continua abaixo da média mineira que é de 99,92% em 2010 (FJP, 2016).

O sistema de abastecimento possui três reservatórios, sendo um localizado na Estação de Tratamento de Água – ETA e os outros nos bairros Nova Esperança e Centro. A água distribuída pela rede geral é tratada por sistema de tratamento simples (DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE TUPACIGUARA, 2015).

Água é extremamente importante para manutenção da vida no planeta e para os seres humanos é fundamental. O acesso à água de qualidade e em quantidades adequadas é uma das principais formas de prevenção de doenças e manutenção da qualidade de vida (FJP, 2016).

Neste trabalho, levantaram-se apenas dados quantitativos, sobre o sistema de abastecimento de água de Tupaciguara. No entanto, dá para inferir que, apesar deste município não ter alcançado a universalização desse recurso natural para toda população, a quantidade ofertada de água atende as necessidades locais, tendo em vista que não existe reclamações de moradores por falta de água ou racionamento.

O sistema de esgotamento sanitário também é realizado pelo DAE. Este serviço é composto de infraestrutura de captação, interceptadores e uma estação de tratamento de esgoto (ETE). A rede coletora de esgoto foi implantada na década de 1950 e, atualmente, a ETE está desativada (PMSB, 2014).

Entre os anos de 2000 e 2010 a proporção da população em domicílios particulares permanentes em Tupaciguara que tinha serviço de esgotamento sanitário passou de 80,34% para 88,79%. Abaixo da média mineira que é de 98,22 para ano de 2010 (FJP, 2016).

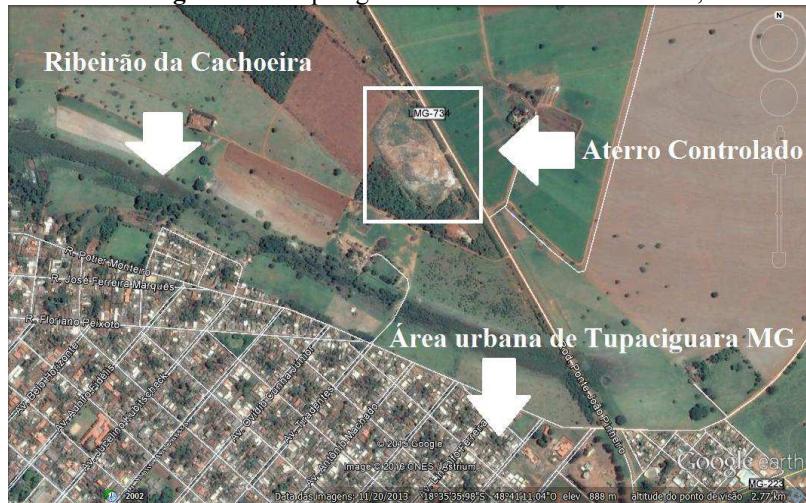
O esgoto doméstico coletado é lançado, sem tratamento, em três córregos, o das Queixadas, dos Poções e na confluência da Cachoeira dos Costas (PMSB, 2014). Os efluentes industriais são tratados na planta industrial, antes de serem lançados na rede coletora do município (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2015).

O despejo de esgoto doméstico sem tratamento pode vir a impactar o meio ambiente e comprometer a saúde das pessoas que entram em contato com a água a jusante dos pontos de lançamento, porém não existe um estudo que comprove os impactos. Entretanto, já é conhecido no meio acadêmico como o esgoto doméstico interfere nos padrões físicos, químicos e biológicos da água do corpo receptor. Isto possibilita supor a ocorrência de alterações negativas nos níveis de oxigênio dissolvidos e de ricos epidemiológicos. Entretanto, como isto também depende da capacidade de autodepuração dos corpos receptores, só estudos específicos podem fazer a devidas avaliações.

Com relação ao sistema de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, verificou-se que em Tupaciguara, o serviço público municipal realiza de limpeza urbana a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos domésticos urbanos, rurais e dos povoados. Entretanto, este município não possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

A coleta de resíduos sólidos é realizada pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara e a proporção de moradores em domicílios particulares permanentes com coleta dos resíduos, passou de 94,93% em 2000 para 98,60% em 2010 (FJP, 2016).

Os resíduos sólidos coletados são destinados ao aterro controlado do município (FIGURA 10). Este localiza-se na região norte, próximo ao Ribeirão da Cachoeira e da rodovia MG – 734, saída para Araguari (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2015).

Figura 10 - Tupaciguara: área do aterro controlado,2015.

Fonte: Imagem Google Earth.2013 Org.: A autora. 2015.

Esta forma de destinação final de resíduos sólidos é ambientalmente inadequada devido, sobretudo, à ausência de mecanismos de proteção do meio ambiente. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de 2010 estabelece a obrigatoriedade de destinação ambientalmente correta para os resíduos sólidos e o fechamento de aterros controlados e lixões. Neste caso, o município de Tupaciguara ainda não atende essas exigências estabelecidas por esta Lei nº12.305 (BRASIL, 2015d).

Existe na cidade de Tupaciguara um sistema de coleta seletiva que é realizado pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Tupaciguara (PMSB, 2014). Este serviço existente na cidade em estudo, por sua vez, é um aspecto positivo. Conforme a PNRS (2010), a coleta seletiva é um serviço obrigatório nos municípios. Além disso, esta Lei também incentiva coleta seletiva com participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis constituídas por pessoas de baixa renda.

Quanto a logística reversa de resíduos, em Tupaciguara ocorre basicamente com relação aos pneus, os quais são coletados e estocados em um galpão coberto no perímetro urbano e encaminhados para reciclagem pela empresa Reciclanip de São Paulo (PMSB, 2014).

Os resíduos hospitalares são coletados pelo Centro de Controle de Zoonose do município e encaminhados para o aterro controlado, onde são depositados em uma vala específica, sem tratamento prévio (PMSB, 2014).

Verificou-se que a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos de Tupaciguara apresentam fragilidades notáveis, principalmente por não possuir o PMGIRS, pela forma usada

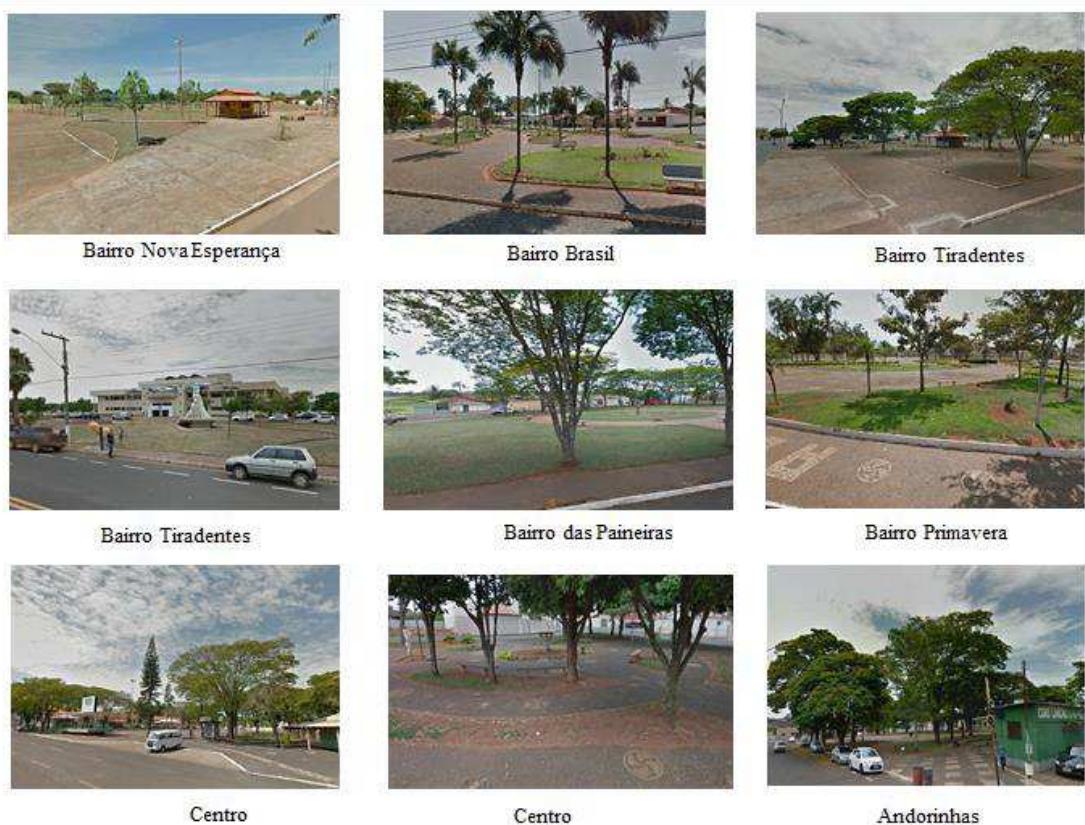
para a destinação dos resíduos sólidos e, sobretudo, por não possuir um sistema integrado de gestão e gerenciamento pautado em princípios de sustentabilidade ambiental.

Entretanto, o representante⁶ da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ao ser questionado da inexistência do aterro sanitário e do PMGIRS, informou que o poder público municipal busca concretizar parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba para viabilizar a construção de um aterro sanitário comunitário em parceria com os municípios próximos (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2016).

Para concluir o levantamento na área ambiental, buscou-se conhecer a áreas verdes presentes na área urbana e a conservação desse patrimônio natural. A cidade de Tupaciguara, preserva parte dos remanescentes de vegetação nas margens dos córregos Ribeirão da Cachoeira e Córrego das Queixadas, as áreas de afloramento de nascente, dentro do perímetro urbano.

A cidade apresenta potencial para instalação de parques lineares, bem como condições para aumentar o contato dos moradores com natureza. Atualmente, essa proximidade é realizada nas praças urbanas que são os espaços de vivência e socialização na cidade (FIGURA, 11).

Figura 11 - Tupaciguara: praças, 2015.



Fonte: Google Earth. 2013. **Org.:** A autora. 2015.

⁶ Joaquim Menezes da Silva, entrevista realizada em 10 de maio de 2016.

Em Tupaciguara, as praças passam por manutenção constante e apresentam-se bem conservadas. Na praça Dr. Raul Carneiro, localizada na área central, foram instalados brinquedos de madeiras e equipamentos de ginástica ao ar livre (FOTO 12). Esses investimentos são percebidos e valorizados pela população (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Foto 12 - Tupaciguara: equipamentos urbanos, 2015.



Fonte: A autora. 2015.

As ruas, em sua maioria são arborizadas, e como fato curioso essa cidade ainda deixou preservada na área central parte de sua história. Nesta localidade, as árvores foram plantadas na via (FOTO 13). Segundo relato dos moradores, elas serviam de guarda-sol para os cavalos que puxavam as carroças.

Foto 13 - Tupaciguara: árvores antigas na rua Cel.Joaquim Mendes, 2016.



Fonte: A autora. 2015.

Essa prática não ficou esquecida no passado, ainda hoje é possível encontrar árvores novas plantadas diretamente nas vias públicas, como pode ser visualizado na foto 14 (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Foto 14 - Tupaciguara: Árvores novas na rua Pres. Antônio Carlos, 2016.



Fonte: A autora. 2015.

Considera-se que praças e presença da arborização urbana instigam uma sensação de bem-estar e em conjunto com a infraestrutura urbana, transmite uma sensação de conforto térmico para os moradores. O cuidado com a cidade, desde o saneamento, a arborização das ruas, a conservação das praças é fundamental para uma melhora na qualidade de vida.

O fato de ter acesso à rede esgotamento sanitário não é uma condição adequada, mais demonstra que o município está caminhando, para assegurar uma melhor qualidade do serviço para os moradores. Tentar buscar um equilíbrio ambiental para município ou mesmo conservar o meio ambiente existente é essencial para manutenção da qualidade de vida.

Ao mesmo tempo que ao preservar, e conservar o meio ambiente na área urbana é voltar aos princípios de ter cidade sustentável ou mesmo saudável, como disposto no referencial, é um paradigma da sociedade como todo.

4.1.3 Análise espacial e sócio – cultural de Tupaciguara

A urbanização das cidades leva a profundas transformações no espaço urbano e gera a necessidade de instalação de equipamentos urbanos. De acordo com NBR 9050:2004⁷, os equipamentos urbanos, “são todos dos bens públicos e privados de uso público que contribuem com o bom funcionamento da cidade, sendo necessário autorização para serem implantados”.

Os equipamentos urbanos são classificado como de circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento,

⁷ versão corrigida de 2005

administração pública, assistência social, educação e saúde (NBR 9050:2004). Já para mobiliário urbano, a Legislação Federal (Lei n.10.098/2000) faz referência como sendo “um conjunto de objetos presente nas vias e nos espaços públicos”(BRASIL, 2015b).

A importância dos equipamentos urbanos e do mobiliário é satisfazer as necessidades dos usuários. Eles devem ser bem projetados, localizados visivelmente e acessível para toda população. Para criar espaços mais agradáveis e funcionais na cidade, segundo John e Reis (2010, p.180).

os elementos urbanos devem fazer parte da paisagem sem gerar interferências visuais negativas. Para isso, a presença de ordem na disposição do mobiliário necessita ser considerada, bem como a interferência desses objetos na complexidade da paisagem.

Entre os equipamentos urbanos levantados nesta pesquisa, optou-se por descrever e analisar o sistema de circulação e transporte, cultura e religião, infraestrutura, educação e saúde, por considerar estes equipamentos essenciais para manutenção de uma boa qualidade de vida da população.

Quanto aos meios de circulação e organização do transporte em Tupaciguara, ressaltam-se as vias que ligam o município a outros centros urbanos, os principais eixos comerciais e os tipos de meios de transportes. A malha urbana do município de Tupaciguara é cortada pela BR - 452 e pela MG – 223. Essas vias facilitam o escoamento da produção do campo e são meios que facilitam a mobilidade das pessoas. Entretanto, como em muitas cidades brasileiras, em Tupaciguara existem dois bairros, Cynthia e Jardim do Lago, que são cortados pela BR-452, o que gera transtornos para população, quando precisam buscar serviços em outros bairros, tendo que atravessar a rodovia que é uma via com intenso fluxo de automóveis (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Na área central da cidade de Tupaciguara os principais eixos comerciais encontram-se nas ruas Bueno Brandão, Rodrigo do Vale, João da Cruz, Laerte Araújo e Adilon de Araújo. Essas vias possuem maior fluxo de veículos e de pedestres, servem e facilitam o acesso aos estabelecimentos de atendimento a saúde, aos prédios públicos, às escolas e às áreas de lazer da cidade (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Para que a população se desloque pela cidade com tranquilidade é necessário que as ruas sejam sinalizadas adequadamente e que o pedestre seja respeitado. Na área urbana de Tupaciguara foi constatada, durante o trabalho de campo (2015), a necessidade de revitalização nas faixas de pedestres e de manutenção das placas e semáforo. Observou-se que não há sinalização adequada na área central para pessoas com mobilidade reduzida locomovam-se com segurança. A cidade de Tupaciguara não possui transporte público coletivo, conta apenas com veículos que realizam o transporte intermunicipal de alunos para

cidade de Uberlândia com destino à Universidade Federal de Uberlândia (PLANO DE MOBILIDADE, 2015).

Nas áreas de embarque e desembarque dos alunos, principalmente das escolas municipais e particulares, falta manutenção das placas de sinalização. Segundo dados do Plano de Mobilidade de Tupaciguara (2015), o embarque e o desembarque dos usuários do transporte universitário, situado na Avenida Bueno Brandão, causam muitos transtornos aos comerciantes e moradores próximos. O desembarque dos estudantes ocorre sempre no horário de pico e ocasiona congestionamento e muitas vezes obstrução total da via.

Para realizar as atividades cotidianas, os moradores da área urbana utilizam mais o carro particular, bicicleta ou fazem os trajetos a pé, pois são favorecidos pelo relevo plano, pela arborização urbana e pelas pequenas distâncias.

A cidade de Tupaciguara conta com serviços de táxi e moto táxi, que varia R\$ 5,00 a R\$ 7,00, chegando a R\$ 12,00 nos dias de chuva. No entanto, este serviço não é regulamentado no município (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2015).

De acordo com as informações extraídas do Plano de Mobilidade de Tupaciguara (2015), a cidade não apresenta ciclovias, ciclofaixas e nem bicicletários. Por outro lado, essa modalidade de transporte deveria ser estimulada pelos gestores, já que a cidade se encontra em relevo plano e a bicicleta é um tipo de transporte não poluente. Além disso, o índice de motorização calculado para o município é de 1,86, ou seja, menos de dois habitantes por veículo (PLANO DE MOBILIDADE, 2015).

Este índice pode ser considerado muito alto haja visto que, segundo dados da ANFAVEA (2014), a taxa brasileira de motorização, em 2013, era 5,1 pessoas por automóveis, com previsão de atingir, em 2034, cerca de 2,1 pessoas por automóveis. Vale ressaltar que como as grandes cidades brasileiras já apresentam sérios problemas no trânsito, as expectativas de aumento da frota de automóveis são maiores, justamente, nas pequenas e médias do país.

Considerando só os licenciamentos de veículos novos, cidades entre 5.000 e 10.000 habitantes tiveram aumento de 124% entre 2007 e 2013. Na cidade de São Paulo cresceu só 6% porque a cada 1.000 novos emplacamentos, algo entre 800 e 900 veículos, foram vendidos para outros municípios ou sucateados por idade, acidentes e roubos (CALMON, 2014, s/p).

Faz-se importante em Tupaciguara, assim como em muitas das pequenas cidades brasileiras, o incentivo a melhoria da mobilidade urbana de forma que com o crescimento urbano não sejam perdidas as condições de socialização e vivências nos espaços da cidade, que haja condições e infraestrutura suficiente para as pessoas fazerem deslocamentos a pé ou

de bicicletas. E que mesmo como o aumento da frota de veículos, não ocorram os problemas experimentados nas grandes cidades do país.

Conforme Calmon (2014), os dados da motorização nas pequenas e médias cidades brasileiras são alertas para que nos planos diretores municipais coloquem a questão da mobilidade urbana entre os pontos prioritários do planejamento urbano.

Tupaciguara conta, na sua infraestrutura de circulação e transporte, com terminal rodoviário localizado na entrada da cidade, próximo ao acesso à BR – 452. Onde atuam as empresas de transporte intermunicipal Viação Platina, Gontijo, São Luiz e Nacional Expresso.

Além dos guichês das empresas, o terminal oferece uma infraestrutura simples, com estabelecimento comercial para lanches, uma revistaria e duas lojas de conveniência e os sanitários adequados para pessoas com deficiência física (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A cidade, seja ela pequena ou grande, é também local da cultura. A cultura representa um conjunto de símbolos que inclui desde o conhecimento de arte, música, crenças, hábitos, que deixam marcas na sociedade ao longo do tempo em diferentes espaços, que instigados pela curiosidade humana se misturam e levam o indivíduo a desenvolver um sentimento de pertencimento (PNUD, 2015).

Nas pequenas cidades brasileiras localizadas fora das regiões metropolitanas, “em relação ao cotidiano e à cultura, nem sempre a fronteiras entre o campo e a cidade são nítidas”. Em geral, “as festas religiosas são as mais importantes comemorações locais” (MELO, 2008, p. 480). Isto é verificado também em Tupaciguara. Os eventos culturais mais importantes desta cidade e do município são as festas religiosas, a festa de exposição agropecuária e o carnaval (QUADRO 11).

Quadro 11 - Tupaciguara: eventos culturais. 2015.

Evento	Local	Data
Aniversário de Tupaciguara	CAPITU – Centro Agropecuário e Industrial de Tupaciguara	1º de Junho
Exposição Agropecuária e Industrial	CAPITU – Centro Agropecuário e Industrial de Tupaciguara	Na semana do aniversário da cidade
Festa do Peão	CAPITU – Centro Agropecuário e Industrial de Tupaciguara	Na semana do aniversário da cidade
Festa de Nossa Senhora da Abadia	Igreja Matriz	15 de agosto
Festa de São Cristóvão	Igreja de São Cristóvão	25 de julho
Festa de Santa Luzia e Nossa Senhora do Rosário	Igreja do Rosário – Bairro Bom Sucesso	Dezembro
Festa do Divino Pai Eterno (Festa da Samambaia) e Nossa Senhora da Aparecida	Povoado Brilhante	Outubro
Forró na Praça	Praça	Junho
FEMUART- Feira Municipal de Artesanato	Praça João de Barros	Setembro
Carnaval	Praça	Fevereiro

Fonte: Prefeitura de Tupaciguara.2015. **Org.:** A autora. 2015..

Além das festas tradicionais, tem sido realizada uma feira gastronômica, uma vez por mês, e uma feira da agricultura familiar em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais. Nestas feiras são expostas comidas típicas da região, doces tradicionais produzidos no campo e itens do artesanato local.

As festas e os eventos apresentados anteriormente movimentam a economia local, pois atraem visitantes da região e também são momentos importantes para o entretenimento e o consumo da comunidade local. Entre os aspectos negativos, segundo relato dos moradores, os eventos trazem mudanças como a interdição das ruas, praças cheias de pessoas, insegurança, além de influenciar na mudança da rotina dos moradores, as brigas durante as festas e depredação dos espaços públicos.

Quanto a infraestrutura de apoio a cultura, na cidade de Tupaciguara existem duas bibliotecas para atender a população com empréstimos de livros e pesquisa em exemplares no local. A primeira localiza-se na parte térrea da Câmara dos Vereadores, na Rua Bueno Brandão esquina com a Rua Wenceslau Braz e, a segunda, biblioteca municipal, localiza-se na avenida Minas Gerais (FOTO 15).

Foto 15 - Tupaciguara: biblioteca da Câmara Municipal de Tupaciguara, 2015.



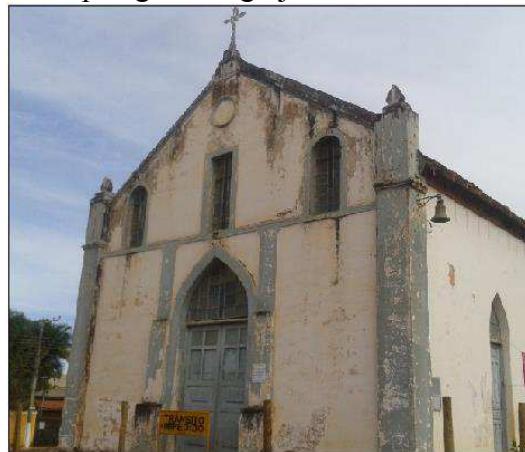
Fonte: A autora. 2015.

O patrimônio cultural, segundo a ONU para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco (2015), é composto por monumentos, edificações ou sítios arqueológicos de valor universal histórico, estético, arqueológico, etnológico e antropológico, itens fundamentais no resgate da memória, na construção da identidade dos povos.

Em Tupaciguara, o patrimônio cultural também é preservado na forma de tombamento. Este procedimento foi regulamentado no Plano Diretor do município, em Lei Complementar (PREFEITURA DE TUPACIGUARA, 2015). Assim, foi instituída a preservação do

patrimônio cultural com o tombamento da Igreja do Rosário, a Casa da Cultura “Tias Polveiras” no bairro Bom Sucesso, a Câmara Municipal no Centro (FOTO 16).

Foto 16 - Tupaciguara: igreja do Rosário, 2015.



Fonte: A autora. 2015.

O museu é o lugar do “universo da cultura”, onde são expostas as memórias de um povo, o seu modo de vida, suas práticas religiosas, os utensílios, as invenções, as vestimentas que deixaram de ser utilizadas e que demonstram as diferentes formas de organização da sociedade.

No município de Tupaciguara foram declarados o tombamento e a estruturação da Casa da Cultura “Tias Polveiras” e do Museu Histórico e Arqueológico Chico Ribeiro pela Lei Municipal nº 2099/97. De acordo com a referida Lei, o tombamento para estabelecer o museu de Tupaciguara abrange a construção e a destinação da casa da cultura e sua adaptação para museu, com a preservação da arquitetura, das cores originais do prédio, da área verde anexa à propriedade, do acervo de peças (teatro ao ar livre) que compõem a casa e todas as benfeitorias nela realizadas (FOTO 17).

Foto 17 - Tupaciguara: Casa da Cultura “Tias Polveiras” e o Museu Histórico “Chico Ribeiro”, 2015.



Fonte: A autora. 2015.

As manifestações culturais também estão presentes na religiosidade. Os templos religiosos são espaços físicos onde as pessoas se reúnem para expressar sua fé ou manifestar sua religião (ALVES, 1999). A religião pode ser considerada como devoção ao sagrado, como crenças em que as pessoas depositam sua fé para superar o sofrimento ou alcançar a felicidade. Em Tupaciguara, segundo IBGE (2015) a população é de maioria católica (QUADRO 12).

Quadro 12 – Tupaciguara: população residente: número de pessoas por religião.2010.

Religião	Número de pessoas
Católica	15.649
Evangélica	3.591
Espírita	2.406
Sem religião	2.235
Testemunha de Jeová	128
Sem religião – Ateu	114
Tradições esotéricas	37
Umbanda e Candomblé	28
Total	24.188

Fonte: IBGE. 2015.

Entre os templos religiosos católicos encontrados na cidade de Tupaciguara, destaca-se a Igreja Matriz, na área central, que foi construída no mesmo local da igreja que deu origem a cidade de Tupaciguara, e a Igreja do Rosário, no bairro Bom Sucesso (FOTO 18).

Foto 18 – Tupaciguara: igreja Nossa Senhora da Abadia, 2015.



Fonte: A autora. 2015.

As manifestações culturais e os espaços de resgate da memória como os templos religiosos transmitem um sentimento de bem-estar. Além das práticas religiosas, em Tupaciguara, também há manifestações culturais festivas, como congado, folia de reis, catira, capoeira (FERREIRA, 2005).

A apresentação do congado é realizada durante a festa da consciência negra, uma iniciativa do Núcleo de Cultura de Tupaciguara. A folia de reis começa no dia 25 de dezembro e segue até 6 de janeiro. Essas manifestações culturais envolvem a comunidade, o que influencia no sentimento de bem-estar.

E para divulgar as festas e os eventos, os meios de informação são essenciais. Em Tupaciguara é publicado semanalmente um periódico o Jornal: O Independente, que traz os fatos e acontecimentos da cidade, região e do país. A cidade possui também rádio AM e FM, canais independentes que transmitem os fatos do município (PREFEITURA DE TUPACIGUARA,2015).

Além do rádio e da televisão, vive-se a mudança na preferência das mídias informativas como parte de um processo mais amplo. Não diferentes das grandes cidades, nas pequenas cidades as redes de comunicação também vêm se adequando à nova realidade. Os telefones são equipamentos de grande utilidade e essenciais para a comunicação da sociedade contemporânea, a qual está cada vez mais integrada com as redes.

Na atualidade, os aparelhos se conectam nas redes sociais, intensificando o uso da *Internet*. Conforme Almeida (1997, p. 27), “em sociedades dependentes da comunicação e da informação como a nossa, a disponibilidade de telefones é fator-chave para a melhoria da qualidade de vida”.

No município de Tupaciguara em 2010, por domicílios particulares permanente havia 53,58 % residências com apenas telefone celular, 7,82% é maior do que para população brasileira e mineira. Entretanto é menor para os domicílios que tinham os dois tipos de telefones e para os que não possuíam fica. (QUADRO 13).

Quadro 13 – Tupaciguara: domicílios particulares permanentes por existência de telefone em percentual, 2010.

Existência de telefone	Brasil	Minas Gerais	Tupaciguara
Tinham - somente telefone celular	47,11	48,13	53,58
Tinham - telefone fixo e celular	36,08	34,72	27,27
Não tinham	12,09	11,88	11,33
Tinham - somente telefone fixo	4,72	5,27	7,82
Total	100	100	100

Fonte: IBGE, 2016.

No município existem 13 antenas de telecomunicação instaladas, sendo 5 localizadas na área central, 3 no bairro Nova Esperança, 2 no bairro Paineiras e 3 na zona rural do município, todas com autorização ambiental e regulamentadas na Agência Nacional de Telecomunicações (QUADRO 14).

Quadro 14 - Tupaciguara: antenas de telecomunicação. 2015.

Operadora	Localização	Endereço
Algar Celular, S.A.	Centro	Rua Raul Soares, nº 37
Algar Celular, S.A.	Centro	Rua Oton Ferreira Borges, nº 8
Claro	Centro	Rua Rodrigo do Vale, nº 37
TIM	Centro	Av. Getúlio Vargas, nº 4.446
VIVO	Centro	Av. Raul Soares, nº 37
Algar Celular, S.A.	Nova Esperança	Av. João Elias da Fonseca, nº 69
TIM	Nova Esperança	Rua João Elias da Fonseca, s/nº
Claro	Nova Esperança	Rua João Elias da Fonseca s/nº
OI	Paineiras	Av. Juscelino Kubitscheck, nº 135
TIM	Paineiras	Av. Juscelino Kubitscheck, nº 135
Algar Celular, S.A.	Rural	Rod. BR-452, s/nº
Algar Celular, S.A.	Rural	Brilhante, s/nº
VIVO	Rural	BR-365, s/nº

Fonte: Brasil, 2015e. Org.: A autora. 2015.

A comunicação é essencial para o desenvolvimento das cidades. Por isso, é necessário que exista a manutenção, o acesso para os moradores e a atualização das tecnologias de comunicação (rádio, televisão, *internet*, telefonia fixa e móvel). De modo geral, para conseguir entender o funcionamento das novas tecnologias, exige-se que pessoas tenham um mínimo de instrução.

A educação formal é uma forma de conseguir instrução necessária para manusear as novas tecnologias, sendo adquirida nas escolas. Em Tupaciguara contam-se quinze escolas na área urbana e uma na zona rural, sendo oito municipais, três privadas, quatro escolas estaduais e uma organização não governamental (QUADRO 15). Além destas, há também duas escolas particulares de língua estrangeira.

Quadro 15 - Tupaciguara: escolas.

Escolas	Séries					
	Pré-Escola (0 a 3 anos)	Educação infantil (4 a 5 anos)	Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	Ensino Médio Regular	Educação de Jovens e Adultos
Centro Municipal de Educação Infantil Dona Lola Marques	x	x				
Centro Municipal de Educação Infantil Dona Candinha	x	x				
Centro Municipal de Educação Infantil Maria Olivia	x	x				
Escola Municipal Paz e Amor		x	x	x	x	
Escola Municipal Maria Conceição Borges		x	x	x		x
Escola Municipal Francisco Ferreira B Sobrinho	x	x	x			
Escola Municipal Francisco Lourenço Borges	x	x	x			
Escola Municipal São Tarcísio	x	x	x			
Escola Estadual Ana Esterlita Alves			x	x		
Escola Estadual Braulino Mamede			x			
Escola Estadual Clertan Moreira do Vale			x	x		x
Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz			x	x	x	x
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Ruth Souza Ribeiro			x	x		x
Centro Educacional Nossa Escola		x	x	x	x	
Escola Pingo de Gente		x				
Escola Ciranda do Saber	x	x				

Fonte: Prefeitura de Tupaciguara 2015. **Org.:** A autora. 2015.

No município existe uma quantidade maior de escolas que atendem a educação infantil e o ensino fundamental I. E em menor quantidade de estabelecimentos voltados para atender o

ensino médio e educação de jovens e adultos. Segundo FJP no ano de 2010 havia no município 67,28% da população adulta acima de 25 anos que tinham completado o ensino fundamental (40,60%) e médio (26,68).

Nesse mesmo sentido, como destaca a FJP (2016), o sistema deve ser eficiente em garantir que os alunos tenham boa qualidade de ensino e terminem os estudos na idade correta. O ensino fundamental está universalizado no Brasil, sendo que o maior desafio é garantir o acesso às instituições de ensino as demais faixas etárias.

Em Tupaciguara dos educadores que possuem curso superior são 100% na educação infantil 97,4% atuam no ensino fundamental I e II e 96,1% atendem o ensino médio (QUADRO 16). Os que ainda não possuem, já estão se adequando as exigências do Ministério da Educação (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2015).

Quadro 16 - Tupaciguara: percentual de docentes com curso superior na rede de ensino, 2014.

REDE	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	EJA	Educação Especial
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais			
Total	100	100	100	97,4	96,4	97,6	96,1	91,9	100

Fonte: Governo de Minas Gerais. 2015.

Para avaliar a qualidade do ensino foi adotado, nesta pesquisa, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁸. Em 2013, o IDEB de Tupaciguara foi de 5,9 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,8 para os anos finais do ensino. O IDEB do município para as séries finais da educação básica ficou próximo ao de Minas Gerais que foi de 6,1 para as séries iniciais e 4,8 anos finais.

A taxa de alfabetização é um importante indicador da educação para avaliar as condições sociais do país. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais é alfabetizada. Existe em nosso país um percentual de 9% de não – alfabetizados, o que é equivalente 18 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever (IBGE, 2015).

Em Tupaciguara taxa de analfabetismo, vem sendo reduzida ao todo em dez anos caiu 3,9% de 2000 a 2010, acima da média mineira que foi de 3,7%. A faixa etária acima dos 60 anos foi mais reduziu o analfabetismo (QUADRO 17).

⁸ O IDEB é um indicador de qualidade calculado pelo Governo Federal que combina as notas das avaliações externas (Prova Brasil) com as taxas de aprovação. O seu cálculo é bianual e se iniciou em 2005 (FJP, 2016).

Quadro 17 – Tupaciguara: taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupos de idade (%) de 2000 a 2010.

Município e unidade da Federação	Total		Grupos de idade por ano					
			15 anos a 24 anos		25 anos a 59 anos		60 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Tupaciguara	13,4	9,5	3,8	1,3	11	7	34,4	24,9
Minas Gerais	12,0	8,3	3,2	1,4	11,0	6,4	35,8	26,5

Fonte: IBGE, 2015.

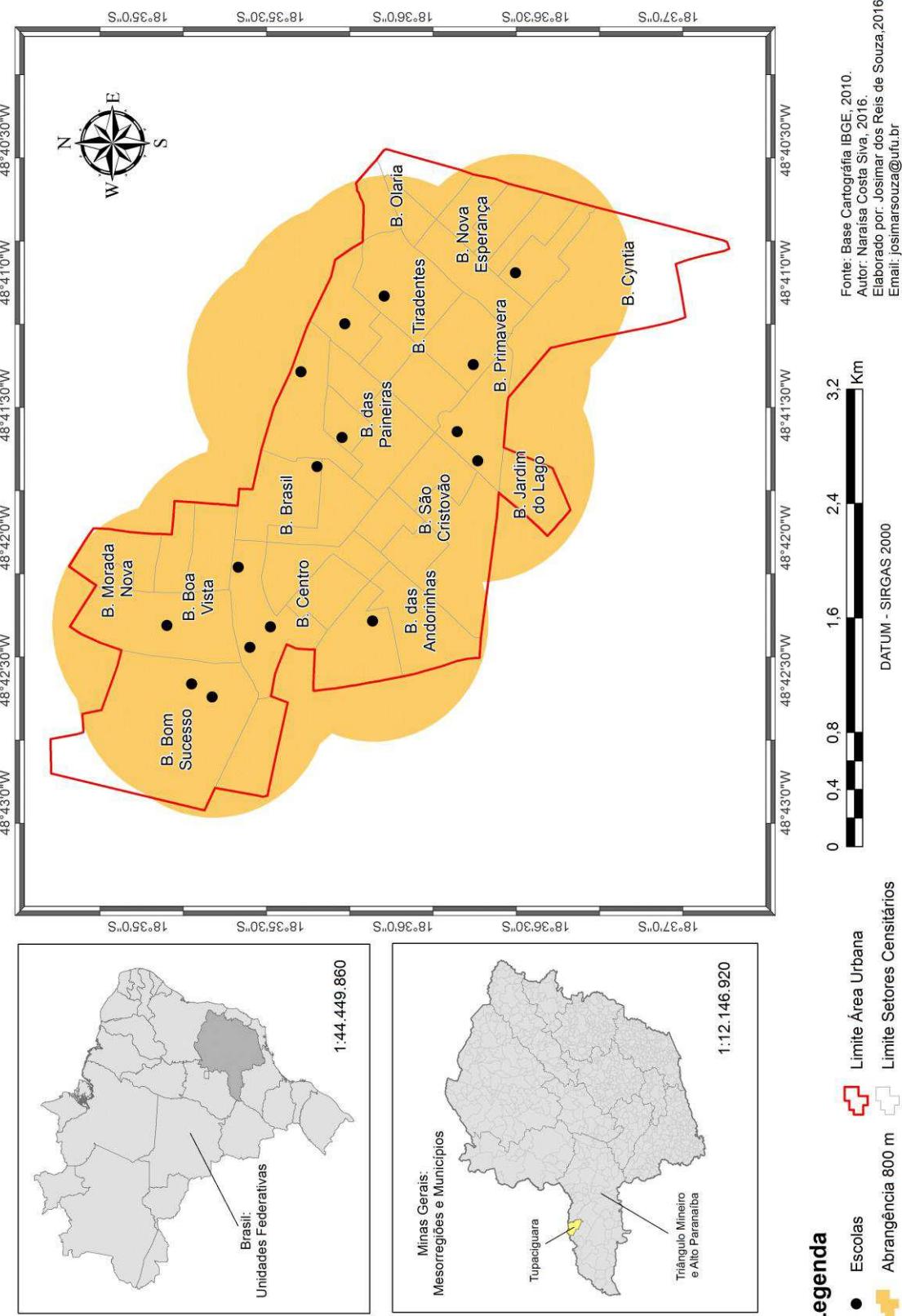
Assim, como coloca o Brasil (2015f, p.11), “a política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita”.

Em Tupaciguara, a população é atendida com rede de ensino regular em todos as séries da educação básica. A cidade já teve uma filial da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia e, por motivos financeiros, foi extinta.

Outro importante aspecto a ser observado na questão do acesso à educação é a distância percorrida pelo aluno até a escola. Considerando-se que comunidade não deva deslocar-se a longas distâncias para ter acesso a esse equipamento urbano. Colocar sobre os autores.

No mapa 19 é possível visualizar a localização das escolas na cidade de Tupaciguara e área de abrangência, considerando a distância (m). É possível perceber que as escolas contemplam a maioria dos setores censitários, não sendo necessário que os alunos desloquem a grandes distâncias para estudar, com exceção dos moradores no Sul do Bairro Cyntia.

Mapa 19 – Tupaciguara: raio de abrangência para as escolas, 2016.



Fonte: A autora. 2016.

Em visita de campo às escolas na área urbana, verificou-se que estas estão bem conservadas. Recentemente foi construída, em parceria entre o município de Tupaciguara e o governo do estado, uma escola para atender demanda de cursos técnicos profissionalizantes. Após inauguração, desta escola, serão ofertados cursos nas áreas de eletromecânica, contabilidade, administração e de açúcar e álcool⁹.

A melhora na qualidade do ensino é importante para o aprendizado, como também para reduzir o abandono escolar e a reaprovação. Nesse mesmo sentido, com uma educação de boa qualidade é possível proporcionar ao indivíduo um maior desenvolvimento, qualidade de vida e pleno exercício da cidadania.

Assim, como educação é um fator essencial a saúde é outro indicador que afeta diretamente qualidade de vida. Para esse trabalho aborda, taxa de mortalidade infantil, alguns dados de morbidade e os equipamentos de saúde.

A infraestrutura de atendimento à saúde também constitui importante equipamento urbano de uma cidade. O que por sua vez está relacionada com as condições de saúde e bem-estar da população local. Nesse sentido, verificou-se, neste estudo, a situação do serviço de saúde em Tupaciguara quanto aos estabelecimentos existentes e aos serviços prestados localmente.

Tupaciguara possui uma infraestrutura de atendimento à saúde composta por uma secretaria de saúde, uma policlínica municipal Dr. Jarbas de Souza, cinco postos de saúde da família PSF's, dois centros de especialidades/clínica, um centro de atenção psicossocial, um centro de vigilância sanitário e um centro de zoonose (DATASUS, 2015).

A policlínica é uma unidade de saúde, com atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial, com atendimento de pronto socorro, consultas médicas, com espaço para realizar pequenas cirurgias. Realiza ações coletivas e individuais de prevenção de doenças, de vigilância epidemiológica, nutricional e ações educativas (ARQ+ SAÚDE, 2016). Além de possuir 22 leitos para internação, esta está sendo ampliada, será construído nela um setor de maternidade.

Os PSF's localizam-se em diferentes bairros da cidade, como pode ser visualizado no quadro 43. Sendo que em quatro unidades realizam o atendimento odontológico (QUADRO 18).

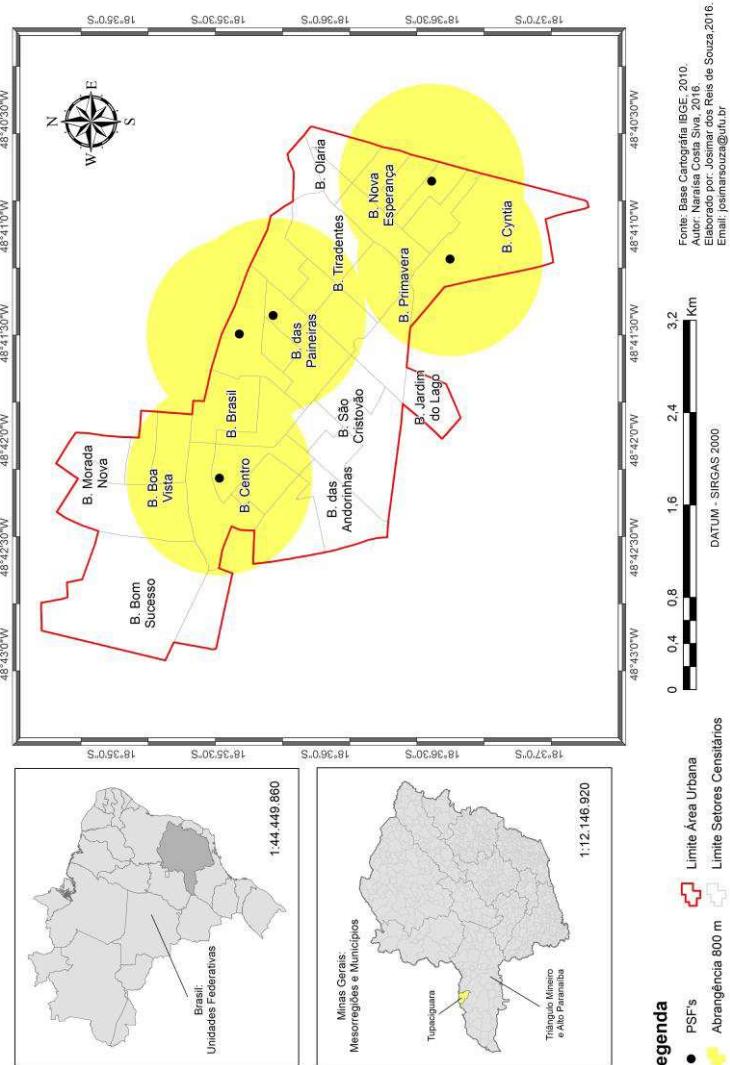
⁹ Miriam Lucia de Nascimento Sales, representante da secretaria de educação de Tupaciguara, entrevista realizada 9 de maio de 2016.

Quadro 18 – Tupaciguara: distribuição dos PSF na cidade, 2015.

PSF	Bairro
Pró Saúde Nova Esperança	Nova Esperança
Palmério Araújo Costa	Das Paineiras
Dr. José Carlos Rodrigues da Silva	Das Paineiras
Dr. Flávio UHL Soares	Primavera
Pró saúde vó Malaquias	Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Tupaciguara. 2015.

A definição onde será localizada uma unidade de saúde é fundamental para um bom planejamento. O ideal seria que os equipamentos sanitários tenham uma distribuição igualitária, e que população não realize um grande deslocamento para ser atendido em uma unidade. O raio de abrangência dos postos de saúde, para Tupaciguara foi definido seguindo a mesma relação dos equipamentos educacionais, com raio de abrangência de 800 metros (MAPA 20).

Mapa 20 – Tupaciguara: raio de abrangência dos postos de saúde, 2016.

Fonte: A autora. 2016.

A distribuição geográfica dos postos demonstra que, em geral, os mesmos estão localizados a pequenas distâncias um do outro e que conseguem atender a população de forma que esta não tenha que percorrer longos trechos da cidade, facilitando o deslocamento a pé, situação esta que é também favorecida pelo fato de ser uma pequena cidade.

As crianças e os idosos são as pessoas mais sensíveis às alterações no meio ambiente relacionadas a doenças, por isso, quanto mais baixa qualidade de vida do ambiente, maior poderá ser a taxa de mortalidade infantil. Essa taxa é calculada para cada mil crianças nascidas vivas¹⁰. É estudada a partir da divisão em duas partes: mortalidade neonatal e mortalidade pós- neonatal, ligadas a problemas na gestação e parto ou a mortalidade infantil tardia que está relacionada a fatores ambientais (IBGE, 2015).

O Brasil vem apresentando queda na taxa de mortalidade infantil, ao longo dos anos. Essa redução é reflexo da melhora das condições socioeconômicas e do desenvolvimento da infraestrutura urbanas e de saúde pública. O número de óbitos infantis (menores de 1 ano/ 1.000 nascidos vivos) no país foi de 26,1 no ano de 2000 e de 16,0 em 2010. Em Minas Gerais, o mesmo indicador passou de 25,7 no ano 2000 para 16,2 em 2010 (DATASUS, 2016).

Em Tupaciguara, a taxa de mortalidade infantil, no ano de 2013, chegou a 4,02. Observa-se que, desde 2011, esta taxa vem diminuindo (TABELA 1).

Tabela 1- Tupaciguara: taxa de mortalidade infantil por mil de 2010 a 2013.

Ano	Taxa de mortalidade infantil por mil
2010	7,58
2011	9,52
2012	8,12
2013	4,02

Fonte: FJP. 2016. **Org.:** A autora. 2016.

A diminuição da taxa está associada a melhorias na qualidade de vida, na atenção à saúde da criança e na segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Entretanto, esse progresso não beneficia a população de forma uniforme.

Além dos dados de mortalidade infantil, outro indicador de redução da qualidade de vida é o número de óbitos registrados por doenças cerebrovasculares, ligada ao estresse do

¹⁰ Taxa de mortalidade infantil representa a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, com base no número de nascidos vivos em determinado ano civil.

cotidiano e fatores de perda da qualidade de vida, o acidente de trânsito indica o nível de tecnologia alcançado no município de Tupaciguara e mortes ligados a violência.

A taxa média de mortalidade por doenças cerebrovasculares (AVC), em Tupaciguara, registrada na faixa populacional entre 45 a 59 anos no período 2011/2013 foi de 52,88 por 100 mil habitantes. Essa taxa é considerada baixa em relação ao estado mineiro que alcançou, no mesmo ano, 607,10 por 100 mil habitantes. Segundo a Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares, o AVC mata mais no Brasil é a principal causa de incapacidade no mundo (FJP, 2016).

Os acidentes de transporte terrestre são os responsáveis por 15,7% do total de internações no Brasil. A taxa média em Tupaciguara para os jovens e adultos, na faixa etária entre 15 a 29 anos no período de 2011/2013 foi de 35,85 por 100 mil habitantes, considerada baixa, se levarmos em conta que no mesmo período, em Minas Gerais, a mesma taxa chegou a 575,09 por 100 mil habitantes. (FJP, 2016).

O aumento da violência nas cidades também impacta na redução da qualidade de vida. Em Tupaciguara, os dados de homicídios apresentam uma diminuição desta taxa 2010 para 2013, em comparação com a população brasileira e mineira (TABELA 2).

Tabela 2- Tupaciguara: taxa de homicídio/100 mil habitantes no período de 2010/2013.

Ano	Tupaciguara	Brasil	Minas Gerais
2013	15,89	26,99	21,7
2012	4,11	29,04	22,8
2011	4,12	27,13	21,5
2010	24,81	27,4	18,5

Fonte: Deepask. 2016.

A assistência primária à saúde da população, representada pela proporção de hospitalizações evitáveis com tratamento no nível da atenção primária, também pode ser um indicador do serviço de saúde. Quanto maior o número de internações, mais ineficiente é o sistema de saúde, portanto, isto tem efeito negativo nas condições gerais de saúde, bem como da qualidade de vida urbana.

Em Tupaciguara as internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária, em 2013, chegaram a 40,41%. Em Minas Gerais no mesmo ano, entre os municípios com as melhores condições, a taxa chegou 5,41% e, para as piores condições foi cerca de 73,63%. O município em estudo tem taxa alta de internação (FJP, 2016).

Ao considerar que é necessário reduzir o número de internações, o Programa Saúde da Família (PSF) é uma iniciativa, que pode auxiliar nessa redução. O programa é uma iniciativa do governo federal que presta assistência às famílias por meio de equipes de saúde. Estas

atuam dentro das comunidades, de maneira preventiva, buscam atender o maior número de pessoas (FJP, 2016).

De acordo com Souza e Carvalho (2003, p.515), o PSF tem como objetivo “promover a qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo por meio de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde”.

Em Tupaciguara, o atendimento do PSF, em 2010, teve uma cobertura de 70% da população. Para os municípios mineiros, no mesmo ano, a cobertura populacional chegou 66,04% da população total do estado. Em Minas Gerais onde a cobertura é inferior a 100%, atribui as causas a problemas relativos às dificuldades de atração e fixação de profissionais da saúde, insuficiência de instalações físicas e de recursos financeiros (FJP, 2016).

O atendimento à saúde na área rural em Tupaciguara é realizado a cada quinze dias, em um estabelecimento fixo com a visita periódica de médico, enfermeiro e técnico de enfermagem para atender os moradores do campo. O serviço de saúde de Tupaciguara atende às demandas de baixa complexidade. O atendimento de alta complexidade e maternidade não são realizados no município. Os serviços médico-hospitalares de média e alta complexidade são realizados por meio de pactuações com outros municípios, principalmente Araguari e Uberlândia que tem uma rede mais bem estruturada de atendimento à saúde¹¹. Assim, o poder público de Tupaciguara oferece as condições para os deslocamentos de pacientes que não encontram, na referida cidade, os serviços que necessitam.

Percebeu-se, por meio das entrevistas, a existência de certo descontentamento da população local com o atendimento da saúde em Tupaciguara. Isto é um indicativo da necessidade rever a política municipal de atendimento à saúde, bem como de criar novas estratégias neste setor para melhorar a sensação de bem-estar coletivo. Por outro lado, para conseguir realizar essas mudanças é preciso que economia local de o suporte.

¹¹ Poliana Machado Martins, que concedeu entrevista na área da saúde no dia 9 de maio de 2016.

4.1.4 A economia de Tupaciguara

A economia local, bem como as condições de emprego e o nível de renda interferem diretamente na qualidade de vida da população urbana. Tendo isto em vista, procurou-se neste trabalho delinear as características principais destes fatores em Tupaciguara.

O município de Tupaciguara apresenta uma economia pouco diversificada. A agropecuária e o setor de serviços são as principais atividades econômicas deste município.

A importância da agropecuária na economia municipal de Tupaciguara pode ser percebida por meio de dados do Produto Interno Bruto (PIB), conforme estão apresentados na tabela 48. Esta atividade foi responsável por mais de 27% do valor adicionado bruto total do PIB municipal em 2013 (TABELA 3).

Tabela 3 - Tupaciguara: PIB (1000 R\$) para os anos de 2010 e 2013.

Setores preços correntes	2010	2013
Valor adicionado bruto dos serviços (*)	107.248	159.449
Valor adicionado bruto da agropecuária	73.056	112.624
Valor adicionado bruto da indústria	21.173	51.156
Valor adicionado bruto da administração, saúde e educação pública e seguridade social	59.885	83.997
Total	261.363	407.226

* Exclusivo administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE. 2015.

A produção leiteira, a cultura de lavouras temporárias (cana-de-açúcar e soja) e a criação de gado bovino são as principais atividades deste segmento produtivo (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 - Tupaciguara: rebanho efetivo, 2014.

Rebanhos	Efetivo de rebanho (cabeças)
Galináceos - total	562.680
Bovino	116.762
Galináceos - galinhas	109.000
Vacas ordenhadas - quantidade	35.029
Suíno - total	29.800
Suíno - matrizes de suínos	2.900
Equino	2.625
Ovino	2.034
Bubalino	85
Caprino	32
Total	860.947

Fonte: IBGE. 2015.

Tabela 5 - Tupaciguara: produção Agrícola Municipal, 2014.

Diferença no cultivo	Produto agrícola	Quantidade produzida (t)	Rendimento		Valor da produção (Mil reais)
			médio (Kg/ha)	Área colhida (Ha)	
Lavoura Permanente	Café (em grão).				
	Arábica	499	2.279	219	3.077
	Banana (cacho)	250	10.000	25	320
	Borracha (látex coagulado)	40	1.600	25	74
	Cana-de-açúcar	1.753.858	95.500	18.365	102.706
	Soja (em grão)	69.600	2.400	29.000	71.897
Lavoura Temporária	Milho (em grão)	37.200	5.314	7.000	14.160
	Sorgo (em grão)	8.100	2.700	3.000	1.863
	Amendoim (em casca)	6.300	4.500	1.400	12.600
	Abacaxi	1.224 ¹	34.000 ²	36	1.567
	Algodão herbáceo (em caroço)	751	3.251	231	1.014
	Girassol (em grão)	560	1.801	311	578
Total	Trigo (em grão)	297	900	330	178
	Mandioca	250	10.000	25	175
		1.878.929	174.245	59.967	210.209

Nota: ¹ mil e ² frutos por há**Fonte:** IBGE, 2016.

Em 2014 o município de Tupaciguara produziu 52.683 mil litros de leite de vaca. Esta produção gerou uma receita de 50.750 mil reais (IBGE, 2015).

A agropecuária, no Brasil, principalmente nas áreas de Cerrado, passou por mudanças significativas desde a segunda metade do século passado. Isto resultou em atividades com maior emprego de insumos e equipamentos industriais. O que, por sua vez, aumentou a produtividade, no entanto, afetou o emprego no campo e contribuiu para a ampliação da concentração da renda neste setor.

Em Tupaciguara, sobretudo, com a inserção do setor sucroalcooleiro no município e na sua região¹², vem ocorrendo a expansão da produção de cana-de-açúcar. De outro lado, a produção de leite também está passando por adaptações nas suas formas da produção (SOUZA JÚNIOR; SANTOS, 2014).

No caso da economia de Tupaciguara, o setor de serviços também vem ganhando uma posição de destaque. Conforme pode ser observado na tabela 48, anteriormente apresentada, este setor participou com cerca de 39 % do valor adicionado bruto do PIB municipal de 2013.

¹² Existem duas usinas do setor sucroalcooleiro em Tupaciguara. Uma implantada em 1984 e a outra em 2011.

Em 2014, o número de empresas do setor de serviços com unidades locais chegou a 627 estabelecimentos (QUADRO 19). Entre os estabelecimentos de serviços existe certa diversidade, destacam-se as agências bancárias, oficinas mecânicas de máquinas agrícolas, telefonia, advocacia, agrônomos e veterinários, entre outro.

Quadro 19- Tupaciguara: atividades de serviços, 2014.

Atividades de serviço	Quantidade de estabelecimentos
Reparação de veículos automotores e motocicletas	343
Transporte, armazenagem e correio	84
Atividades administrativas e serviços complementares	37
Alojamento e alimentação	36
Outras atividades de serviços	27
Atividades profissionais, científicas e técnicas	20
Educação	18
Construção	17
Saúde humana e serviços sociais	13
Artes, cultura, esporte e recreação	11
Informação e comunicação	8
Administração pública, defesa e segurança social	5
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3
Atividades imobiliárias	3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2
Total	627

Fonte: IBGE, 2016

O comércio da cidade de Tupaciguara é composto, principalmente, por estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios, vestuários, acessórios, decoração de interiores, materiais para construção, por farmácias, papelarias, revendedoras de automóveis e perfumaria, lojas de produtos veterinários, postos de combustíveis, entre outros. Observou-se apenas a presença de loja de franquia no comércio desta cidade.

O setor secundário ainda é incipiente no município e na cidade de Tupaciguara. Constatou-se que os estabelecimentos industriais existentes em Tupaciguara são, em geral, microempresas, totalizando 56 indústrias de transformação e 2 extrativas (IBGE,2014). Entretanto, ressalta-se uma exceção neste caso, devido a presença de duas agroindústrias do setor sucroalcooleiro.

Com relação à ocupação da população de Tupaciguara, também se verifica que o serviço e a agropecuária são os principais setores da economia local (TABELA 6).

Tabela 6 – Tupaciguara: Ocupação de jovens e adultos por setores de 2010 a 2013.

Setores	% dos ocupados de 18 anos ou mais de idade (Censo-2010)	% das ocupações formais (RAIS-2013)
Agropecuária	25,54	25,4
Indústria de transformação	6,53	16,6
Indústria da construção	6,68	1,2
Extração mineral	0,00	0,0
Comércio	14,26	18,8
Serviços	38,79	37,0
Serviços de utilidade pública	0,98	1,0

Fonte: FJP, 2016.

Em Tupaciguara a taxa de desemprego alcançou 23,4 %, em 2010, um aumento 6,8%, se levarmos em conta que no ano 2000 era de 16,6% (FJP, 2016). Esse aumento está ligado, as transformações do mercado de trabalho e o consumo das inovações tecnológicas.

Outro importante fator que reflete na qualidade de vida é a distribuição da renda. A renda *per capita* de Tupaciguara, segundo FJP (2016), foi de R\$ 867,02 (a preços de dezembro de 2014), se considerarmos o valor do salário mínimo que é de R\$880,00 reais, desde janeiro de 2016, a população tem renda *per capita* menor.

Outros dados importantes para entender a condição da renda são os indicadores de desigualdade. Aqui destaca-se o Índice de Gini¹³. Este índice para Tupaciguara foi de 0,49 no ano de 2010. Este município apresenta, portanto, uma condição de desigualdade de renda, sua situação está muito distante das realidades consideradas de melhor equidade na distribuição da riqueza. (IBGE, 2015; PNUD, 2015). Entretanto, Tupaciguara apresenta índice de Gini melhor que índices médios do estado de Minas Gerais (0,56) e do país (0,60). Vale ressaltar que o Brasil, apesar do avanço em alguns indicadores de desenvolvimento, ainda está entre os países que apresentam piores índices de Gini do mundo (PNUD, 2015).

Ou seja, existem muitas famílias que necessitam do auxílio dos governantes e sobrevivem da transferência de recursos de programas governamentais, como Bolsa Família. Em Tupaciguara, 1.902,00 famílias eram beneficiárias deste Programa em 2010, e no ano de 2014 totalizam 1.746 famílias, as quais recebem R\$ 162,86 por mês.

Como estratégia para atrair investimentos para município, são tomadas medidas de incentivos voltadas para instalação de novas indústria, com e doação de áreas, redução fiscal, na cidade foi criada em parceria com os programas do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e

¹³ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos” (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação Comercial e Industrial de Uberlândia¹⁴ (ACIUB), que além de qualificar mão-de-obra, realiza assessoria aos empreendedores.

O que foi possível observar em Tupaciguara que é um município com econômica dinâmica, que o setor de serviços emprega grande parte da população. O setor agropecuário como em muitas pequenas cidades também é representativo.

De modo geral, a renda *per capita* desse município é baixa, 37,23% da população residente em domicílios particular permanente, ganham entre meio a um salário mínimo e muitos moradores passam ser dependentes de programas sociais para sobreviver (QUADRO 20).

Quadro 20 – Tupaciguara: rendimento nominal mensal *per capita* para domicílios particulares permanentes em valores percentuais em 2010.

Total De domicílios	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i>							
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)
8 248	4,32	16,42	37,23	25,00	6,49	3,90	4,35	2,29

Fonte: IBGE.2016

Apesar da desigualdade ainda existir em Tupaciguara, assim como na maioria dos municípios brasileiros, a desigualdade também é um dos principais fatores que resulta em perda da qualidade de vida. O retrato dessa desigualdade pode ser percebido nas condições de habitação, conforme se discutirá a seguir.

O que foi possível observar, em Tupaciguara que é um município com econômica pouco diversificada, apenas o setor de serviços emprega grande parte da população. O setor agropecuário como em muitas pequenas cidades também é representativo. Por outro lado, o setor que precisa ser mais incentivado é o setor industrial.

De modo geral, a renda *per capita* é baixa, muitos moradores contam com os programas sociais, para sobreviver. Entende-se que esse recurso é pouco, mas deve ser utilizado para manter família, por um curto espaço de tempo, as pessoas devem buscar novas fontes de renda e de qualificação.

Apesar da desigualdade ainda existir em Tupaciguara, como na maioria dos municípios brasileiros, nas pequenas cidades é um dos principais fatores que resulta em perda da qualidade de vida. O retrato dessa desigualdade pode ser percebido nas condições de habitação.

¹⁴ Ana Heloisa Jorge Ferreira, representante do setor de desenvolvimento de Tupaciguara, entrevista realizada em 10 de maio de 2016.

4.1.5 As condições de moradia na área urbana de Tupaciguara

O termo habitação refere-se ao ato de habitar, residir em uma área ou espaço territorial, pode ser expresso por alojamento, “lugar ou casa onde se habita; morada; vivenda; residência” (BUENO, 2010). É um direito dos cidadãos, assegurado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (NAÇÕES UNIDAS,1948,s.p.).

A habitação ou o alojamento além de ser direito do cidadão, requer um mínimo de condições para que se cumpra a finalidade de proporcionar abrigo e proteção. Segundo Villaça (2000), todo ser humano utiliza da habitação para proteger contra as intempéries naturais, como o clima, a precipitação dos ventos e/ou mesmo de agressões de seus semelhantes. Por isso, toda habitação deve propiciar aos seus moradores, além de abrigo físico, a privacidade entre as pessoas, assim, dar suporte para que as pessoas desenvolvam uma vida individual, familiar e social.

Em Tupaciguara, segundo dados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2013), não possui nenhum setor censitário que se enquadre na classificação de aglomerados subnormais, nem há demanda habitacional voltada para assentamento precário em área de risco. Por outro lado, apresenta 4,8 % dos domicílios com gasto excessivo com aluguel (QUADRO 21).

Quadro 21- Tupaciguara: dados de habitação de 2010.

Total de domicílios	Número de Domicílios precários		Número de Domicílios em situação de coabitação familiar		Número de domicílios com ônus excessivo com aluguel		Número de domicílios alugados com adensamento excessivo	
	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual
8 248	69	0,8	241	2,9	398	4,8	48	0,5

Fonte: FJP. 2016. **Org.:** A autora. 2016.

Os estudos que monitoram o *déficit* habitacional no Brasil em 2010, da FJP, indicaram que o ônus excessivo com o pagamento de aluguel é um dos principais componentes deste problema. Portanto, os dados demonstram que “mais de 70% do *déficit* habitacional no Brasil

são compostos pela coabitação familiar (43,1%) e pelo ônus excessivo com aluguel (30,6%)” (FJP, 2016, p. 32).

Para que exista um déficit habitacional é preciso que tenha no município domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios alugados¹⁵. Em Tupaciguara no ano de 2010 o *déficit* chegou a 9,18%.

De acordo com FJP (2016), no ano de 2011, o país apresentou um *déficit* habitacional da ordem de 9,0 e Minas Gerais de 6,6, o que demonstra que o município de Tupaciguara, não fica distante da realidade habitacional da população brasileira.

O elevado gasto da renda mensal com aluguel e itens de consumo básico, como alimento, e vestuário, acaba fazendo com que as famílias tenham mais dificuldades de manter a moradia e de acessar a outros bens e serviços que influenciam diretamente na qualidade de vida. Situação está que é verificada em Tupaciguara em cerca de 1,6% dos domicílios urbanos alugados. Neste sentido, é possível perceber que alguns moradores acabam por ter que partilhar itens essências, como exemplo energia nas residências. Em Tupaciguara dos 98% domicílios são atendidos por energia elétrica, provido pela Companhia Energética de Minas Gerais.

De modo geral, em Tupaciguara, as condições habitacionais são entendidas como uma carência, que demanda contínua de investimento do poder público. Entende-se que a demanda por infraestrutura, saneamento, educação e saúde, são os responsáveis por assegurar qualidade de vida na área urbana.

4.1.6 O planejamento urbano da pequena cidade de Tupaciguara

No planejamento urbano devem direcionar ações que resulte em futuro desejado. Para assegurar que as escolhas tenham impacto positivo na vida da população e na qualidade de vida os gestores devem ser comprometidos. De acordo com a Constituição Federal Brasileira,

¹⁵ **Domicílios precários:** considerados os domicílios improvisados e domicílios rústicos. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. **Coabitação familiar:** domicílios com famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo e as famílias residentes em cômodo. **Ônus excessivo com aluguel:** domicílios urbanos com famílias com renda de até três salários mínimos e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. **Adensamento excessivo em domicílios alugados:** domicílios alugados com mais de três moradores por dormitório

o Poder Executivo, com sede na cidade, é responsável pelo processo de planejamento e orçamento de seu município.

Para realizar o planejamento e a gestão urbana, cada município deve seguir os instrumentos regulamentados, sendo, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Estes devem ser voltados para atender a sociedade.

Em Tupaciguara a gestão do município é realizada por meio de quinze secretarias, sendo elas - governo, administração, planejamento, desenvolvimento econômico, educação, obras, desenvolvimento social, saúde, transporte, turismo e pesca, cultura e comunicação, agricultura – aquicultura – desenvolvimento rural, esporte e lazer, meio ambiente e DAE.

O município possui o Plano Diretor que visa atender os princípios da Lei Federal nº 10.257/2001, que regulamenta os Art.182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e a Lei Orgânica (BRASIL, 2015c).

Por outro lado, segundo Brilhante (2000), nas pequenas cidades, a vontade política é sempre direcionada por uma liderança forte. Pensando nessas dificuldades, que são históricas, a Legislação Brasileira, cria mecanismos de fiscalização, como Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Nesse mesmo sentido, para realizar o planejamento nas pequenas cidades torna-se um grande desafio, diante da falta de interesse político local, pouca disponibilidade de recurso. Como apresenta Melo (2008) em seu estudo, as pequenas cidades devido à baixa dinâmica econômica, tornam-se dependentes dos recursos provenientes do governo federal. Ao longo desse estudo identificou em Tupaciguara, essa característica, apesar de ter uma economia no setor de serviços diversificada, grande parte da população é empregada na administração pública e existe 7% de família que depende do Bolsa Família.

Para realizar o planejamento e a gestão urbana, são utilizados diferentes instrumentos, além do plano diretor e das diretrizes já estabelecidas. Em Tupaciguara em sua maioria dos instrumentos de gestão já foram elaborados. O Plano Diretor foi construído em 2007. Ressalta-se que só a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão urbana não é suficiente, os mesmos devem ser postos em prática (QUADRO 22).

Quadro 22 – Tupaciguara: instrumentos de planejamento e gestão urbana,2016.

Instrumentos	Existência		Ano
	Sim	Não	
Plano Diretor	x		2007
Legislação sobre servidão administrativa	x		2007
Legislação sobre tombamento	x		2007
Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social	x		2007
Lei de Perímetro Urbano	x		1997
Lei de Parcelamento do Solo	x		2007
Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	x		2007
Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano		x	
Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	x		2007
Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	x		2007
Legislação sobre regularização fundiária	x		2007
Legislação sobre a legitimação de posse			2006
Legislação sobre contribuição de melhoria - existência	x		2007
Legislação sobre operação urbana consorciada	x		2007
Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança	x		2007
Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental	x		2007
Plano Municipal de Saneamento Básico	x		2007
Plano Municipal de Educação	x		2007
Plano Local de Habitação de Interesse Social	x		2007
Plano de Mobilidade Urbana	x		2007
Código de Obras	x		1952
Código de Posturas	x		2007
IPTU Progressivo	x		2007
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos		x	
Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	x		2007
Legislação sobre unidade de conservação	x		2007
Plano de Bacia Hidrográfica		x	
Plano Ambiental Municipal		x	
Agenda 21 Local		x	

Fonte: A autora. 2016.

Além, desses instrumentos serem fundamentais para o desenvolvimento da cidade é essencial participação da sociedade. Apesar de entender que o contexto da pequena cidade, muitas vezes os Conselhos Municipais passam ser limitados, pelas forças locais. Eles são uma forma de legítima de participação, eles podem ser organizados por áreas, sendo – assistência social, educação, meio ambiente, emprego/trabalho, cultura e saúde.

Em Tupaciguara, essa forma de organização social ainda não é muito utilizada, apesar de ter relatos de moradores sobre tentativas de formação dos conselhos. A forma de organização popular identificada em Tupaciguara é as associações de bairro.

Assim, como já identificado por Melo (2008) em sua pesquisa sobre pequenas cidades, existe uma contradição entre ser uma cidade gerencial e patrimonialista ao mesmo tempo, onde as formas da modernidade e as heranças culturais se misturam. Esse fato também foi

percebido em Tupaciguara, ao mesmo tempo que os gestores buscam criar os planos, implantar o plano diretor, ainda prevalece a troca de favores, entre centro administrativo e a população.

4.1.7 Análise das características socioambiental de Tupaciguara

Ao longo desse trabalho, foram identificados em cada parte dos dados, e das análises, existência de pontos positivos e negativos que são indicadores que auxiliam no planejamento (QUADROS 23 e 24).

Quadro 23 – Tupaciguara: levantamento dos pontos positivos e negativos, 2016.

Eixos temáticos	Pontos Positivos	Pontos negativos
Formação socioespacial e contexto populacional	Quantidade de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos.	Perda populacional, econômica e territorial com emancipação de Araporã
Meio Ambiente	População é atendida com abastecimento de água potável. Há Rede coletora de esgoto na área urbana. Existência da ETA. Realização da coleta e destinação dos resíduos domésticos. Implantação da coleta seletiva. Logística reversa dos pneus. Existência de remanescentes de vegetação nativa na área urbana. Praças conservadas e ruas arborizadas.	ETE desativada. Ausência da rede de esgotamento sanitário em alguns domicílios. Falta Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Destinação final dos resíduos sólidos em aterro controlado. Destinação dos resíduos hospitalares ao aterro sem tratamento.
Equipamentos urbanos	Há Eixo de ligação com importantes centros urbanos. Existência de três vias comerciais. Transporte intermunicipal para as Universidades em Uberlândia. Existência de bibliotecas, casa da cultura. Preservação da cultura com tombamento dos prédios. Diversidade religiosa. Manifestações culturais festivas. Existência de periódico, rádio (AM/FM) e empresas de telefonia móvel/fixo. Rede de telecomunicação e internet. Existência de escolas municipais, estaduais e particulares que atende todas as séries. Redução nas taxas de analfabetismo. Redução da mortalidade infantil. Atuação do PSF. Atendimento médico na área rural.	Bairros divididos pela BR – 452. Sinalizações de trânsito insuficientes. Falta organização na área de embarque/desembarque dos universitários. Faltam ciclovias, ciclofaixa, bicletário. Índice de motorização auto. Insegurança dos moradores no período festivo. Transtornos com mudança de ruas, depredação do mobiliário urbano durante as festividades. Reduzido número de vagas voltadas para cursos técnicos. Inexistência de Instituição de ensino superior. Deslocamento da população para atendimento em maternidade e alta complexidade.

Fonte: A autora. 2016.

Quadro 24 – Continuação Tupaciguara: levantamento dos pontos positivos e negativos, 2016.

Economia	Movimentação da econômica no período das festas e os eventos. Economia diversificada no setor de serviços. Incentivo a implantação de novas indústrias. Parcerias com SEBRAE e ACIUB para qualificar os trabalhadores.	Aumento da taxa de desemprego. Renda <i>per capita</i> baixa. Famílias que sobrevivem de recursos governamentais. Número baixo de indústrias. Alto número de empregabilidade no setor administrativo.
Habitação	Município não possui aglomerados subnormais e assentamento precário em área de risco.	Domicílios com gasto excessivo com aluguel. <i>Déficit</i> habitacional. Residências sem ligação da energia elétrica.
Planejamento urbano	Plano Diretor. Existência de associações de bairro.	Falta de instrumentos de gestão e planejamento na área ambiental.

Fonte: A autora. 2016.

Ao se considerar os pontos positivos, a área espacial e sócio cultural se destaca e entre os negativos a temática ambiental é que mais chama atenção. Apesar de ser levantamento superficial, ele é importante para identificar as áreas mais fragilizadas.

Nesse sentido é possível a partir desse levantamento, identificar áreas prioritárias, que demandam intervenções como saneamento, gestão e planejamento ambiental, índice de motorização, deslocamento de jovens para outras cidades e o número alto de famílias que gastam com aluguel.

Além dessas informações, buscou -se identificar os fatores principais de cada temática, e a partir desses, suas fragilidades e potencialidades. Assim, por meio da matriz FOFA sintetiza-se os aspectos ambientais, sociais e econômicos do município e da cidade de Tupaciguara que foram analisados neste estudo (QUADRO 25 e 26).

Quadro 25- Tupaciguara: matriz SWOT, 2016.

		Pontos Fracos							Pontos Fortes						
		F.P	M.A	E. U			E	H	P	F. P	M	E. U	E	H	P
Ameaças	Diminuição da arrecadação municipal.	■													
	Proliferação de doenças		■	■											
	Contaminação do lençol freático		■	■											
	Aumento da poluição do ar			■											
	Baixa qualificação da população														
	O aparecimento da miséria.	■													
	Estagnação do setor produtivo	■													
	Deixam de investir em cultura e na qualificação			■											
	Degradação ambiental		■	■											
	Vulnerabilidade para criminalidade e uso de drogas														
	Exploração do recurso hídrico														
	Falta investimentos no ensino superior	■			■										
	Expansão do mercado imobiliário		■	■											

Fonte: A autora. 2016.

■ Crítico – ação imediata ■ Atenção – acompanhamento ■ Sob controle □ Sem relação

[F. P] Formação socioespacial e contexto populacional [M.A] Meio Ambiente [E. U] Equipamentos urbanos [E] Economia [H] Habitação [P] Planejamento urbano

Quadro 26 – Continuação da Matriz SWOT de Tupaciguara. 2016.

			Pontos Fracos						Pontos Fortes					
			F.P	M.A	E.U	E	H	P	F. P	M	E. U	E	H	P
Fatores críticos														
Oportunidades	Construir uma parceria para novos investimentos na região	■												
	Construir o aterro sanitário		■											
	Incentivar novos empregos e renda				■									
	Instalar escolas técnicas			■			■							
	Surgimento de novas atividades				■		■							
	Construção de novas moradias	■	■							■				
	Buscar parcerias sustentáveis													
	População economicamente ativa					■								
	Arrecadação de imposto	■	■						■					
	Formação cidadã					■				■				
	Acréscimo da população	■	■	■		■								
	Oportunidade de geração de renda													
	Legitimação e participação popular											■		

Fonte: A autora. 2016.

Legenda:

■ Crítico – ação imediata

■ Atenção – acompanhamento

■ Sob controle

□ Sem relação

[F. P] Formação socioespacial e contexto populacional [M.A] Meio Ambiente [E. U] Equipamentos urbanos [E] Economia [H] Habitação [P] Planejamento urbano

Por fim, é possível perceber que existe muitos pontos que demandam atenção maior dos gestores municipal, com acompanhamento no desenvolvimento das ações. A matriz faz uma relação dos agentes internos (Ameaças) e externos (oportunidades), ou seja, entre os fatores críticos as ameaças desprendem ações mais imediatas.

No que diz respeito aos agentes internos é mais fácil de serem resolvidos, pois exige estratégias e ações locais. E os agentes externos, os gestores devem acompanhar o desenvolvimento de novas ações. A elaboração da matriz é apenas m exercício de síntese.

4.2. ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DE VIDA DE TUPACIGUARA, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA – MG

O conceito de qualidade de vida é complexo, as vezes subjetivo, e apresenta inúmeras definições e instrumentos de avaliação. Em geral, estes instrumentos têm como objetivo quantificar e qualificar o bem-estar humano, a promoção da saúde e o desenvolvimento humano.

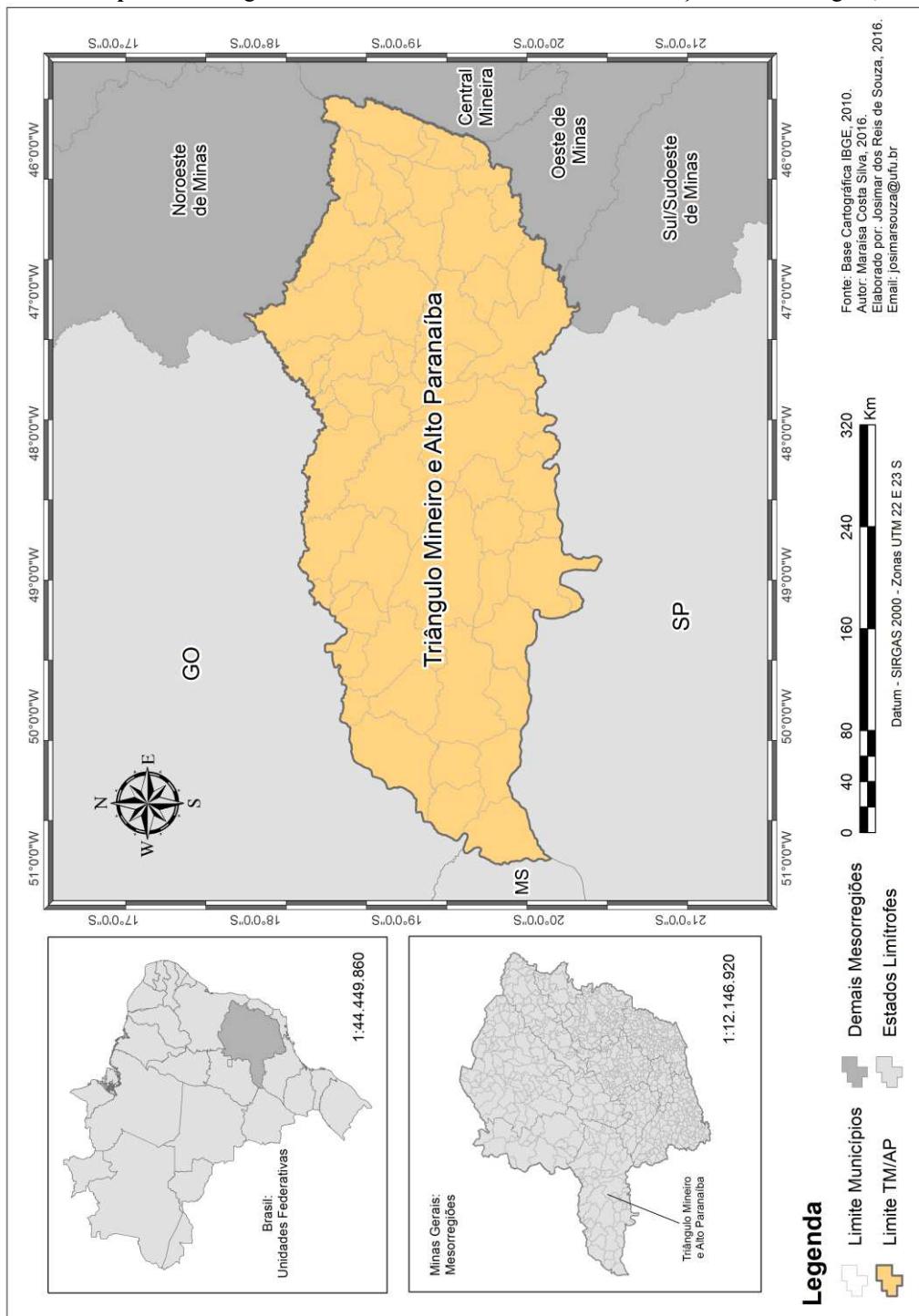
Ao pensar na qualidade de vida da população brasileira e na atuação dos gestores municipais, inúmeros pesquisadores e órgãos de pesquisa buscam desenvolver índices com objetivo de conhecer a realidade e de orientar caminhos, provocar reflexões que possam ser utilizadas no planejamento urbano.

Entre os índices consolidados e amplamente divulgados que abordam as dimensões social, econômica e ambiental, selecionaram-se quatro para auxiliar na mensuração da qualidade de vida em Tupaciguara, sendo eles: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Qualidade de Vida Urbana dos Municípios Brasileiros (IQVU- BR).

Optou-se por realizar uma análise comparativa da qualidade de vida do município de Tupaciguara, com base nos levantamentos de dados dos indicadores escolhidos e tendo como recorte territorial o conjunto dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que possuem população total na faixa de 10.000 a 30.000 habitantes, conforme o Censo de 2010.

Estabelecida na década de 1970 pelo IBGE. A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Atualmente (2016) esta região é composta por 66 municípios (IBGE, 2015). Como pode ser observada no mapa de localização 21.

Mapa 21 –Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG: localização da Mesorregião, 2016.



Entre os municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram selecionados 22 para a referida análise com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes (QUADRO 27).

Quadro 27 –Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes

Município	População total em 2010	Município	População total em 2010
Campina Verde	19.324	Monte Alegre de Minas	19,619
Campos Altos	14.206	Nova Ponte	12,812
Canápolis	11.365	Perdizes	14,404
Capinópolis	15,29	Planura	10,384
Carmo do Paranaíba	29,735	Prata	25,802
Centralina	10.266	Rio Paranaíba	11,885
Conceição das Alagoas	23,043	Sacramento	23,896
Coromandel	27,547	Santa Juliana	11,337
Fronteira	14.041	Santa Vitória	18,138
Itapagipe	13.656	Serra do Salitre	10,549
Lagoa Formosa	17.161	Tupaciguara	24,188

Fonte: A autora. 2016.

Para mensurar o avanço na qualidade de vida nas cidades e avaliar o Desenvolvimento Humano, este que é visto como sendo, um processo de mudanças progressivas que ocorre com os indivíduos.

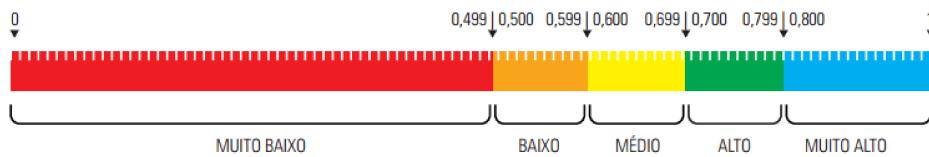
O conceito de desenvolvimento humano passou ser utilizado por meio do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano. Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O IDH que avalia a qualidade de vida é resultado de uma expressão numérica que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é o desenvolvimento. Outro índice lançado pelo PNUD é o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), o mesmo ajusta a metodologia aplicada no IDH para realidade brasileira.

O IDHM é índice calculado por meio de média geométrica, utiliza dos dados censitários, divulgados pelo IBGE, no qual avalia os três componentes (saúde, educação e renda), as mesmas dimensões do Desenvolvimento Humano, “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda” (PNUD, 2015).

O PNUD agrupa os municípios brasileiros por faixas de desenvolvimento, como pode ser observado na figura 22.

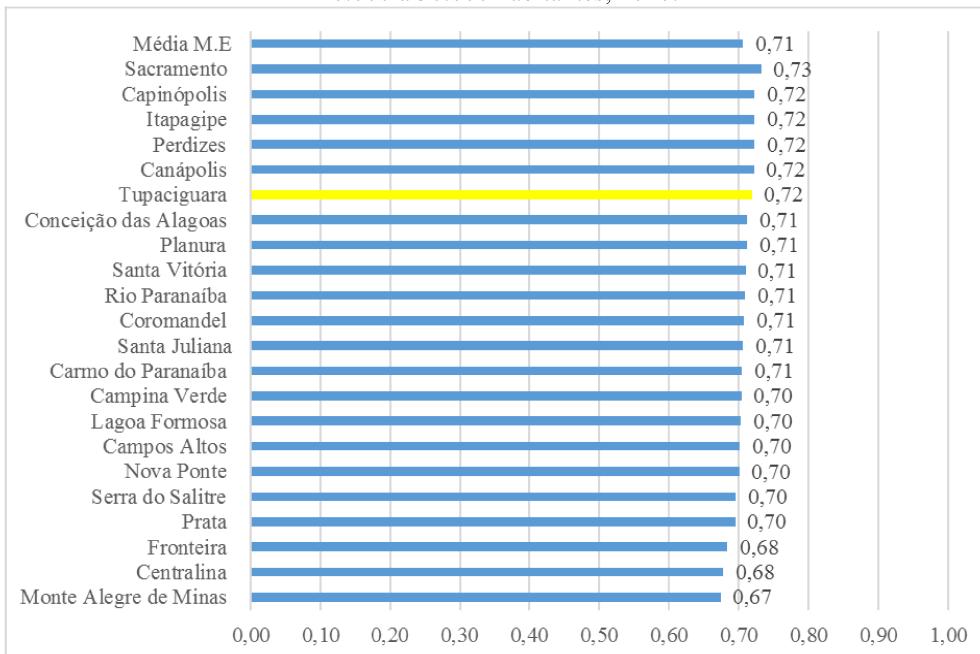
Figura 22 - Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal. 2013.



Fonte: PNUD. 2013.

O município de Tupaciguara ocupa a posição 1.331º no *ranking* dos municípios brasileiros, com IDH alto (PNUD, 2015). Em comparação com os municípios da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, o índice não apresenta grandes variações (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IDH dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.



Fonte: PNUD. 2015. **Org.:** A autora. 2016.

Entre os municípios apresentados no gráfico 3, cinco encontram-se na faixa de desenvolvimento “médio” (de 0,600 a 0,699), são eles: Centralina, Fronteira, Monte Alegre de Minas, Prata e Serra do Salitre. Tupaciguara com IDH de 0,719 mais os outros dezesseis municípios enquadram na faixa de Desenvolvimento Humano Municipal “Alto”.

Na composição do IDHM de Tupaciguara, o indicador de longevidade apresentou o melhor índice (0,863). Este representa uma “vida longa e saudável que é medida pela

expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE” (PNUD, 2015).

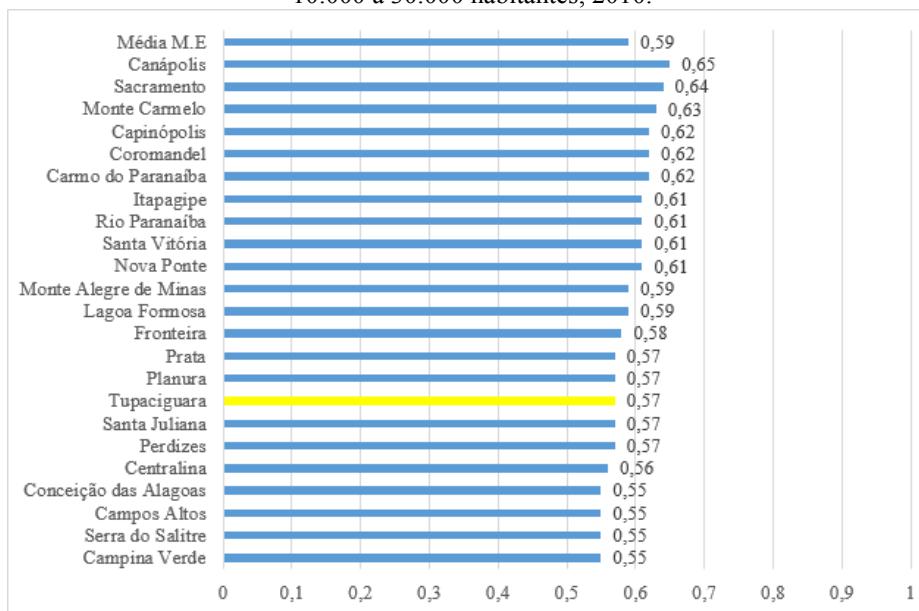
A transição demográfica e o envelhecimento da população são um processo gradativo, no Brasil, isto vem acontecendo como resultado do desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico.

Outro índice que avalia a qualidade de vida dos municípios é o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Este foi instituído pela Lei Estadual nº15.011 de 2004 de Minas Gerais e tem como objetivo auxiliar no planejamento municipal (FJP, 2016)

O IMRS utiliza as variáveis saúde, educação, renda, assistência social, segurança pública, saneamento, habitação, meio ambiente, cultura, esporte, turismo e finanças públicas. O cálculo é realizado por média ponderada dos índices e os resultados variam de 0 -1, quanto maior índice, melhores serão as condições.

Entre os municípios da Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, considerados neste estudo, o que apresentou o melhor IMRS foi, Canápolis com índice igual a 0,65, contrapondo a Conceição das Alagoas, Campos Altos, Serra do Salitre e Campina Verde com 0,55, índice mais baixo. Tupaciguara teve IMRS de 0,57, ficou, portanto, abaixo da média registrada para os municípios comparados que foi de 0,59 (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IMRS dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.



Fonte: FJP. 2016. **Org.:** A autora. 2016.

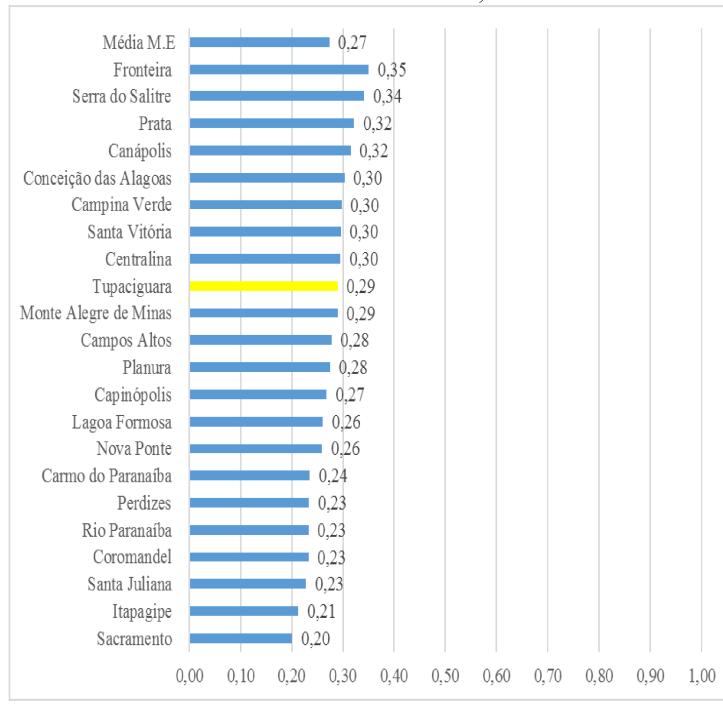
O Índice de Vulnerabilidade Social, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apresenta 85 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano. O IVS tem como objetivo realizar um panorama da vulnerabilidade social e da exclusão social brasileira. Tendo como princípio instrumentalizar a sociedade para reivindicar seus direitos. O IVS adota o conceito de desenvolvimento social.

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo política (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (IPEA, 2016s.p.).

O IVS é apresentado na escala de 0 a 1, sendo, quanto mais próximo de 1 pior será situação do município e contraria esse valor o representa a situação ideal. O IVS apresenta três “subíndices: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho” (IPEA, 2016).

Entre os municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, selecionados neste estudo Sacramento (0,20) é município com melhor índice. Tupaciguara, ficou acima da média para os municípios estudados que é de 0,29 (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IVS dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.



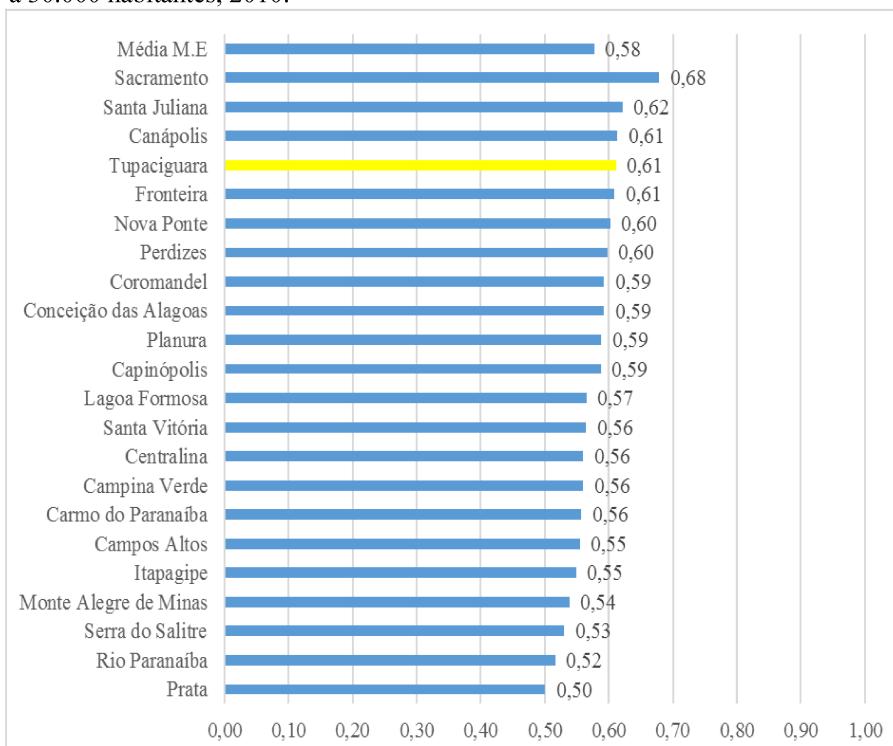
Fonte: IPEA. 2016. **Org.:** A autora. 2016.

O Índice de Qualidade de Vida Urbana para os Municípios Brasileiros foi desenvolvido, entre 2004 e 2005, pelo Ministério das Cidades e tem como objetivo avaliar a possibilidade espacial da população ter acesso a serviços e recursos urbanos e de auxiliar no planejamento municipal. A metodologia utilizada foi a mesma desenvolvida para Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte.

Os indicadores que compõem o IQVU - BR são: abastecimento alimentar, assistência social; cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança urbana, serviços urbanos. O cálculo é realizado por média ponderada dos índices e os resultados variam de 0 -1, quanto maior índice, melhores serão as condições.

Este índice utiliza medidas de acessibilidade aos serviços e o tempo de deslocamento entre os espaços (NAHAS, *et.al.* 2006). Entre os municípios da Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, considerado, Sacramento, com IQVU-BR de 0,68, apresentou o melhor índice. Tupaciguara, encontra-se na terceira posição, junto com Canápolis e Fronteira, entre os melhores índices, acima da média dos municípios em estudo que foi de 0,58 (GRÁFICO 6).

Gráfico 6: Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: IQVU – BR dos municípios com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.



Fonte: NAHAS, e outros 2006. **Org.:** A autora. 2016.

Considera-se que os estudos sobre a qualidade de vida devem servir de base para orientar o planejamento urbano em busca de melhorias e de novas ações que assegurem cada vez mais o bem-estar da população. Por fim, para averiguar a qualidade de vida em Tupaciguara, optou-se por classificar, segundo os critérios adotados nos índices (QUADRO 28 e 29).

Quadro 28 – Critérios de classificação da qualidade de vida.

Classificação	Legenda	IDH-M	IMRS	IVS ¹	IQVU- BR ²
Muito alto		0,800 – 1	0,636 -0,701	0,501 -1	0,801 - 1
Alto		0,700 – 0,799	0,596 – 0,635	0,401 -0,500	0,700 – 0,799
Médio		0,600 – 0,699	0,556 – 0,595	0,301 – 0,400	0,600 – 0,699
Baixo		0,500 – 0,599	0,516 – 0,555	0,201 – 0,300	0,500 – 0,599
Muito baixo		0,0- 0,499	0,443-0,515	0 – 0,200	0,0- 0,499

Nota: ¹Esse indicador quanto mais próximo de 1 maior é vulnerabilidade. ² Para essa classificação foi adotado os mesmos valores do IDH como sugerido na literatura.

Fonte: A autora. 2016.

Quando 29- Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: índices utilizados na comparação da qualidade de vida dos municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, com população total entre 10.000 a 30.000 habitantes, 2010.

Município	IDH	IMRS	IVS	IQVU - BR
Campina Verde				
Campos Altos				
Canápolis				
Capinópolis				
Carmo do Paranaíba				
Centralina				
Conceição das Alagoas				
Coromandel				
Fronteira				
Itapagipe				
Lagoa Formosa				
Monte Alegre de Minas				
Nova Ponte				
Perdizes				
Planura				
Prata				
Rio Paranaíba				
Sacramento				
Santa Juliana				
Santa Vitória				
Serra do Salitre				
Tupaciguara				

Fonte: A autora. 2016.

Ao finalizar classificação, chegou-se à seguinte conclusão. As características socioambientais de Tupaciguara nos indicadores estudados são médias. Entretanto é possível perceber que existe uma tendência, a redução nos índices de vulnerabilidade social e de responsabilidade social.

4.2 NOVOS RUMOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO EM TUPACIGUARA

O planejamento urbano adotado nas cidades, segundo o Ministério das Cidades (2016), é uma atividade que deve orientar novas possibilidades, arranjos institucionais e políticos. Planejar é um processo e as ações adotadas devem aumentar as chances de obter um futuro melhor.

Para Moraes, Goudard e Oliveira (2008), cada cidade tem suas particularidades e na hora de elaborar o planejamento deve-se levar em consideração essa diversidade e sua dinamicidade. Além disso, o planejamento não deve se pautar exclusivamente nos diagnósticos elaborados, mas sim precisa propor soluções (DUARTE, 2007).

A cidade tem que ser vista como um cenário mais amplo, assim os planejadores e gestores conseguem perceber que algumas características locais, se bem trabalhadas, podem mudar o rumo de seu desenvolvimento, tanto econômico, social ou cultural (DUARTE, 2007).

Por fim, o planejamento das ações é essencial para minimizar os efeitos tanto dos pontos fracos, como das ameaças. Diante do exposto, elaborou-se uma análise de cenários para auxiliar o planejamento urbano de Tupaciguara (QUADRO 30).

Quadro 30- Tupaciguara: Cenários voltados para o planejamento territorial, 2016.

Eixos temáticos	Cenário existente	Cenário desejado
Formação socioespacial e contexto populacional	Área territorial reduzida e um número considerável de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos.	Que esses jovens fixem no município, movimentando a economia.
Meio Ambiente	Atualmente o município consegue realizar o abastecimento de água potável, coleta de esgoto sanitária e dos resíduos sólidos urbanos. Entretanto, o tratamento do esgoto não é realizado, e destinação dos resíduos sólidos inadequada. Os fragmentos de vegetação nativa são conservados em grande parte.	Que o município realize o saneamento de forma adequada. Que exista um maior rigor na preservação e conservação da vegetação nativa na área urbana
Equipamentos urbanos	O município disponibiliza o Transporte intermunicipal para o deslocamento dos alunos para as Universidades em Uberlândia. Entretanto, falta instituições voltadas para ensino técnico e superior no município. As manifestações culturais e festivas no município são fontes de renda, distração para os moradores, mas que ainda causam transtornos. Na área da saúde, o município tem os equipamentos instalados (PSF's), realiza o atendimento na área rural e desloca paciente para atendimento de alta complexidade e gestantes para outro município. As vias urbanas têm infraestrutura, mas necessita de manutenção na sinalização.	Que o município conseguisse atender demanda de nível técnico, criar parcerias, realizar sensibilização da população para qualificação. As festividades são importantes para econômica do município, mas é preciso ter um controle maior e aumentar segurança. Na área da saúde é importante realizar um atendimento básico satisfatório para que não exista demanda de internação de alta complexidade ou mesmo de deslocamento. As vias urbanas devem ser revitalizadas, com direcionamento para deslocamento sustentável, criar ciclovias, ciclofaixas, bicicleterios e deve buscar reduzir o Índice de motorização.
Economia	O município possui economia diversificada no setor de serviços, entretanto, tem alta taxa de desemprego alta e existência de famílias que sobrevivem do auxílio financeiro do governo federal. Além de ter um número reduzido de indústrias que gera renda.	Criar novos postos de trabalho. Incentivar qualificação dos trabalhadores dinamiza a economia. Realizar parceria com novas empresas, incentivando a instalação no município. Buscar novos modelos de desenvolvimento local, sobre tudo considerando as tecnologias disponíveis e a questão do desenvolvimento sustentável.
Habitação	Em Tupaciguara existe um ônus excessivo de famílias que pagam aluguel, e que muitas vezes comprometem a renda familiar para garantir moradia. Além de encontrar domicílios sem energia ou mesmo dividindo com outras residências.	Buscar recursos governamentais para construção de novas residências, para reduzir o <i>déficit</i> habitacional. E realizar uma parceria com a empresa de fornecimento de energia, para sanar os problemas referentes a esse setor.
Planejamento urbano	O município vem se organizando na estruturação e implantação dos instrumentos de gestão. Apesar da área ambiental está defasada.	Revisar o plano diretor, criar novos instrumentos voltados para o planejamento e gestão ambiental. Incentivar a participação popular.

Fonte: A autora. 2016.

Neste estudo, após as análises apresentadas, sugerem-se algumas diretrizes prioritárias para o planejamento urbano tendo como foco a melhoria da qualidade de vida urbana (QUADROS 31 e 32).

Quadro 31 – Tupaciguara: diretrizes para o planejamento urbano, 2016.

Eixos temáticos	Diretrizes	Tempo de implantação		
		Curto	Médio	Longo
Formação socioespacial e contexto populacional	Criar estratégias para fixar os jovens e adultos no município			x
	Estruturar a Secretaria de Segurança Pública e intensificar programas de combate das mazelas sociais	x		
Meio Ambiente	Construir o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em conjunto com sociedade.	x		
	Ampliar rede coletora de esgoto e ativar ETE	x		
	Ampliar e monitorar a rede de abastecimento de água	x		
	Implantar uma alternativa ambientalmente segura de destinação final dos resíduos sólidos	x		
	Realizar o tratamento dos resíduos hospitalares	x		
	Fiscalizar áreas de APP no perímetro urbano	x		
	Incentivar o plantio de árvores nas calçadas		x	
	Ampliar e fortalecer a coleta seletiva	x		
Equipamentos urbanos	Manutenção da sinalização de trânsito e acessibilidade urbana (faixa, placa, rampa, semáforo).		x	
	Construir ciclovias, ciclofaixa, bicicletário.		x	
	Incentivar o transporte não motorizado.		x	
	Criar parceria com as instituições de ensino superior da região para promover cursos a distância para a comunidade.	x		
	Incentivar a instalação de instituições de Ensino Superior.			x
	Ampliar e incentivar de escolas técnicas		x	
	Levantar recursos junto ao Ministério da Saúde e das Cidades para finalizar a obra do hospital municipal e para comprar novos equipamentos de saúde.		x	
	Criar campanhas de mobilização e sensibilização da limpeza dos espaços públicos e privados.	x		
	Reformar e ampliar o atendimento das unidades de saúde.		x	
	Manter e fortalecer o atendimento do programa saúde da família	x		
	Aumentar o policiamento durante festas e movimentos culturais.	x		
	Buscar adequar da iluminação públicas e instalação de novos postes.	x		
	Incentivar o tombamento de prédios públicos			x
	Criar espaços de lazer e incentivar cultura		x	

Fonte: A autora. 2016.

Quadro 32 – Continuação Tupaciguara: diretrizes para o planejamento urbano, 2016.

Eixos temáticos	Diretrizes	Tempo de implantação		
		Curto	Médio	Longo
Equipamentos urbanos	Criar estratégias e parcerias para implantação de empresas na área urbana			x
	Qualificar a mão -de – obra da zona rural, incentivando o desenvolvimento do pequeno produtor local		x	
	Incentivar o turismo rural			x
Habitação	Fomentar os programas sociais e parcerias para construção de casas populares.			x
	Buscar recursos junto ao Ministério das Cidades e empresários para compor novas linhas de créditos, destinadas a construção e reforma das habitações.	x		
Planejamento urbano	Incentivar a participação popular no processo de planejamento.	x		
	Realizar programas de incentivo ao tombamento dos prédios com potencial.		x	
	Elaborar os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saneamento	x		
	Realizar a revisão do Plano Diretor.	x		
	Ampliar legislação e programas de proteção ambiental		x	

Fonte: A autora. 2016.

As diretrizes propostas em sua maioria são de curto espaço de tempo (2 anos), devido a demanda apresentada durante elaboração desse trabalho, seguido das de médio (4 anos) e longo prazo (6 anos). Entretanto, as mesmas podem sofrer alterações, tendo em vista, os recursos financeiros do município. De modo geral, essas diretrizes têm como objetivo suscitar novas reflexões sobre o planejamento urbano em Tupaciguara. Como coloca Duarte (2007, p. 22):

[...] o planejamento reconhece, localiza, as tendências ou as propensões naturais (locais e regionais) para o desenvolvimento, bem como “estabelecer as regras de ocupação de solo, define as principais estratégias e políticas do município e explicita as restrições, as proibições e as limitações que deverão ser observadas para manter a qualidade de vida para seus municípios.

O desafio agora é buscar adequar ao planejamento à realidade local para que os tupaciguarenses tenham uma qualidade de vida assegurada pelo poder público municipal. E que os planos (educação, habitação, mobilidade, saneamento, turismo) e programas sejam concretizados. Por fim, que a cidade de Tupaciguara possa se tornar atrativa para fixação dos jovens e da classe economicamente ativa. Que esta cidade ofereça para sua população uma boa qualidade de vida urbana.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a cidade de Tupaciguara apresenta bons indicadores de qualidade de vida. Com este estudo, foi possível perceber que essa pequena cidade apresenta um complexo emaranhado de situações, com potencialidades, como economia diversificada, instrumentos de gestão, estrutura urbana consolidada. Entretanto, esse desenvolvimento alcançado não levou em conta os problemas ambientais que poderia causar.

Vale ressaltar também que esta cidade e seu município apresentam demandas sociais, como construção de novas moradias, melhoria na equidade de renda, aumento de postos de trabalho, melhoria no atendimento do serviço de saúde e expansão do sistema de ensino.

Tupaciguara, em relação a outros municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de porte demográfico de 10 a 30 mil habitantes, apresenta uma qualidade de vida mediana, conforme os indicadores consultados.

O município está caminhando para melhoria da qualidade de vida, a partir dos instrumentos de planejamento e gestão adotados, mas é necessário que esse seja melhor direcionado. Entretanto, a questões levantadas neste estudo sugerem a necessidade de incluir programas para a ampliação da qualidade de vida de Tupaciguara.

O presente trabalho fica como sugestão para que gestores de pequenas cidades observem os indicadores já elaborados, estudos acadêmicos realizados sobre a cidade ou município, principalmente. Finalizo com sugestões de temas que devem ser pensados nas cidades brasileiras (QUADROS 33 E 34).

Quadro 33 - Sugestões para avaliar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, 2016

Eixo temático	Indicador	Subindicador	Fatores a serem avaliados
Meio ambiente	Serviços sanitários e ambientais	Abastecimento de água	População atendida. Forma de abastecimento público de água. Tratamento e controle de qualidade da água para abastecimento público. Proteção de mananciais. Plano Municipal de Saneamento.
		Esgotamento sanitário	População atendida. Tipo de esgotamento sanitário doméstico. Sistema de tratamento. Controle da qualidade do tratamento dos efluentes domésticos. Controle de lançamentos de efluentes industriais.
		Limpeza urbana e resíduos sólidos	Sistema de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (tipos de coletas, tipos de tratamento e destinação final). Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Identificação do sistema de limpeza urbana.
		Drenagem água pluvial	Infraestrutura de drenagem de água pluvial. Inundações e alagamentos.
		Áreas verdes	Áreas de APP. Parque linear. Unidade de conservação. Arborização urbana.
Equipamentos urbanos	Circulação e transporte	Meios para a circulação e o transporte intermunicipal	Terminal rodoviário intermunicipal. Estradas de rodagem para acesso a cidade e desta para as principais cidades da região. Linhas de transporte intermunicipal de passageiros e empresas em atuação. Empresas de transporte
		Meios para a circulação e o transporte	Logradouros pavimentados. Ciclo vias. Plano Municipal de Mobilidade.
		Condição da infraestrutura viária	Tipo de pavimentação. Estado de conservação.
	Cultura	Meios para acesso à cultura e ao conhecimento.	Bancas de revistas. Livraria. Biblioteca pública. Rede de Internet. Locadora de vídeos. Teatro, Cinema. Espaços para shows e espetáculos, Museus.
		Espirirtualidade, Religiosidade e Crenças	Templos e instituições religiosas. Crenças pessoais.
	Comunicação	Sistemas para comunicação a distância e transmissão de dados.	Rede de telefonia fixa. Rede de telefonia móvel. Rede de Internet. Serviços do Correios.
		Sistemas para veiculação de notícias e informações	Rede de televisão (canais abertos e fechados). Radioemissora. Jornal ou periódico impresso. Páginas e blogs locais na Internet.
		Equipamentos públicos e espaços coletivos para acesso a Internet	Lan house. Espaços livres para acesso a Internet. Laboratórios de informática de acesso público.
		Energia Elétrica	Domicílios com energia elétrica. Qualidade da distribuição de energia.

Fonte: A autora. 2016.

Quadro 34 – Continuação das sugestões para avaliar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, 2016

Eixo temático	Indicador	Subindicador	Fatores a serem avaliados
Equipamentos urbanos	Educação	Níveis escolares atendidos	Ensino fundamental. Ensino Médio. Ensino técnico/ profissionalizante. Ensino tecnológico. Ensino superior. Cursos de língua estrangeira. Cursos de aperfeiçoamento.
		Alfabetização	Índice de alfabetização por faixa etária.
		Avaliação das instituições/egressos	Notas das instituições e dos egressos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
		Evolução do tempo médio de estudo/ ou escolaridade da população	Nível de escolaridade.
Economia	Renda e emprego	Renda das famílias	Por faixa de renda.
		Tipo de emprego	Emprego formal. Emprego informal. Número de pessoas ocupadas/setor econômico/pop. Total ocupada.
		Emprego x Desemprego	Identificação de pessoas na faixa etária economicamente ativa empregada ou não.
		Desigualdade	Índice de Gini da renda. Pobreza.
Habitação	Moradia	Qualidade da moradia	Número de pessoas por cômodos. Infraestrutura sanitária.
		Déficit habitacional	Existência do <i>déficit</i> .
		Habitações subnormais/ precárias	Existência de habitações subnormais/precárias.
		Ocupações irregulares. Invasões	Identificação de ocupações irregulares.
Saúde	Atendimento e promoção da saúde	Infraestrutura para o atendimento da saúde básica	Número de estabelecimentos. Número total de leitos hospitalares.
		Recursos humanos	Identificação do número de médicos. Relação número de médicos por habitante
		Mortalidade	Taxa de mortalidade geral. Taxa de mortalidade infantil. Quantificação das doenças infectocontagiosas. Doenças de veiculação hídrica.
		Longevidade	Tempo médio de vida. Expectativa de vida ao nascer.
Bem-estar	Lazer e esporte	Espaços públicos livres	Espaços públicos, praças.
		Espaços para prática de esportes	Levantamento dos espaços para prática esportiva.
	Segurança pública e proteção	Instituições	Delegacia. Presídio. Unidade móvel. Centro de recuperação para menores infratores.
		Violência	Índice de homicídios. Roubo e Furto.
	Tranquilidade/ segurança	Avaliação dos moradores da cidade sobre tranquilidade e segurança.	Sentimento de pertencimento.
	Satisfação da população	Avaliação dos moradores da cidade sobre a QV da cidade.	QV. Interesse em se mudar. Atendimento das expectativas do morador. Satisfação com condições ofertadas na cidade.
	Representação social	Representação e inserção da população na gestão da cidade	Associação de moradores de bairro. ONG's. Associação / conselho e sindicatos de classes sociais.

Fonte: A autora. 2016.

Em breve deve realizada a revisão do plano diretor de Tupaciguara, instrumento que norteia a política de planejamento, esse momento será propício para buscar novos rumos, direcionar a forma de gerir a cidade é direcionar ações para manter e melhorar a qualidade de vida desta localidade.

Conclui-se que mesmo sendo uma pequena cidade, Tupaciguara tem potencial de desenvolvimento alto, e para que seja alcançado é necessário engajamento de políticos e uma população participativa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana:** ao grupo meio ambiente e cidade, 30 de junho de 1997. Disponível em:< file:///C:/Documents and Settings/pedropaulo/Meus documentos/Downloads/ena8(1)/ena8/ena8/VIII_EN_ANPUR/HTML/henry_acselrad_a5.htm>. Acesso em: 5 jun. de 2015.

ADRIANO, J. R. et.al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria na qualidade de vida?. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.1, n.5. p.56-62,2000.

ALMEIDA, A. C. **A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997. 128p.

ALVES, H.V.S. **Urbanização contemporânea:** uma contribuição para o estudo das cidades. 2013.219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ALVES, L.A. **Cidades Saudáveis e Qualidade de Vida em Uberlândia (MG):** aportes metodológicos para um processo em construção.496 f. Tese (Doutorado em Geografia). UFU. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

ALVES, R. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999. 127p.

ANFAVEA. **Auto veículos 2014.** Disponível em:<http://www.anfavea.com.br/docs/06%2011%2014_PressRelease_Estudo_2034.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

ARQ+SAÚDE. **Policlínica.** Disponível em:<<http://arqsaude.net.br/projetos/ps-pa-policlinicas/prefeitura-municipal-de-tupaciguara-psf/>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.**NBR 9050:** Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BACELAR, W.K.A. Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político- administrativo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 16.,2010, Porto Alegre. **Anais ...**, 2010.p.1-11. Disponível em:<<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. **A pequena cidade nas teias da aldeia global:** relações e especificidades sócio – políticas nos municípios de Estrela do Sul.2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BARBOSA.G.S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Visões**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.01- 11, jan./jun. 2008.

BEAUJEU-GARNIER. J. **Geografia urbana**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 525p.

BOEIRA, S.L.; SANTOS, A.C.B.; SANTOS, A, G. Estatuto da cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. **Revista de Administração pública**. Rio de Janeiro, a.3. v.43, 695-712 p. maio/jun. 2009.

BRASIL. Decreto – Lei nº311 de março de 1938, dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 março. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.a

_____. Lei nº 10,098, 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 3 ago. 2015.b

_____. Lei nº 10,257, 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 julho. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.c

_____. Lei nº 12,305, 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago.2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.d

_____. Agência Nacional de Telecomunicações. **Telecomunicações**. Disponível em:<<http://www.anatel.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 15 set. 2015.e

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em:<<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 9 set. 2015f.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADES. **Planejamento das cidades em capacitação** 2014. Disponível em:< <http://www.capacidades.gov.br/>>. Acesso em: 9 jun.2016.a

_____. Agência Nacional de Energia Elétrica. **A compensação financeira e o seu município**. Brasília: ANEEL, 2007. 27.

_____. MS. **As cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002, 56p.

BRILHANTE, O.M. Gestão Ambiental em pequenas e médias cidades da América Latina. In:**INTERNACIONAL CONFERENCE ON WATER AND SANITATION**, October, 19 -21, Cali. Colombia 13 p. 2000. Disponível em:< http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/g_a_americalatina.pdf>. Acesso em: 4 ago.2015.

BUENO, S. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: CDL, 2010.

CALMON, F. **Índice de motorização**. Disponível em:< <http://carros.uol.com.br/columnas/alta-roda/2014/11/11/em-20-anos-brasil-tera-um-carro-para-cada-24-pessoas-preve-anfavea.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

CANO. W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Economia e política**, São Paulo, v. 9. n.1, p. 62 – 88. Jan/mar. 1989.

CASSILHA, G.A.; CASSILHA, S. A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil. 2009. 176p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRIOTA, L.B (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ ARTE PROJETOS CULTURAIS EIRELI-ME, 2003, 304p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 2005. 94p.

Departamento de água e esgoto de Tupaciguara. **Informações de água e esgoto**. Tupaciguara, 18 de maio 2015. Informações concedidas a Maraísa Costa da Silva.2015.

DALY, H. Crescimento sustentável? Não obrigado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 7. n.2, Jul/dez. 2004.

DATASUS. **Estabelecimentos de saúde**. Disponível em:< <http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações**

- Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Disponível em:<
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 20 mar 2016.
- DEEPASK. Taxa de homicídio.** Disponível em:<
http://www.deepask.com/goes?page=Homicidio_359_175>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- DEFFONTAINES, P.** Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**, Brasília: IBGE, 2004, n.1, 299 -308p.
- DUARTE, F.** **Planejamento urbano**. Curitiba: Ibpexpo, 2007. 177p.
- ENDLICH, A. M.** **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2006.
- FERREIRA, A.R.** **Tupaciguara “La tem”.** 2005 Tese (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- FERREIRA, A.H.J.** **Desenvolvimento econômico em Tupaciguara.** Tupaciguara, 10 de maio de 2016. Depoimento concedido a Maraísa Costa da Silva.
- FIGUEIREDO. V.D.M.** **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul:** contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980 - 2000.265 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2008.
- FJP. Dados habitacional.** Disponível em:<<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- _____ . **Déficit habitacional.** Disponível em:<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- _____ . **IMRS.** Disponível em:<
<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas/Resultado>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- GOOGLE EARTH. Imagens de satélite 2015.** Software de visualização de imagens online, 2016.
- IBGE. Censo Demográfico de Tupaciguara MG.** Disponível em:<[ww.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 13 Abr. 2015.
- IPEA. Índice de Vulnerabilidade Social.** Disponível em:<
<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

- IRAZÁBAL, C. Da carta de Atenas à carta do novo urbanismo: qual seu significado para a América Latina?. **Arquitectos**. São Paulo, ano 2, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.019/821>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- JOHN, N.; REIS, A.T. Percepção, estética e uso do mobiliário urbano. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, São Paulo, v.5, n.2.p.180-206, nov. 2010.
- JÚNIOR, C.R.B.S.; SANTOS, R.J. Agroindústria sucroalcooleira e reordenamento territorial no espaço rural de Tupaciguara – MG: do leite à cana. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v.8,n.1.jul.2014.
- KEINERT. T.; KARRUZ.A.P (Org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: ANNABLUME/ FAPESP. 2002. 208p.
- KEINERT. T.M. Planejamento governamental e políticas públicas: a estratégia cidade saudáveis. **Saúde e sociedade**. São Paulo, 56- 64p.1997.
- LEAL, C.E. **A era das organizações sustentáveis**. Disponível em:<<http://www.castelobranco.br/sistema/novoensofoque/files/08/04.pdf>>. Acesso em:10 jul. 2015.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?. **Revista Formação**, São Paulo, v.1, n 14, p.31-45, 2006.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, ano 4, n.14,2000. p.21.
- MARTINS, P.M. [Saúde em Tupaciguara]. Tupaciguara, 9 de maio de 2016.Depoimento concedido a Maraísa Costa da Silva.
- MELO, N. A.; SOARES, B. R . Pequenas cidades: seus atributos, dilemas e cotidiano no contexto espacial da microrregião geográfica de Catalão. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA,12., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo:[s.n.], 2009.
- MELO. N.A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análise de seus conteúdos e considerações e considerações teóricas-metodológicas. 2008. 527f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- MENDES, R. **Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos:** os casos de Jundiaí e Maceió. 2000. 216f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MINAYO, M. C. S.; MARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MIRANDA, L.H. ; MORATO, R. G.; KAWAKUBO, F. S. Mapeamento da qualidade de vida urbana em Pouso Alegre, Sul de Minas Gerais. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, v. 24, p.24-36, 2012.

MIRANDA, L.H.; MORATO, R.G.; KAWAKUBO, F.S. Mapeamento da qualidade de vida urbana em Pouso Alegre, sul de Minas Gerais. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo, v.24, p.24-36, 2012.

MONTEIRO, C.M.G. O planejamento: algumas considerações. **Etc. ... espaço, tempo e crítica**. v.1, n.1, p.40-54, maio 2007.

MONT-MÓR.R.L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.11, p.09 -18, jul./dez, 2006.

MORAES, A.F.; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos na qualidade de vida da população. **Interthesis**, Florianópolis, v.5, n.2, p.93-103, 2008.

MORATO.R.G.; KAWAKUBO.F.S.; LUCHIARI.A. Avaliação da qualidade de vida urbana no município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento. **Espaço e Tempo**. São Paulo, n.23, 149-163p ,2008.

MORENO. J. **O futuro das cidades**. São Paulo: SENAC. 2002. 146p.

NAHAS, M.I.P. et.al. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: experiências e metodologias. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS,15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006, Disponível em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_529.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

NAHAS, M.I.P. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, C.C.S.;KEINERT, T.M.M. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana:** discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, cap.5,p.123-153.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde**. Disponível em:<<http://www.who.int/en/>>. Acesso em:12 abr. 2016.

PAULA, R.R. (Coord.). **Tupaciguara progresso e ação**. Tupaciguara: Editora Zardo. Ano 66.36p.

PEREIRA, E. M. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da sociedade da incerteza?. **GEO SUL**, Florianópolis, v.25, n.49, p.103 – 121,2010.

_____ . (Org.) **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argon, 2008.311p.

PLHIS: Diagnóstico do setor habitacional. Tupaciguara,2014. pdf. Tupaciguara, 2016. pdf.

PLANO DE MOBILIDADE. Prefeitura Municipal de Tupaciguara. **Diagnóstico do setor de mobilidade.** Tupaciguara, 2015. pdf. Tupaciguara, 2016. 1 pendrive. pdf.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e Taxa de fecundidade em Tupaciguara.** Disponível em:< <http://pnu.org.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2015

_____. **IDH.** Disponível em:< <http://www.pnu.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municípios-2010.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2015

TUPACIGUARA (MG). Prefeitura Municipal de Tupaciguara. **Dados de Tupaciguara.** Disponível em:< <http://www.tupaciguara.mg.gov.br/site2/>>. Acesso 15 set. 2015.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (2012). **Cidades sustentáveis.** Disponível em:< www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso 14 abr. 2015.

RIBEIRO, L.C.Q. (Coord.) **IBEU:** índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010,12p.

ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade:** instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. Folha Explica de São Paulo. Publicado em 06 ago. 2001.

ROSA, J. G. **Grande Sertão:** veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006,608p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1994, 157p.

SALES, M.L.N. [Educação em Tupaciguara]. Tupaciguara, 9 de maio de 2016.Depoimento concedido a Maraísa Costa da Silva.

SCHNEIDER, M. O. **Transformações na organização espacial da cobertura vegetal do município de Uberlândia, MG: 1964 a 1979.** 1982. 115f. Dissertação (Mestre em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1982.

GOVERNO DE MINAS. **Secretaria de Educação de Minas Gerais.** Disponível em:< <https://www.educacao.mg.gov.br/>>. Acesso em 14 set. 2015.

SILVA, J.M. [Meio Ambiente em Tupaciguara]. Tupaciguara, 10 de maio de 2016.Depoimento concedido a Maraísa Costa da Silva.

SILVA, M. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, n.3, p.283-316, Jul/Set. 1946.

SILVA, P.F.J. O papel das pequenas cidades na rede urbana e nas relações entre o urbano e o rural: o caso de flora rica – SP .In: SEMANA DE GEOGRAFIA – UNESP 2. 2006, Ourinhos. **Anais ...** São Paulo [s.n] 2006.

SOARES, B.R. ; MELO, N.A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D.M. F. ; HENRIQUE, W. **Cidades Médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 229 -250.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. 192p.

SOUZA, R.A.; CARVALHO, A.M. Programa de saúde da família e qualidade de vida: um olhar da psicologia. **Estudo de psicologia**, Campinas, v.8, n.3, p.515-523,2003.

SPERANDIO, A.M.G. (Org.). **O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis.** Campinas. 2003. 84p. Disponível em:<http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Arquivos_PDF/LIVRO_vol1.pdf>. Acesso em: 14 maio de 2015.

UNESCO. **Patrimônio Cultural.** Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>>. Acesso em 10 set. 2015.

VELÁZQUEZ, G.A. **Geografía, calidad de vida y fragmentación en la Argentina de los noventa:** análisis regional y departamental utilizando SIG's. Buenos Aires: REUN. 2001. 232p.

VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.2p. 45- 51, 1995.

. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje 2000.** Disponível em:< <http://www.flaviovillacarq.br>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

. **Coletânia de textos 2009.** Disponível em:<<http://www.flaviovillacarq.br>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

WESTPHAL, M.F. O movimento cidades/ municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência& saúde coletiva.** 2000. 39-51p.

WILHEIM, J. **O substantivo e adjetivo.** São Paulo: Perspectiva, 1976.234p.

WOLFFENBÜTTEL, A. **Índice de Gini.** Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 14 jan. 2016.

APÊNDICE A- Questionário sobre a qualidade de vida em Tupaciguara, na plataforma Google Drive, 2015.



Questionário sobre a Qualidade de Vida no Município de Tupaciguara - MG

O resultado dessa pesquisa será utilizado, exclusivamente, para compor um estudo acadêmico [dissertação de mestrado] no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFU.

*Obrigatório

Identificação do Entrevistado *

Sexo

- Feminino
 Masculino

Idade *

- 16 a 25 anos
 26 a 40 anos
 41 ou mais

Bairro onde Mora? *

- Bom Sucesso
 Boa Vista
 Morada Nova
 Brasil
 Paineiras
 Tiradentes
 Olaria
 Nova Esperança
 Cynthia
 Primavera
 Jardim do Lago
 São Cristóvão
 Andorinhas
 São Vicente
 Centro
 Industrial
 Outro:

Como você avalia a importância do bem-estar, saúde e segurança para sua qualidade de vida? *

Bem-estar (tranquilidade, espaços abertos, lazer, Encontros, cultura).

- 3-Importantíssimo
- 2-Muito importante
- 1-Importante
- 0-Pouco importante

*

Saúde (Física, Mental).

- 3-Importantíssimo
- 2-Muito importante
- 1-Importante
- 0-Pouco importante

*

Segurança em geral (habitação, Acessibilidade, Trabalho, Criminalidade).

- 3-Importantíssimo
- 2-Muito importante
- 1-Importante
- 0-Pouco importante

*

Segurança em geral (habitação, Acessibilidade, Trabalho, Criminalidade).

- 3-Importantíssimo
- 2-Muito importante
- 1-Importante
- 0-Pouco importante

Como você considera a qualidade de vida na Cidade de Tupaciguara? *

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

Quais são os principais problemas encontrados na cidade de Tupaciguara, segundo sua opinião? *

- Comunicação – falta de rede de TV a cabo/rede de celular/ ou sinal fraco.
- Área de Lazer - falta de praças/parques/espaços de convivência.
- Saúde - falta de hospitais/ posto de saúde.
- Transporte – falta de linhas de ônibus.
- Educação – falta de escola/ creches.
- Energia – falta de rede de energia/iluminação publica.
- Limpeza urbana – ausência de coleta e destinação adequada do lixo (resíduo sólido)
- Água – falta de rede de abastecimento público de água / ausência de tratamento
- Esgoto – ausência de redes coletoras/ disposição inadequada/ falta de tratamento.
- Habitação – falta de moradias e existência de moradias precárias.
- Privacidade – falta de privacidade/ ausência de anonimato.
- Emprego e renda – falta de postos de trabalhos.

Quais são os principais pontos positivos encontrados na cidade de Tupaciguara segundo sua opinião? *

- Tranquilidade e baixos índices de violência.
- Proximidade entre pessoas; proximidade entre população e os gestores públicos.
- Distâncias físicas pequenas, pouco dependência de meios de transporte para a locomoção na cidade.
- boa qualidade do ar, da água e do meio ambiente em geral.
- Atendimento médico e hospitalar de boa qualidade.
- boa qualidade do ensino na rede publica.

Você gostaria de morar em outra cidade? *

- Sim
- Não

Você se desloca para outras cidades com frequência? *

- Sim
- Não

Qual cidade você procura com maior frequência? *

- Uberlândia
- Araguari
- Monte Alegre de Minas
- Araporã
- Outro:

Qual motivo faz você se deslocar para a cidade anteriormente assinalada? *

- Trabalho
- Estudo
- Consumo (bens e serviços)
- Lazer
- Atendimento de saúde (médico-hospitalar, exames, etc)
- Outro: